CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 01
RUB

PREFEITURA DE CANTANHEDE
reconstruindo nossa cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SETOR DE PROTOCOLO

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Em **20 de fevereiro de 2024, procedeu-se a abertura do processo administrativo nº 2002001/2024,** tendo como objeto Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA. Com este fim e para constar, eu, Antônio Carlos Costa, lavrei o presente termo que vai por mim assinado.

Cantanhede - MA, 20 de fevereiro de 2024.

Antônio Carlos Costa
Setor de Protocolo

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 02
RUB.

PREFEITURA DE CANTANHEDE
recuperando nossa saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD nº 2002001/2024

Pelo presente instrumento, encaminha-se ao Secretário Municipal de Saúde, o senhor Jairon Dantas Paiva, Documento de Formalização da Demanda – DFD para análise de conveniência e oportunidade quanto a autorização e classificação da necessidade da contratação e demais providências cabíveis.

SETOR REQUISITANTE (Unidade/Setor/Departamento):
Secretaria Municipal de Saúde
Responsável pela formalização da demanda:
Alexsandro Martins Baima
E-mail Institucional:
semsa@cantanhede.ma.gov.br

1. Justificativa

1.1. Identificação da demanda

1.1 O presente documento manifesta a necessidade de Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA.

1.2. Justificativa da necessidade da contratação

1.2.1 A contratação de um laboratório de próteses dentárias a esta Secretaria visa além de cumprir as exigências do Ministério da Saúde, atender a população cantanhedense usuária do SUS que busca a reposição de dentes perdidos, visando restaurar e manter a forma, função, aparência e saúde oral. O termo "prótese dentária" também é utilizado para se referir ao artefato que se propõe a substituir a função original dos dentes perdidos ou ausentes. O principal objetivo é a reabilitação bucal, em todas as suas funções: estética, fonética e mastigação. Repor ou restaurar de forma indireta (por meio laboratorial) os dentes, através de confecção de próteses fixas ou próteses removíveis como prótese total, ou prótese parcial removível. Projetos do Ministério da Saúde indica a necessidade de ampliação da resolutividade das ações básicas em odontologia, buscando a integralidade da assistência e suporte por uma rede especializada para garantir a confecção de próteses dentárias. Neste sentido, a reabilitação de pessoas, parcial ou totalmente edêntulos

1.3. Resultados almejados

1.3.1 Pretende-se, proporcionar qualidade de vida e o bem-estar da população Cantanhedense usuária dos serviços de saúde bucal do município, elevando a autoestima do indivíduo, que por muitas vezes sofre consequências de falta de dentes como: problemas de fala e de aceitação da aparência física com graves repercussões, dificuldades de socialização, sensação de envelhecimento e sentimento de humilhação.

2. QUANTIDADE DE BENS/SERVIÇOS A SER ADQUIRIDO

2.1 A demanda dos brindes está na tabela a seguir, onde está demonstrado os itens e quantitativos necessários para um andamento.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 03
RUB.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE
1	Prótese Total Mandibular	UND	250
2	Prótese Total Maxilar	UND	250
3	Prótese Parcial Mandibular Removível	UND	250
4	Prótese Parcial Maxilar Removível	UND	250
5	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	UND	250

3. ENCAMINHAMENTO

3.1. Encaminhe-se à autoridade competente da Área Administrativa, Ordenadora de Despesas, que deverá decidir motivadamente sobre o prosseguimento e classificação da contratação;

Cantanhede/MA, 20 de fevereiro de 2024.

Atenciosamente,

Alexsandro Martins Baima
Secretário Adjunto Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 04
RUB.

INDICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Por meio do DFD nº 2002001/2024, a Secretaria Municipal de Saúde atesta a necessidade da Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA:

No intuito de que seja apresentado estudo técnico preliminar e realizada a análise de riscos, se for o caso, DESIGINO os seguintes agentes públicos para compor Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), que serão coordenados pelo primeiro:

I. Alexsandro Martins Baima - (Secretário Adjunto de Saúde), Integrante Requisitante.
II. Celmo Batista Avelino Bezerra – (Chefe do Setor de Compras), Integrante Técnico.

Encaminhem-se os autos ao coordenador da EPC, para providências necessárias, comunicando-se os integrantes e a coordenadoria de licitações, se necessário, nos termos do Art. 6º, do decreto Municipal nº 394/2023.

Cantanhede/MA, 21 de fevereiro de 2024

Atenciosamente,

Jairon Dantas Paiva
Secretário Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 05
RUB.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O presente estudo técnico preliminar tem por objetivo investigar as diretrizes para Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA.

1. Descrição da Necessidade

A contratação de um laboratório de próteses dentárias a esta Secretaria visa além de cumprir as exigências do Ministério da Saúde, atender a população cantanhedense usuária do SUS que busca a reposição de dentes perdidos, visando restaurar e manter a forma, função, aparência e saúde oral. O termo "prótese dentária" também é utilizado para se referir ao artefato que se propõe a substituir a função original dos dentes perdidos ou ausentes. O principal objetivo é a reabilitação bucal, em todas as suas funções: estética, fonética e mastigação. Repor ou restaurar de forma indireta (por meio laboratorial) os dentes, através de confecção de próteses fixas ou próteses removíveis como prótese total, ou prótese parcial removível. Projetos do Ministério da Saúde indica a necessidade de ampliação da resolutividade das ações básicas em odontologia, buscando a integralidade da assistência e suporte por uma rede especializada para garantir a confecção de próteses dentárias. Neste sentido, a reabilitação de pessoas, parcial ou totalmente edêntulos.

2. Resultados almejados

Pretende-se, proporcionar qualidade de vida e o bem-estar da população Cantanhedense usuária dos serviços de saúde bucal do município, elevando a autoestima do indivíduo, que por muitas vezes sofre consequências de falta de dentes como: problemas de fala e de aceitação da aparência física com graves repercussões, dificuldades de socialização, sensação de envelhecimento e sentimento de humilhação. Com a contratação busca-se princípios básicos como:

Qualidade do Material:
Garantir a utilização de materiais odontológicos de alta qualidade e seguros para a saúde bucal.
Especificar o tipo de material a ser utilizado na confecção das próteses, como resinas, porcelanas ou outros materiais apropriados.

Ajuste e Conforto:
Buscar um ajuste preciso das próteses para garantir conforto ao paciente.
Garantir que as próteses se encaixem corretamente na boca, evitando desconfortos ou ferimentos.

Estética:
Assegurar um resultado estético natural e agradável para os pacientes, levando em consideração a cor, forma e textura dos dentes artificiais.

Durabilidade:
Definir padrões de durabilidade para as próteses, visando uma vida útil adequada e minimizando a necessidade de substituições frequentes.

Prazo de Entrega:
Estabelecer prazos realistas para a entrega das próteses, considerando as necessidades dos pacientes e da Secretaria Municipal de Saúde.

Custo-benefício:
Buscar um equilíbrio entre a qualidade do serviço e o custo para garantir um serviço acessível, mas sem comprometer a qualidade.

Garantia e Assistência Técnica:
Estipular períodos de garantia para as próteses e garantir a disponibilidade de assistência técnica em caso de problemas ou ajustes necessários.

Conformidade com Normas e Regulamentações:
Certificar-se de que os serviços estão em conformidade com as normas e regulamentações locais e nacionais para garantir a segurança e a qualidade.

3. Previsão no Plano de Contratações Anual

Mesmo o município de Cantanhede, não dispondo atualmente de um Plano Anual de Contratações (PAC) estabelecido, considera-se viável e relevante a contratação de serviços de confecção de prótese dentaria total e parcial convencional odontológica (superior e inferior).

Ademais, destaca-se que a demanda foi apresentada no DFD nº 2002001/2024 e aprovada por meio do despacho da Autoridade competente.

4. Requisitos da Contratação

A aquisição de próteses dentárias tem natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art.6°, inciso XIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

5. Estimativa do Quantitativo

Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE
1	Prótese Total Mandibular	UND	250

2	Prótese Total Maxilar	UND	250
3	Prótese Parcial Mandibular Removível	UND	250
4	Prótese Parcial Maxilar Removível	UND	250
5	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	UND	250

6. Levantamento de Mercado

Conforme pesquisa de mercado realizada, utilizando os parâmetros Decreto Municipal 394/2023 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, priorizada a ordem dos parâmetros para pesquisa de mercado, conforme legislação vigente. Foram utilizadas contratações similares pela administração pública.

7. Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado para o atendimento da referida contratação constante neste Estudo Técnico Preliminar será extraído após elaboração de pesquisa de preços elaborada pelo setor competente.

8. Justificativa Técnica e Econômica da Solução Escolhida

Este Estudo Técnico Preliminar visa, sobremaneira, analisar e escolher qual a solução que melhor responde às necessidades deste Município, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos objetos a serem adquiridos.

A solução escolhida de Pregão Eletrônico prende-se inicialmente ao fato de se tratar de aquisição de bens comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, tornando obrigatória para a Administração Municipal, a utilização da modalidade pregão, na forma eletrônica. além de técnica, economicamente viável e mais apropriação, considerando a logística de reposição dos materiais.

9. Parcelamento da Contratação

O fornecimento em epígrafe será contratado de forma individualizada e, portanto, é passível de aquisição por item distinto.

A solução será dividida tendo em vista ser tecnicamente e economicamente viável, levando a um melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

Nesse contexto a contratação será do tipo **menor preço por item** tendo em vista a ampliação da competitividade.

10. Contratações Correlatas/Interdependentes

Após uma análise detalhada, constatou-se que para os serviços de prótese dentária para a Secretaria Municipal de Saúde de Cantanhede/MA, não se faz necessário realizar contratações acessórias. Este

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 08
RUB.

estudo concluiu que a execução do objeto da contratação pode ser integralmente atendida pelos termos e condições estabelecidos na contratação principal, sem a necessidade de serviços ou suprimentos adicionais.

11. Possíveis Impactos Ambientais

Os bens a serem adquiridos não trazem possíveis impactos ambientais.

12. Riscos da Contratação

A contratação não demanda um gerenciamento formal de riscos.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A área demandante, isoladamente ou em conjunto com outros setores, declara, de forma conclusiva, que a pretendida contratação é:

Adequada ao atendimento da necessidade a que se destina.

Justificativa: Pelo exposto, vê-se que a melhor solução será através da contratação dos bens a serem adquiridos por empresa especializada.

Cantanhede/MA, 22 de fevereiro de 2024.

Membros integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC):

Encaminhe-se à autoridade competente, que deverá decidir motivadamente sobre a autorização e prosseguimento dos demais atos inerentes a contratação.

Alexsandro Martins Baima
Secretário Adjunto Municipal de Saúde
Integrante Requisitante

Celmo Bezerra Avelino Batista
Agente Administrativo
Integrante Técnico

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 09

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Memorando

Cantanhede - MA, 22 de fevereiro de 2024.

Ilmo. Sr.
CELMO BATISTA AVELINO BEZERRA
Chefe do Setor de Compras
Prefeitura Municipal de Cantanhede - MA.

Assunto: SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS

Prezado(s) Sr(s).

Após análise do Estudo Técnico Preliminar, e considerando a importância da contratação, em face das justificativas técnicas apresentadas, APROVO o presente ETP, e encaminho os autos do processo nº 2002001/2024 ao departamento de compras, para providências necessárias, quanto as pesquisas preliminares de preços, devendo ser procedida conforme instrução do decreto Municipal nº 394/2023.

Encaminhem-se os autos ao órgão requisitante, para providências necessárias.

Atenciosamente,

Jairon Dantas Paiva
Secretário Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 10
RUB.
CERTIFICADO AUTENTICIDADE

Relatório de Cotação: PROTESES DENTÁRIAS

Pesquisa realizada entre 23/02/2024 08:22:36 e 23/02/2024 08:46:32

Relatório gerado no dia 23/02/2024 08:50:01 (IP: 138.97.232.162)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	Total
1) Prótese Total Mandibular	3	250 Unidades	R$ 180,33 (un)	-	R$ 180,33	R$ 45.082,50
2) Prótese Total Maxilar	3	250 Unidades	R$ 184,17 (un)	-	R$ 184,17	R$ 46.042,50
3) Prótese Parcial Mandibular Removível	3	250 Unidades	R$ 165,00 (un)	-	R$ 165,00	R$ 41.250,00
4) Prótese Parcial Maxilar Removível	3	250 Unidades	R$ 177,67 (un)	-	R$ 177,67	R$ 44.417,50
5) Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	3	250 Unidades	R$ 165,05 (un)	-	R$ 165,05	R$ 41.262,50

Valor Global: R$ 218.055,00

Detalhamento dos Itens

Item 1: Prótese Total Mandibular

Preço Estimado: R$ 180,33 (un) | Percentual: - | Preço Estimado Calculado: R$ 180,33 | Média dos Preços Obtidos: R$ 180,33

Quantidade	Descrição	Observação
250 Unidades	Prótese Total Mandibular	Observação Item 1

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais — R$ 199,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO/PI

Objeto: REGISTRO DE PRECO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA O MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO -PI.

Descrição: PRÓTESE TOTAL MAXILAR E MANDIBULAR - PRÓTESE TOTAL MAXILAR E MANDIBULAR

Data: 17/10/2023 09:30

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

SRP: SIM

Identificação: 73130

Item:

Ata: Link Ata

Fonte: licitanet.com.br

Quantidade: 600

Unidade: UND

UF: PI

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 1
RUB

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
14.487.365/0001-05 *VENCEDOR*	R S MARTINS PAIXAO	R$ 199,00

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das Propostas Iniciais — R$ 150,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: Prefeitura Municipal de São João do Araguaia
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Objeto: ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, DESTINADAS A SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA.

Descrição: PROTESE TOTAL MANDIBULAR - PROTESE TOTAL MANDIBULAR

Data: 16/03/2023 23:00

Modalidade: Pregão para Registro de Preço

SRP: SIM

Identificação: 227824

Lote/Item: 1/3

Ata: Link Ata

Fonte: www.portaldecompraspublicas.com.br

Quantidade: 300

Unidade: UN

UF: PA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
28.718.028/0001-88 *VENCEDOR*	J P B CRISPIM SERVICOS DE PROTESES DENTARIAS LTDA	R$ 150,00
12.134.290/0001-45	FABIANO DE OLIVEIRA COSTA	R$ 150,00

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Mediana das Propostas Finais — R$ 192,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: PM DE RODEIO BONITO

Objeto: EXERCÍCIO: 2023ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL 10/2023PROCESSO: Nº 37/2023OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento de Próteses Dentárias para distribuição à População do Município de Rodeio Bonito - RS.

Descrição: Protese total Inferior (mandibular) em acrilico termopolimerizável, com dente de acrílico endurecido - Protese total Inferior (mandibular) em acrilico termopolimerizável, com dente de acrílico endurecido

Data: 16/03/2023 00:00

Modalidade: Pregão Presencial

SRP: NÃO

Identificação: 55900-10-2023-PRP

Lote/Item: 1/2

Ata: N/A

Fonte: https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:3:::NO:::

Quantidade: 250

Unidade: UN

UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
20.306.980/0001-62 *VENCEDOR*	TIAGO DE OLIVEIRA NEUMANN EIRELI	R$ 192,00

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 12
RUB.

Item 2: Prótese Total Maxilar

Preço Estimado: R$ 184,17 (un) | Percentual: - | Preço Estimado Calculado: R$ 184,17 | Média dos Preços Obtidos: R$ 184,17

Quantidade	Descrição	Observação
250 Unidades	Prótese Total Maxilar	Observação Item 2

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais — R$ 145,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICIPIO DE MATO GROSSO
Objeto: Contratação de Serviços de Laboratório de Prótese Dentária para Confecção Parcelada de Prótese conforme demanda, de acordo com a portaria 680 de 24 de abril de 2013 do Ministério da Saúde que estabelece recursos de Bloco de Alta e Média Complexidade
Descrição: **Prótese total maxilar (confeccionada em resina, dente de acrílico e moldagem feita em gesso, cera e alginato), com moldagem dento gengival para construção de próteses, adaptação, ajuste oclusal e instalação da prótese dentária** - Prótese total maxilar (confeccionada em resina, dente de acrílico e moldagem feita em gesso, cera e alginato), com moldagem dento gengival para construção de próteses, adaptação, ajuste oclusal e instalação da prótese dentária

Data: 05/04/2023 16:00
Modalidade: Dispensa de Licitação
SRP: NÃO
Identificação: 01613316000111-1-000002-2023
Lote/Item: 1/2
Ata: N/A
Homologação: 13/04/2023 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 120
Unidade: UND
UF: PB

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
36.090.790/0001-90 *VENCEDOR*	ITAMAR FIGUEIREDO DA SILVA	R$ 145,00

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Mediana das Propostas Finais — R$ 229,50

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Objeto: Registro de Preço para Futura e eventual Contratação De Pessoa Jurídica Para Prestação De Serviços Clínicos E Técnicos Em Odontologia Para Confecção De Próteses Dentárias, Atendendo As Necessidades Da Secretaria Municipal De Saúde De São Caetano De...
Descrição: **PRÓTESE TOTAL MAXILAR: prótese suportada pela mucosa que reveste o osso remanescente, indicada para os indivíduos que perderam todos os elementos dentários da arcada superior. Este tipo de reabilitação tem o objetivo de permitir o desenvolvimento satisfat** - PRÓTESE TOTAL MAXILAR: prótese suportada pela mucosa que reveste o osso remanescente, indicada para os indivíduos que perderam todos os elementos dentários da arcada superior. Este tipo de reabilitação tem o objetivo de permitir o desenvolvimento satisfatório das atividades funcionais relacionadas ao sistema estomatognático, como fonação e mastigação, bem como oferecer conforto e uma aparência estética aceitável.

Data: 29/03/2023 13:38
Modalidade: Pregão
SRP: SIM
Identificação: 230097
Lote/Item: 1/2
Ata: Link Ata
Fonte: www.portaldecompraspublicas.com.br
Quantidade: 500
Unidade: UN
UF: PA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
40.875.278/0001-27 *VENCEDOR*	D MAUES MACEDO	R$ 225,00
06.095.783/0001-10	LABORATORIO PRO RISO EIRELI	R$ 234,00

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Mediana das Propostas Finais — R$ 178,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CANTANHEDE/MA
PROC. 20002001 /2024
RUB. 13

Órgão: PM DE RODEIO BONITO
Objeto: EXERCÍCIO: 2023ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL 10/2023PROCESSO: Nº 37/2023OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento de Próteses Dentárias para distribuição à População do Município de Rodeio Bonito - RS.
Descrição: Protese total Superior(maxilar) em acrilico termopolimerizável, com dente de acrílico endurecido - Protese total Superior(maxilar) em acrilico termopolimerizável, com dente de acrílico endurecido

Data: 21/03/2023 00:00
Modalidade: Pregão Presencial
SRP: NÃO
Identificação: 55900-10-2023-PRP
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Fonte: https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:3:::NO:::
Quantidade: 250
Unidade: UN
UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
20.306.980/0001-62 *VENCEDOR*	TIAGO DE OLIVEIRA NEUMANN EIRELI	R$ 178,00

Item 3: Prótese Parcial Mandibular Removível

Preço Estimado: R$ 165,00 (un) | Percentual: - | Preço Estimado Calculado: R$ 165,00 | Média dos Preços Obtidos: R$ 165,00

Quantidade	Descrição	Observação
250 Unidades	Prótese Parcial Mandibular Removível	Observação Item 3

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais — R$ 147,00
Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: Prefeitura Municipal de Arraial
Prefeitura Municipal de Arraial
Objeto: Registro de preço para futuras contratações de empresa para confecção de próteses dentárias
Descrição: PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL - PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL

Data: 13/04/2023 10:50
Modalidade: Pregão para Registro de Preço
SRP: SIM
Identificação: 232360
Lote/Item: 1/1
Ata: Link Ata
Fonte: www.portaldecompraspublicas.com.br
Quantidade: 250
Unidade: UND
UF: PI

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
31.351.498/0001-60 *VENCEDOR*	TEOCKLYTON REBOUCAS DE SA	R$ 147,00

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das Propostas Iniciais — R$ 150,00
Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002091/2024
FLS. 74
RUB.

Órgão: Prefeitura Municipal de São João do Araguaia
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Objeto: ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, DESTINADAS A SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA.

Descrição: PROTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVEL - PROTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVEL

Data: 16/03/2023 23:00
Modalidade: Pregão para Registro de Preço
SRP: SIM
Identificação: 227824
Lote/Item: 1/1
Ata: Link Ata
Fonte: www.portaldecompraspublicas.com.br
Quantidade: 85
Unidade: UN
UF: PA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
28.718.028/0001-88 *VENCEDOR*	J P B CRISPIM SERVICOS DE PROTESES DENTARIAS LTDA	R$ 150,00
12.134.290/0001-45	FABIANO DE OLIVEIRA COSTA	R$ 150,00

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Mediana das Propostas Finais — R$ 198,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: PM DE RODEIO BONITO

Objeto: EXERCÍCIO: 2023ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL 10/2023PROCESSO: Nº 37/2023OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento de Próteses Dentárias para distribuição à População do Município de Rodeio Bonito - RS.

Descrição: Protese parcial removível Inferior (mandibular)com estrutura metálica fundida mais acrilico termopolimerizável com dente de acrílico endurecido.Pretese parcial removivel inferior (mandibular) - Protese parcial removível Inferior (mandibular)com estrutura metálica fundida mais acrilico termopolimerizável com dente de acrílico endurecido.Pretese parcial removivel inferior (mandibular)

Data: 16/03/2023 00:00
Modalidade: Pregão Presencial
SRP: NÃO
Identificação: 55900-10-2023-PRP
Lote/Item: 1/4
Ata: N/A
Fonte: https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:3:::NO:::
Quantidade: 200
Unidade: UN
UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
20.306.980/0001-62 *VENCEDOR*	TIAGO DE OLIVEIRA NEUMANN EIRELI	R$ 198,00

Item 4: Prótese Parcial Maxilar Removível

Preço Estimado: R$ 177,67 (un) | Percentual: - | Preço Estimado Calculado: R$ 177,67 | Média dos Preços Obtidos: R$ 177,67

Quantidade	Descrição	Observação
250 Unidades	Prótese Parcial Maxilar Removível	Observação Item 4

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais — R$ 190,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CANTANHEDE/MA
PROC. 2802001 /2024
FLS. 15
RUB

Órgão: Prefeitura Municipal de Touros
Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de serviço de modelagem e confecção de próteses odontológicas para atendimento do Programa Brasil Sorridente, da Secretaria Municipal de Saúde de Touros/RN.
Descrição: 0026632 - Prótese Parcial Maxilar Removível - PPR (Prótese com estrutura metálica e dentes artificiais de resina acrílica). - 0026632 - Prótese Parcial Maxilar Removível - PPR (Prótese com estrutura metálica e dentes artificiais de resina acrílica).

Data: 03/08/2023 17:10
Modalidade: Pregão
SRP: NÃO
Identificação: 249334
Lote/Item: 1/4
Ata: Link Ata
Fonte: www.portaldecompraspublicas.com.br
Quantidade: 168
Unidade: UN
UF: RN

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
42.081.812/0001-59 *VENCEDOR*	A K H A DANTAS	R$ 188,00
10.940.739/0001-37	JOSE ANTONIO BEZERRA DE SOUZA	R$ 190,00
42.512.651/0001-00	ROYAL COMPANY COMERCIO E SERVICOS LTDA	R$ 700,00

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Mediana das Propostas Finais — R$ 145,00
Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: Prefeitura Municipal Casserengue
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CASSERENGUE-PB
Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de Confecção de próteses dentárias de acordo com as especificações da Portaria nº 1.825/GM/MS de 24 de agosto de 2012, destinadas à população carente do Município de Casserengue
Descrição: Prótese Total Mandibular; Prótese Total Maxilar; Prótese Parcial Mandibular Removível; Prótese Parcial Maxilar Removível; Próteses Coronárias/ Intrarradiculares Fixas/ Adesivas (por Elemento). - Prótese Total Mandibular; Prótese Total Maxilar; Prótese Parcial Mandibular Removível; Prótese Parcial Maxilar Removível; Próteses Coronárias/ Intrarradiculares Fixas/ Adesivas (por Elemento).

Data: 24/03/2023 13:36
Modalidade: Pregão
SRP: NÃO
Identificação: 229265
Lote/Item: 1/1
Ata: Link Ata
Fonte: www.portaldecompraspublicas.com.br
Quantidade: 500
Unidade: UN
UF: PB

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
40.512.267/0001-82 *VENCEDOR*	ARI SERVIÇOS DE PROTESES EIRELI	R$ 145,00

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Mediana das Propostas Finais — R$ 198,00
Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: PM DE RODEIO BONITO
Objeto: EXERCÍCIO: 2023ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL 10/2023PROCESSO: Nº 37/2023OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento de Próteses Dentárias para distribuição à População do Município de Rodeio Bonito - RS.
Descrição: Protese parcial removível superior(maxilar)com estrutura metálica fundida mais acrilico termopolimerizável com dente de acrílico endurecido. - Protese parcial removível superior(maxilar)com estrutura metálica fundida mais acrilico termopolimerizável com dente de acrílico endurecido.

Data: 16/03/2023 00:00
Modalidade: Pregão Presencial
SRP: NÃO
Identificação: 55900-10-2023-PRP
Lote/Item: 1/3
Ata: N/A
Fonte: https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:3:::NO:::
Quantidade: 200
Unidade: UN
UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
20.306.980/0001-62 *VENCEDOR*	TIAGO DE OLIVEIRA NEUMANN EIRELI	R$ 198,00

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 16
RUB.

Item 5: Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)

Preço Estimado: R$ 165,05 (un) | Percentual: - | Preço Estimado Calculado: R$ 165,05 | Média dos Preços Obtidos: R$ 165,05

Quantidade	Descrição	Observação
250 Unidades	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais — R$ 96,40

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: Pref. Corrente
Objeto: Registro de Preços para Bens ou Serviços Comuns
Descrição: Próteses Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento) - Próteses Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)

Data: 02/08/2023 09:50
Modalidade: Pregão (Setor público)
SRP: SIM
Identificação: 037
Lote/Item: 5/5
Ata: N/A
Fonte: www.bbmnetlicitacoes.com.br
Quantidade: 100
Unidade: Unidade
UF: PI

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
03.872.616/0001-40 *VENCEDOR*	DAUREA REJANE MOURA DE CARVALHO	R$ 96,40

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Menor Preço — R$ 249,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: Prefeitura Municipal de Senador La Rocque
Prefeitura Municipal de Senador La Rocque
Objeto: Registro de preços para eventual e futura Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços na confecção de prótese total e parcial convencional odontológica (superior e inferior), para atender as necessidades da Secretaria de Saúde...
Descrição: Prótese Coronária/ Intrarradiculares/Fixas/Adesivas Por Elementos - Prótese Coronária/Intrarradiculares Fixas/Adesivas Por Elementos. Prótese Odontológica que deverá ser confeccionada com dente artificiail de resina acrílica, unido a base individualizada - Prótese Coronária/ Intrarradiculares/Fixas/Adesivas Por Elementos - Prótese Coronária/Intrarradiculares Fixas/Adesivas Por Elementos. Prótese Odontológica que deverá ser confeccionada com dente artificiail de resina acrílica, unido a base individualizada confeccionada em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo IV que reproduz os rebordos residuais dos pacientes. Código SUS 07.01.07.014-5, conforme disposto na Portaria nº 1825/2012.

Data: 04/04/2023 19:22
Modalidade: Pregão para Registro de Preço
SRP: SIM
Identificação: 231378
Lote/Item: 1/5
Ata: Link Ata
Fonte: www.portaldecompraspublicas.com.br
Quantidade: 44
Unidade: UN
UF: MA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
06.095.783/0001-10 *VENCEDOR*	LABORATORIO PRO RISO EIRELI	R$ 249,00
40.257.695/0001-06	LM PROTESES ODONTOLOGICAS LTDA	R$ 299,00
36.271.505/0001-38	LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA SOLUCAO EIRELI	R$ 300,00
19.253.019/0001-78	D. R. BORGNETH	R$ 344,00

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 17
RUB. Data: 20/03/2024 17:32

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Mediana das Propostas Finais R$ 149,75

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: Fundo Municipal de Saúde de Quixaba
Fundo Municipal de Saúde de Quixaba

Objeto: A presente licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço por item em lance ofertado tem por objeto a contratação de empresa especializada para conforme necessidade e demanda execute a prestação de serviços de confecção de prótese...

Descrição: CÓDIGO MS 07.01.07.014–5 PRÓTESE CORONÁRIAS / INTRARRADICULARES FIXAS/ADESIVAS (POR ELEMENTO) - CÓDIGO MS 07.01.07.014–5 PRÓTESE CORONÁRIAS / INTRARRADICULARES FIXAS/ADESIVAS (POR ELEMENTO)

Modalidade: Pregão
SRP: NÃO
Identificação: 228230
Lote/Item: 1/5
Ata: Link Ata
Fonte: www.portaldecompraspublicas.com.br
Quantidade: 120
Unidade: ADES
UF: PE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
46.483.440/0001-48 *VENCEDOR*	GENECI MIGUEL DA SILVA	R$ 149,75

Extrato de fontes Utilizadas neste relatório

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 18
RUB.

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, possuem diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Bolsa Brasileira de Mercadorias
www.bbmnetlicitacoes.com.br
Data: 23/02/2024 08:41:13
Acessar a fonte aqui

2 - Licitanet - Licitações Eletrônicas 4.0
licitanet.com.br
Data: 11/01/2024 11:45:37
Acessar a fonte aqui

3 - Portal de Compras Publicas
www.portaldecompraspublicas.com.br
Data: 23/02/2024 08:39:58
Acessar a fonte aqui

4 - Portal Nacional de Contratações Públicas
https://www.gov.br/pncp/pt-br
Data: 23/02/2024 08:30:49
Acessar a fonte aqui

5 - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:3:::NO:::
Data: 20/04/2023 12:04:21
Acessar a fonte aqui

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 19

PREFEITURA DE CANTANHEDE
Reconstruindo nossa cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SETOR DE COMPRAS

DESPACHO

Ao senhor
Jairon Dantas Paiva
Secretário Municipal de Saúde

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

Em resposta a Vossa solicitação, venho por meio deste informar que realizamos as devidas Pesquisas de Preços praticados no mercado, referente ao objeto constante no **Processo Administrativo nº 2002001/2024 de 20 de fevereiro de 2024.**

OBJETO: Seleção da proposta apta a gerar o resultado para Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA.

O presente relatório é resultado das pesquisas, em cumprimento ao determinado na Lei n° 14.133/21 e demais dispositivos legais, em conformidade o DECRETO MUNICIPAL Nº 394, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

Para tanto, encaminhamos os autos do processo à Secretaria Municipal de Saúde, para que sejam adotadas as medidas necessárias para continuidade do procedimento em questão.

JUSTIFICATIVA DE PREÇO:

1. Foi realizado pesquisas de preços para contratação do objeto em pauta, onde o preço de referência foi formado baseado em preços praticados no mercado.

2. Os valores de referência adotados foi a **média dos preços** obtidos na pesquisa.

3. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que seus valores não apresentam grandes variações, não comprometendo a estimativa de preço de referência, representando de forma satisfatoria os preços praticados no mercado.

FONTE DE PESQUISA

Em observância ao que estabelece o **Decreto Municipal 394/2023** que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, informamos que prioziramos a ordem dos parâmetros para pesquisa de mercado, conforme legislação vigente.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 20
RUB.

PREFEITURA DE CANTANHEDE
reconstruindo nossa cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SETOR DE COMPRAS

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o Decreto Municipal 394/2023:

(**X**) II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

(**X**) III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

A documentação comprobatória que compõem a pesquisa de preços, segue anexa a este relatório com todos os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo/benefício, para atender às necessidades do Município de Cantanhede/MA.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 23/02/2024.

Certo de que termos atendido sua solicitação, colocamo-nos a sua inteira disposição para posteriores e eventuais esclarecimentos.

Cantanhede/MA em 26 de fevereiro de 2024.

Celmo Batista Avelino Bezerra
Diretor do Departamento de Compras

CANTANHEDE/MA
PROC. 1002001 /2024
FLS. 21
RUB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cantanhede - MA, 27 de fevereiro de 2024.

Ilmo. Sr.
ELVIS LENNON SILVA TEIXEIRA
Setor de Contabilidade
Prefeitura Municipal de Cantanhede - MA.

Prezado Sr.

Solicita-se informar a existência de dotação orçamentária disponível para Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MAA, no valor estimado de R$ 218.055,00 (duzentos e dezoito mil e cinquenta e cinco reais).

Atenciosamente,

Jairon Dantas Paiva
Secretário Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 22
RUB.

PREFEITURA DE CANTANHEDE
reconstruindo nossa cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SETOR DE CONTABILIDADE

Cantanhede - MA, 28 de fevereiro de 2024.

Ao Senhor,
Jairon Dantas Paiva
Secretário Municipal de Saúde
Cantanhede-MA

Prezado Secretário,

As despesas pretendidas para a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA, poderão ser realizadas na dotação:

ÒRGÃO: 06 Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 0602 Fundo Municipal de Saúde
PROJETO ATIVIDADE: 103010012.0.056 Manutenção e Func. do Programa de Saúde Bucal - PSB
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de consumo
VALOR: R$ 218.055,00 – **VALOR SUPLEMENTADO**

Atenciosamente,

Elvis Lennon Silva Teixeira
ELVIS LENNON SILVA TEIXEIRA
CRC/MA 015387/0-6

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 23
RUB.

PREFEITURA DE CANTANHEDE
reconstruindo nossa cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SETOR DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO SOBRE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Declaro, para os fins no inciso I do artigo 16 da Lei Complementar n.º 101 de 04 de Maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a estimativa de impacto orçamentário-financeiro da contratação pretendida sobre a previsão de despesas para o exercício de 2024 em que ocorrerá a despesa, cujo objeto é a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA, tem índice de comprometimento orçamentário-financeiro de 100% no elemento de despesas 3.3.90.00.00 Material de Consumo.

Cantanhede - MA, 28 de fevereiro de 2024.

Elvis Lennon Silva Teixeira
ELVIS LENNON SILVA TEIXEIRA
CRC/MA 015387/0-6

Praça Paulo Rodrigues, 01, Centro.
Cantanhede-MA. Cep 65465-000
www.cantanhede.ma.gov.br
contabilidade@cantanhede.ma.gov.br

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 24
RUB.

PREFEITURA DE CANTANHEDE
reconstruindo nossa cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Eu, **Jairon Dantas Paiva**, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do Art. 16 da Lei Complementar 101/2000, na qualidade de Ordenadora de Despesas, **DECLARO** existir adequação orçamentária e financeira para atender o objeto, Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA, conforme projeto básico, cujas despesas serão empenhadas na Dotação Orçamentária:

ÓRGÃO.....: 07 Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0702 Fundo Municipal de Assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE: 08.244.0023.0.066 Distribuição de material, bens ou serviços gratuitos.
ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.32.00 Material, Bem/Serviços para Dist. Gratuita

As referidas despesas estão adequadas a Lei Orçamentária Anual, compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Atribui-se um custo estimado de R$ 218.055,00 (duzentos e dezoito mil e cinquenta e cinco reais).

Cantanhede - MA, 29 de fevereiro de 2024.

Jairon Dantas Paiva
Secretário Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 25
RUB

PREFEITURA DE CANTANHEDE
reconstruindo nossa cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na qualidade de ordenadora de despesas, declaro, para os efeitos dos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a despesa relativa à Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA, conforme projeto básico possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), sendo que a mesma não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2024.

Cantanhede - MA, 29 de fevereiro de 2024.

Jairon Dantas Paiva
Secretário Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 26
RUB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Memorando

Cantanhede - MA, 01 de março de 2024.

Ilmo. Sr.
Alexsandro Martins Baima
Secretário Municipal Adjunto de Saúde
Prefeitura Municipal de Cantanhede - MA.

Assunto: Elaboração de termo de referência

Prezado Senhor,

Após análise do Estudo Técnico Preliminar, e considerando a importância da contratação, em face das justificativas técnicas apresentadas, encaminho os autos do processo nº 2002001/2024, para elaboração do termo de referência. O termo de referência deverá conter requisitos necessários com todos os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º e § 1º do art. 40. da Lei Federal 14.133/21, além das informações adicionais para melhor definição do objeto, como informações a respeito de dotações orçamentárias.

Encaminhem-se os autos ao órgão requisitante, para providências necessárias.

Atenciosamente,

Jairon Dantas Paiva
Secretário Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 27
RUB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DESPACHO

Ao senhor,
Jairon Dantas Paiva
Secretário Municipal de Saúde

Em resposta a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, encaminho em anexo, os autos do Processo Administrativo 2002001/2024, onde agora consta o Termo de Referência solicitado visando a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA.

Cantanhede/MA, em 04 de março de 2024.

Alexsandro Martins Baima
Secretário Adjunto Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 28
RUB.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA.

1.2. A demanda do consumo previsto está a seguir, onde demonstram os itens e quantitativos da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE
1	Prótese Total Mandibular	UND	250
2	Prótese Total Maxilar	UND	250
3	Prótese Parcial Mandibular Removível	UND	250
4	Prótese Parcial Maxilar Removível	UND	250
5	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	UND	250

ESPECIFICAÇÕES:

1. A moldagem deverá seguir as seguintes especificações:

Confecção da placa de resina para moldagem com liysanda;
Confecção da placa de resina para tomada de oclusão, dimensão vertical (vasar o gesso após moldagem com liysanda);
Encaminhar o modelo com os dentes montados (laboratório deverá comprar para cada modelo de acordo com o tamanho e cor).

2. Confecção de prótese total superior (PTS) ou inferior (PTI), compreendendo:
Placa acrílica;
Cera utilidade;
Dentes nacionais com dupla prensagem;
Gengiva normal ou caracterizada;
Palato rosa ou incolor;
Polimento das peças quando houver necessidade de desgastes para adaptação das peças.

3. Confecção de próteses dentárias parciais removíveis superiores (PPRS) ou inferior (PPRI), compreendendo:
Cera utilidade;
Dentes nacionais;
Gengiva normal;
Metal para estrutura: cromo cobalto

Polimento das peças quando houver necessidade de desgastes para adaptação das peças.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses.
1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. NATUREZA DO OBJETO

2.1. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comum (ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 394/2023.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação de um laboratório de próteses dentárias a esta Secretaria visa além de cumprir as exigências do Ministério da Saúde, atender a população cantanhedense usuária do SUS que busca a reposição de dentes perdidos, visando restaurar e manter a forma, função, aparência e saúde oral. O termo "prótese dentária" também é utilizado para se referir ao artefato que se propõe a substituir a função original dos dentes perdidos ou ausentes. O principal objetivo é a reabilitação bucal, em todas as suas funções: estética, fonética e mastigação. Repor ou restaurar de forma indireta (por meio laboratorial) os dentes, através de confecção de próteses fixas ou próteses removíveis como prótese total, ou prótese parcial removível. Projetos do Ministério da Saúde indica a necessidade de ampliação da resolutividade das ações básicas em odontologia, buscando a integralidade da assistência e suporte por uma rede especializada para garantir a confecção de próteses dentárias. Neste sentido, a reabilitação de pessoas, parcial ou totalmente edêntulos.

4. FONTE DE RECURSO

4.1. As despesas decorrentes da contratação em pauta, serão consignadas no orçamento de 2024 com disponibilidade na seguinte dotação orçamentária:

ÒRGÃO: 06 Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 0602 Fundo Municipal de Saúde
PROJETO ATIVIDADE: 103010012.0.056 Manutenção e Func. do Programa de Saúde Bucal - PSB
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de consumo

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade

5.1.1. Não se aplica a este objeto.

5.2. Indicação de marcas ou modelos

5.2.1. Não se aplica a este objeto.

5.3. Vedação de utilização de marca/produto

5.3.1. Não se aplica a este objeto.

5.4. Exigência de carta de solidariedade

5.4.1. Não se aplica a este objeto.

5.5. Subcontratação

5.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.6. Garantia da contratação

5.6.1. Não será exigida a garantia da contratação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega

6.1.1 O prazo de entrega dos bens é de no máximo 20 (vinte) dias, contados da ordem de fornecimento, em remessa única.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7. Local de entrega dos produtos

7.1. Os itens deverão ser entregues no endereço indicados pela Secretária Municipal de Saúde constante na ordem de compra, no Município de Cantanhede/MA.

7.3. Procedimentos de transição e finalização do contrato

7.3.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediantes simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano

complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. Preposto

8.6.1. A Contratada designará formalmente um preposto, antes do início da execução do objeto, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8.7. Fiscalização

8.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato da Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA.

8.7.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.7.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.8. Gestor do Contrato

8.8.1. O Gestor de Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

8.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
8.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
8.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
8.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
8.8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Recebimento

9.1.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 05 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.2.2.1. o prazo de validade;

9.2.2.2. a data da emissão;

9.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.2.2.5. o valor a pagar; e

9.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.5. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo do objeto, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de fornecimento e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), diretamente na conta que o fornecedor apresentar em sua proposta.

9.4.2. O pagamento será feito em favor da empresa contratada através de ordem ou transferência bancária em sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante.

9.4.3. A CONTRATADA deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura à Secretaria Requisitante acompanhada das Certidões listadas no subitem 8.4.1 acima.

9.4.4. Caso a CONTRATADA seja Optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar também juntamente com a documentação elencada no item 8.4.1, o Extrato do Simples referente a última competência.

9.4.5. O pagamento será efetuado após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

9.4.6. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

9.4.7. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

9.4.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da Nota Fiscal/Fatura, terá a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX/100) I = (6/100) I = 0,00016438
365 365
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Para comprovação de atendimento à Qualificação Técnica, o edital deverá exigir a apresentação do(s) seguinte(s) documento(s):

10.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante fornecido de forma satisfatória itens da mesma natureza ou similares aos do presente Termo de Referência.

10.1.1 Deverá apresentar Alvará Sanitário da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme dispõe o Art. 2º, da Lei Federal nº 6.360/76 e Portaria Federal nº 2.814, de 29/05/98, ou Declaração de que a empresa reúne condições de apresentá-la(s) em momento oportuno (condição para assinatura do contrato).

10.1.2 Deverá apresentar Certificado de Registro e Inscrição da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Odontologia – CRO.

10.1.3 Deverá apresentar certidão de registro vigente do Técnico Responsável pela empresa junto ao Conselho Regional de Odontologia, comprovando o seu vínculo com o Conselho. Caso o profissional não seja o proprietário da empresa, apresentar o seu vínculo empregatício com a empresa licitante, através do registro na CTPS, ou um Contrato de Prestação de Serviços, ou ainda, mediante apresentação de declaração de contratação futura, emitida pela licitante, devidamente acompanhada da anuência do profissional.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. A adjudicação e homologação das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO "POR ITEM".

11.2. Não há óbice quanto à adjudicação de um ou mais itens para a mesma licitante.

12. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

12.1. Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

12.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;

12.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas;

12.1.3. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

12.1.4. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto;

12.1.5. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes a execução do contrato;

12.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens em desacordo com o Contrato;

12.1.7. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento para fornecimento dos itens contratados;

12.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

12.2.1. Executar o contrato conforme especificações definidas no presente Termo de Referência;

12.2.2. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos itens que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;

12.2.3. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

12.2.4. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contratos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;

12.2.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE;

a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

12.2.6. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.2.7. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;

12.2.8. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem anuência da Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA;

12.2.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA;

12.2.10. A CONTRATADA será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos.

13. CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato obedecerá às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da empresa licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições especificadas neste Termo de Referência.

13.2. A administração convocará a empresa detentora do registro de preços, para assinatura do termo de contrato, a qual terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação, para celebração do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência eletrônica, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico, preferencialmente a forma que dispõe o Decreto Municipal nº 394/2023.

13.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;

13.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no aviso de contratação, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

13.5. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

13.6. Os contratos decorrentes deste instrumento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

13.7. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n°. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.5. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.8. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

16. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.

16.1. O edital da licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial à luz da Lei nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, exigindo principalmente documentação relativa a:

16.1.1. Habilitação jurídica;

16.1.2. Habilitação Técnica (conforme disposições contidas no item 10.);

16.1.3. Fiscal, Social e Trabalhista;

16.1.4. Qualificação econômico-financeira;

16.1.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

17. VALOR ESTIMADO

17.1. O preço considerado como estimativa para esse objeto foi determinado com base em pesquisas de preços, de acordo com o Decreto Municipal nº 394/2023, conforme valores abaixo:

17.2 Os valores de referência adotados foram extraídos através do sistema de Banco de Preços, com valores praticados por outros órgãos da Administração Pública, após avaliação criteriosa na qual se constatou a inexistência de grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado, foi estimado o valor total de **R$ 218.055,00 (duzentos e dezoito mil e cinquenta e cinco reais).**

17.2. Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos, observando o seguinte:

- **COTA EXCLUSIVA** – Em atendimento ao disposto no artigo 48, I, da Lei Federal nº 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 20 e alterações posteriores, todos os itens cujo valor total seja de até R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de MICROEMPRESAS – ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP;

17.3 A critério da administração pública e em observância ao artigo 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, não aplicará o disposto acima mencionado, quando:

a) Não houver um mínimo de 3 (três) prestadores de serviços competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; e
b) O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Prótese Total Mandibular	UND	250	R$ 180,33	R$ 45.082,50
2	Prótese Total Maxilar	UND	250	R$ 184,17	R$ 46.042,50
3	Prótese Parcial Mandibular Removível	UND	250	R$ 165,00	R$ 41.250,00
4	Prótese Parcial Maxilar Removível	UND	250	R$ 177,67	R$ 44.417,50
5	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	UND	250	R$ 165,05	R$ 41.262,50

17.5. Os preços referenciais desta contratação terão caráter sigiloso nos termos do art. 24 da Lei nº14.133/2021.

17.5.1. A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada.

17.5.2. Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade do objeto, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

17.5.3. Desta forma e por todo justificado anteriormente, o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas de preços.

17.5.4. O sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

18. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

18.1. O objeto deste Termo de Referência se fundamenta na Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se ainda as disposições contidas no Decreto Municipal nº 394/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes.

18.2. Encaminhe-se à autoridade competente, que deverá decidir motivadamente sobre a autorização e prosseguimento dos demais atos inerentes a contratação

Cantanhede/MA, em 04 de março de 2024.

Alexsandro Martins Baima
Secretário Adjunto Municipal de Saúde

TERMO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Com relação ao Termo de Referência apresentado este descreve com clareza e objetividade todas as especificações dos objetos a serem contratados, dos procedimentos corretos e adequados, dos deveres do contratante e do contratado, da fiscalização a ser exercida, expondo todas as informações pertinentes e transmitindo a quem for do ramo, uma visão clara, transparente e objetiva do que precisa ser executado, ficando afastado qualquer predominância de complexidade do objeto em questão.

Portanto, atendendo a determinação legal, ratifico para os devidos fins que o Termo de Referência apresentado possui todas as informações necessárias para que a Administração efetue com transparência e legitimidade a contratação do objeto.

Por isso, aprovo o Termo de Referência pelas razões nele expostas e autorizo a realização da licitação, na modalidade Pregão Eletrônico para Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA.

Cantanhede/MA, 05 de março de 2024.

Jairon Dantas Paiva
Secretário Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 43
RUB.

EDITAL E ANEXOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX

LICITAÇÃO DIFERENCIADA EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA ATENDIMENTO DO ARTIGO 48, § 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.

REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº.14.133/21, REGULAMENTADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 394/2023, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2002001/2024	**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/XXXX**
ÓRGÃO CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde	**ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO "POR ITEM"	**REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO "FORNECIMENTO PARCELADO"

OBJETO: Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, **Anexo II** do Presente Edital.

O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, através do PORTAL LICITANET, site: http://www.licitanet.com.br

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
Início: XX/XX/XXXX - Término: XX/XX/XXXX, às XX:XXhs (Horário de Brasília)
SESSÃO PÚBLICA: XX/XX/XXXX, às XX:XXh (Horário de Brasília)
Será sempre considerado **o horário de Brasília (DF)** para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto "Horário Local".

DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL

DIA: Dias úteis, de Segunda a Sexta-feira
HORÁRIO: das 08:00hs às 12:00hs (horário local).

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA, localizada na Praça Paulo Rodrigues, nº 01, Centro, CEP: 65.465-000, Cantanhede/MA.
E-mail para contato com a CPL: cpl@cantanhede.ma.gov.br
O edital poderá ser retirado gratuitamente no sítio eletrônico: www.cantanhede.gov.br

PREGOEIRA:

Nayana Rosa Rodrigues de Aguiar
Pregoeira
Port. nº XXX/XXXX
E-mail: cpl@cantanhede.ma.gov.br

MODELO

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002 001 /2024
FLS. 44
RUB.

PREGÃO ELETRÔNICO nº XXX/XXXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2002001/2024

MODO DE DISPUTA ABERTA

"LICITAÇÃO DIFERENCIADA EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA ATENDIMENTO DO ARTIGO 48, § 3º DA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014."

O MUNICÍPIO DE CANTANHEDE, ESTADO DO MARANHÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.156.160/0001-00, através da Secretaria Municipal de Saúde, por meio de sua PREGOERIA, torna público para conhecimento dos interessados que realizará às **XX:XXhrs, do dia XX/XX/XXXX**, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento, "MENOR PREÇO POR ITEM" que se regerá por este instrumento, e pela legislação pertinente, em especial pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 394/2023 e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº14.133/21.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominada pregoeira, mediante a Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado PREGOEIRA, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: www.licitanet.com.br. O servidor conduzirá todo o procedimento conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste instrumento e as constantes no sistema portal licitanet, prevalecerão as descritas aqui estabelecida.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL e anexos.
1.2. O critério de julgamento adotado será o **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.
1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. VALOR ESTIMADO

2.1. O preço considerado como estimativa para o objeto da presente licitação foi determinado, conforme dispõe o Decreto Municipal 394/2023. Com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de R$ (Orçamento de caráter sigiloso nos termos do art. 24 da Lei nº14.133/2021).
2.2. A Pesquisa de preços realizada pelo setor de Compras encontra-se disponível na sala da Comissão de Licitação, no endereço mencionado no preâmbulo do presente Edital, e será disponibilizado o acesso ao público somente após a fase de lances, por se tratar de licitação com valor sigiloso.

3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Por se tratar de um processo de aquisição normal, sem a formalização de Ata de Registro de Preços, as despesas serão computadas na dotação orçamentária abaixo:

ÒRGÃO: 06 Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 0602 Fundo Municipal de Saúde
PROJETO ATIVIDADE: 103010012.0.056 Manutenção e Func. do Programa de Saúde Bucal - PSB

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 45
RUB.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de consumo

4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL LICITANET.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Em conformidade com a Lei Complementar nº123/ 2006, para os itens 1 a 12 a participação é exclusiva de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou em-

INICIAL

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 46
RUB.

prego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

4.8. O impedimento de que trata o item 4.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2. e 4.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens 4.7.2. e 4.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.13. A vedação de que trata o item 4.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.14. Para fins de participação nesta contratação, serão aceitas as declarações e propostas de preços que possuírem assinaturas eletrônicas qualificadas (e-cpf do representante legal ou e-cnpj da empresa), conforme previsto no Art. 5º, inciso III, da Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

4.14.1. A validação da assinatura eletrônica será realizada através do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, disponibilizado gratuitamente pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI no sítio https://verificador.iti.gov.br, objetivando aferir a conformidade de assinaturas digitais existentes em um arquivo assinado em relação à regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a ICP-Brasil.

4.14.2. Caso a licitante apresente documentação nas condições previstas nos subitens 4.14 e 4.14.1 acima, o documento assinado eletronicamente no ato de validação deverá ter o resultado APROVADO, confirmando que assinatura está em conformidade com a regulamentação da ICP-Brasil.

5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário ou desconto (mensal, unitário etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. *O licitante não poderá* oferecer *proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 47
RUB.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002007 /2024
FLS. 48
RUB.

direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2. ou 6.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual *de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 49
RUB.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R$ 5,00 (cinco reais).*

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 50
RUB

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 51
RUB.

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.5. A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.6. É facultado aa Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF, quando for o caso;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.1.4. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "8.1.1.", "8.1.2." e "8.1.3." acima pela Consulta

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 52
RUB. TCU

Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 53
RUB.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, constam no item 9.11 e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, se for o caso.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 54
RUB.

juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

9.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.5.2. Nos termos do item acima, o agente deverá proporcionar conforme o caso, meios alternativos e prazos razoáveis, não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, para envio de documentos diligenciado.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.11. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do PORTAL LICITANET, nos documentos exigidos neste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômica financeira.

9.11.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento do **PORTAL LICITANET**;

9.11.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do cadastro para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada, após solicitação da Pregoeira.

9.12. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira.

9.14. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.15. A solicitação dos documentos de habilitação será feita em relação ao licitante vencedor.

9.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 55
RUB.

9.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 0

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9.22. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são as discriminadas nos itens a seguir:

9.23. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.23.1. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.23.2. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.23.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.23.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.23.5. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.23.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.23.7. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.23.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.24. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 56
RUB.

9.24.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.24.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.24.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.24.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.24.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.24.6.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.24.6.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à dívida ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.24.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.24.7.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.24.7.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à Dívida ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante;

9.24.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual e/ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.24.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.25. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.25.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis, dos últimos 02 (dois) anos (exercício financeiro), apresentados na forma da lei, acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.25.1.1. Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro do processo de licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.25.1.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 57
RUB.

9.25.2. Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contáveis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.25.3. Além dos documentos acima, deverá ser comprovada a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\mathbf{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\mathbf{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\mathbf{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

9.25.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez porcento) do valor total cotado pela licitante ou do item pertinente.
9.25.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei de acordo com seu enquadramento e legislação pertinente, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou Por cópia integral do Livro Diário, com Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme disposto nos artigos 1.180, Parágrafo Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2º da lei 10.406/2002:

9.25.5.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;
9.25.5.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, contendo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;
9.25.5.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
9.25.5.4. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.25.6. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
9.25.7. **As empresas que não optaram ao regime tributário do Simples Nacional durante o exercício financeiro a que se refere as informações contábeis, deverão apresentar o Balanço Patrimonial completo, incluindo os termos de abertura e encerramento, bem como as demonstrações contábeis no formato ECD/SPED, ou o livro caixa, atendendo ao disposto no Parágrafo Único do art. 45 da Lei 8.981/95, nos termos da Instrução Normativa nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021)**

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 58
RUB.

9.25.8. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial.
9.25.9. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação quando não vier expresso na certidão;

9.25.9.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.25.10. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;

9.26. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
9.26.1 Apresentar no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) a aptidão para atender de modo pertinente e compatível em características, quantidades e prazos do objeto da licitação;

a) O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade de cada Atestado de Capacidade Técnica solicitado neste Edital, e apresentar, quando solicitado, dentre outros documentos, cópia do(s) contratos(s) e ou nota(s) fiscal(ais) a ele(s) pertinente(s), além de fornecer o(s) endereço(s) atual(ais) do(s) contratante(s) e o(s) local(is) em que foram fornecidos os produtos.

9.26.2 O licitante deverá apresentar Alvará Sanitário da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme dispõe o Art. 2º, da Lei Federal nº 6.360/76 e Portaria Federal nº 2.814, de 29/05/98, ou Declaração de que a empresa reúne condições de apresentá-la(s) em momento oportuno (condição para assinatura do contrato).
9.26.3 O licitante deverá apresentar Certificado de Registro e Inscrição da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Odontologia – CRO.
9.26.4 O licitante deverá apresentar certidão de registro vigente do Técnico Responsável pela empresa junto ao Conselho Regional de Odontologia, comprovando o seu vínculo com o Conselho. Caso o profissional não seja o proprietário da empresa, apresentar o seu vínculo empregatício com a empresa licitante, através do registro na CTPS, ou um Contrato de Prestação de Serviços, ou ainda, mediante apresentação de declaração de contratação futura, emitida pela licitante, devidamente acompanhada da anuência do profissional.

9.27. OUTRAS COMPROVAÇÕES DE HABILITAÇÃO:
9.27.1. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:
a) Estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;
9.27.2. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 60 (sessenta) dias.
9.27.3. A documentação de habilitação, será encaminhada em formato digital, no prazo estabelecido, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
9.27.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
9.27.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste instrumento.

10. DA ASSINATURA DOS CONTRATOS

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
RUB.

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05. (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar os Contratos, cujo prazo de validade encontrarão neles fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
10.3. O Contrato será assinado por meio de assinatura digital e disponibilizada no portal da transparência do órgão, assim como no PNCP para que surja seus efeitos legais.

11. CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES

11.1 Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do Art. 90, da lei 14.133 de 01 de abril de 2024.

12. RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
12.11. Não serão conhecidos recursos interpostos fora do sistema eletrônico ou intempestivamente.

13. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 60
RUB.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Licitanet no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 61
RUB.

14.4. A multa será recolhida em percentual 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de *30 (trinta)* **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 0, 0 e 0, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações, bem como pelas infrações administrativas previstas em lei e que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na legislação, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas as sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Caberá ao interessado acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

15.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

15.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 62
RUB.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
15.8. As normas disciplinadoras deste instrumento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
15.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
15.11. Fica eleito o foro da Comarca de Cantanhede/MA, para solucionar quaisquer questões oriundas deste procedimento.
15.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônico www.cantanhede.ma.gov.br e-mail: cpl@cantanhede.ma.gov.br e Sistema do TCE no endereço eletrônico https://apps.tce.ma.gov.br/sinc-site/contrata, e também poderá ser lido e/ou obtido na Sede da Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA, sito à Praça Paulo Rodrigues, nº 01, Centro, CEP: 65.465-000, Cantanhede/MA, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
15.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos constantes no item 16. deste instrumento.

16. ANEXOS
16.1. Fazem parte do presente INSTRUMENTO, os seguintes anexos:
16.1.1. Anexo I - Modelo de Proposta.
16.1.2. Anexo II - Termo de Referência.
16.1.2.1. Apêndice A - ETP
16.1.2.2. Apêndice B - Pesquisas de Preços
16.1.2.3. Apêndice C - Planilha Orçamentária, em conformidade com a Lei Complementar nº123/2006.
16.1.3. Anexo III – Minuta do Contrato.

XXXXXXXX/XX, em XX de XXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXX

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 63
RUB.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX

ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

AO
SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE/MA

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO nº XXX/XXXX

Senhora Pregoeira,

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, a nossa proposta relativa a contratação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

1. Proponente:
Razão Social
CNPJ:
Endereço:
E-mail Oficial de comunicação: | Tel:
Valor Total da Proposta: R$.....(.....)

PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS).

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	MARCA	PREÇOS R$	
					UNTÁRIO	TOTAL
1.						

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
3. PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO:
4. VALIDADE DO OBJETO:
5. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO/REPARO DOS SERVIÇOS:
6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
7. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:
8. INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO (Nome, RG, CPF, Endereço).

_____
(local e data)

_____
(Nome e assinatura do responsável da empresa)

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 64
RUB.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX
ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA.

1.2. A demanda do consumo previsto está a seguir, onde demonstram os itens e quantitativos da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE
1	Prótese Total Mandibular	UND	250
2	Prótese Total Maxilar	UND	250
3	Prótese Parcial Mandibular Removível	UND	250
4	Prótese Parcial Maxilar Removível	UND	250
5	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	UND	250

ESPECIFICAÇÕES:

1. A moldagem deverá seguir as seguintes especificações:

Confecção da placa de resina para moldagem com liysanda;
Confecção da placa de resina para tomada de oclusão, dimensão vertical (vasar o gesso após moldagem com liysanda);
Encaminhar o modelo com os dentes montados (laboratório deverá comprar para cada modelo de acordo com o tamanho e cor).

2. Confecção de prótese total superior (PTS) ou inferior (PTI), compreendendo:
Placa acrílica;
Cera utilidade;
Dentes nacionais com dupla prensagem;
Gengiva normal ou caracterizada;
Palato rosa ou incolor;
Polimento das peças quando houver necessidade de desgastes para adaptação das peças.

3. Confecção de próteses dentárias parciais removíveis superiores (PPRS) ou inferior (PPRI),compreendendo:
Cera utilidade;
Dentes nacionais;
Gengiva normal;

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 65
RUB.

Metal para estrutura: cromo cobalto
Polimento das peças quando houver necessidade de desgastes para adaptação das peças.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses.
1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. NATUREZA DO OBJETO

2.1. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comum (ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 394/2023.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação de um laboratório de próteses dentárias a esta Secretaria visa além de cumprir as exigências do Ministério da Saúde, atender a população cantanhedense usuária do SUS que busca a reposição de dentes perdidos, visando restaurar e manter a forma, função, aparência e saúde oral. O termo "prótese dentária" também é utilizado para se referir ao artefato que se propõe a substituir a função original dos dentes perdidos ou ausentes. O principal objetivo é a reabilitação bucal, em todas as suas funções: estética, fonética e mastigação. Repor ou restaurar de forma indireta (por meio laboratorial) os dentes, através de confecção de próteses fixas ou próteses removíveis como prótese total, ou prótese parcial removível. Projetos do Ministério da Saúde indica a necessidade de ampliação da resolutividade das ações básicas em odontologia, buscando a integralidade da assistência e suporte por uma rede especializada para garantir a confecção de próteses dentárias. Neste sentido, a reabilitação de pessoas, parcial ou totalmente edêntulos.

4. FONTE DE RECURSO

4.1. As despesas decorrentes da contratação em pauta, serão consignadas no orçamento de 2024 com disponibilidade na seguinte dotação orçamentária:

ÒRGÃO: 06 Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 0602 Fundo Municipal de Saúde
PROJETO ATIVIDADE: 103010012.0.056 Manutenção e Func. do Programa de Saúde Bucal - PSB
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de consumo

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade

5.1.1. Não se aplica a este objeto.

5.2. Indicação de marcas ou modelos

5.2.1. Não se aplica a este objeto.

5.3. Vedação de utilização de marca/produto

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 66
RUB.

5.3.1. Não se aplica a este objeto.

5.4. Exigência de carta de solidariedade

5.4.1. Não se aplica a este objeto.

5.5. Subcontratação

5.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.6. Garantia da contratação

5.6.1. Não será exigida a garantia da contratação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega

6.1.1 O prazo de entrega dos bens é de no máximo 20 (vinte) dias, contados da ordem de fornecimento, em remessa única.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7. Local de entrega dos produtos

7.1. Os itens deverão ser entregues no endereço indicados pela Secretária Municipal de Saúde constante na ordem de compra, no Município de Cantanhede/MA.

7.3. Procedimentos de transição e finalização do contrato

7.3.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediantes simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. Preposto

8.6.1. A Contratada designará formalmente um preposto, antes do início da execução do objeto, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 67
RUB.

8.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8.7. Fiscalização

8.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato da Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA.

8.7.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.7.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.8. Gestor do Contrato

8.8.1. O Gestor de Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

8.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 68
RUB.

8.8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Recebimento

9.1.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 05 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.2.2.1. o prazo de validade;

9.2.2.2. a data da emissão;

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 69
RUB.

9.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.2.2.5. o valor a pagar; e

9.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.5. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo do objeto, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de fornecimento e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscri-

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 70
RUB.

ção na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), diretamente na conta que o fornecedor apresentar em sua proposta.

9.4.2. O pagamento será feito em favor da empresa contratada através de ordem ou transferência bancária em sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante.

9.4.3. A CONTRATADA deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura à Secretaria Requisitante acompanhada das Certidões listadas no subitem 8.4.1 acima.

9.4.4. Caso a CONTRATADA seja Optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar também juntamente com a documentação elencada no item 8.4.1, o Extrato do Simples referente a última competência.

9.4.5. O pagamento será efetuado após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

9.4.6. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

9.4.7. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

9.4.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da Nota Fiscal/Fatura, terá a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX/100) \quad I = (6/100) \quad I = 0,00016438$
$\quad\quad 365 \quad\quad\quad 365$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Para comprovação de atendimento à Qualificação Técnica, o edital deverá exigir a apresentação do(s) seguinte(s) documento(s):

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 71
RUB.

10.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante fornecido de forma satisfatória itens da mesma natureza ou similares aos do presente Termo de Referência.

10.1.1 Deverá apresentar Alvará Sanitário da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme dispõe o Art. 2º, da Lei Federal nº 6.360/76 e Portaria Federal nº 2.814, de 29/05/98, ou Declaração de que a empresa reúne condições de apresentá-la(s) em momento oportuno (condição para assinatura do contrato).

10.1.2 Deverá apresentar Certificado de Registro e Inscrição da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Odontologia – CRO.

10.1.3 Deverá apresentar certidão de registro vigente do Técnico Responsável pela empresa junto ao Conselho Regional de Odontologia, comprovando o seu vínculo com o Conselho. Caso o profissional não seja o proprietário da empresa, apresentar o seu vínculo empregatício com a empresa licitante, através do registro na CTPS, ou um Contrato de Prestação de Serviços, ou ainda, mediante apresentação de declaração de contratação futura, emitida pela licitante, devidamente acompanhada da anuência do profissional.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. A adjudicação e homologação das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO "POR ITEM".

11.2. Não há óbice quanto à adjudicação de um ou mais itens para a mesma licitante.

12. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

12.1. Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

12.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;

12.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas;

12.1.3. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

12.1.4. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto;

12.1.5. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes a execução do contrato;

12.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens em desacordo com o Contrato;

12.1.7. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento para fornecimento dos itens contratados;

12.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

12.2.1. Executar o contrato conforme especificações definidas no presente Termo de Referência;

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 22
RUB.

12.2.2. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos itens que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;

12.2.3. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

12.2.4. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contratos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;

12.2.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE;

a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

12.2.6. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.2.7. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;

12.2.8. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem anuência da Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA;

12.2.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA;

12.2.10. A CONTRATADA será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos.

13. CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato obedecerá às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da empresa licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições especificadas neste Termo de Referência.

13.2. A administração convocará a empresa detentora do registro de preços, para assinatura do termo de contrato, a qual terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação, para celebração do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência eletrônica, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco)

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 73
RUB.

dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico, preferencialmente a forma que dispõe o Decreto Municipal nº 394/2023.

13.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;

13.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no aviso de contratação, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

13.5. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

13.6. Os contratos decorrentes deste instrumento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

13.7. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n°. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 74
RUB.

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.5. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.8. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 75
RUB.

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

16. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.

16.1. O edital da licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial à luz da Lei nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, exigindo principalmente documentação relativa a:

16.1.1. Habilitação jurídica;

16.1.2. Habilitação Técnica (conforme disposições contidas no item 10.);

16.1.3. Fiscal, Social e Trabalhista;

16.1.4. Qualificação econômico-financeira;

16.1.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

17. VALOR ESTIMADO

17.1. O preço considerado como estimativa para esse objeto foi determinado com base em pesquisas de preços, de acordo com o Decreto Municipal nº 394/2023, conforme valores abaixo:

17.2 Os valores de referência adotados foram extraídos através do sistema de Banco de Preços, com valores praticados por outros órgãos da Administração Pública, após avaliação criteriosa na qual se constatou a inexistência de grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado, foi estimado o valor total de **R$ (ORÇAMENTO SIGILOSO).**

17.2. Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos, observando o seguinte:

➢ **COTA EXCLUSIVA** – Em atendimento ao disposto no artigo 48, I, da Lei Federal nº 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 20 e alterações posteriores, todos os itens cujo valor total seja de até R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de MICROEMPRESAS – ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP;

17.3 A critério da administração pública e em observância ao artigo 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, não aplicará o disposto acima mencionado, quando:

a) Não houver um mínimo de 3 (três) prestadores de serviços competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; e
b) O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 76
RUB.

1	Prótese Total Mandibular	UND	250	SIGILOSO	SIGILOSO
2	Prótese Total Maxilar	UND	250	SIGILOSO	SIGILOSO
3	Prótese Parcial Mandibular Removível	UND	250	SIGILOSO	SIGILOSO
4	Prótese Parcial Maxilar Removível	UND	250	SIGILOSO	SIGILOSO
5	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	UND	250	SIGILOSO	SIGILOSO

17.5. Os preços referenciais desta contratação terão caráter sigiloso nos termos do art. 24 da Lei nº14.133/2021.

17.5.1. A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada.

17.5.2. Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade do objeto, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

17.5.3. Desta forma e por todo justificado anteriormente, o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas de preços.

17.5.4. O sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

18. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

18.1. O objeto deste Termo de Referência se fundamenta na Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se ainda as disposições contidas no Decreto Municipal nº 394/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes.

18.2. Encaminhe-se à autoridade competente, que deverá decidir motivadamente sobre a autorização e prosseguimento dos demais atos inerentes a contratação.

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 77
RUB.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX
APÊNDICE - A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O presente estudo técnico preliminar tem por objetivo investigar as diretrizes para Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA.

1. Descrição da Necessidade

A contratação de um laboratório de próteses dentárias a esta Secretaria visa além de cumprir as exigências do Ministério da Saúde, atender a população cantanhedense usuária do SUS que busca a reposição de dentes perdidos, visando restaurar e manter a forma, função, aparência e saúde oral. O termo "prótese dentária" também é utilizado para se referir ao artefato que se propõe a substituir a função original dos dentes perdidos ou ausentes. O principal objetivo é a reabilitação bucal, em todas as suas funções: estética, fonética e mastigação. Repor ou restaurar de forma indireta (por meio laboratorial) os dentes, através de confecção de próteses fixas ou próteses removíveis como prótese total, ou prótese parcial removível. Projetos do Ministério da Saúde indica a necessidade de ampliação da resolutividade das ações básicas em odontologia, buscando a integralidade da assistência e suporte por uma rede especializada para garantir a confecção de próteses dentárias. Neste sentido, a reabilitação de pessoas, parcial ou totalmente edêntulos.

2. Resultados almejados

Pretende-se, proporcionar qualidade de vida e o bem-estar da população Cantanhedense usuária dos serviços de saúde bucal do município, elevando a autoestima do indivíduo, que por muitas vezes sofre consequências de falta de dentes como: problemas de fala e de aceitação da aparência física com graves repercussões, dificuldades de socialização, sensação de envelhecimento e sentimento de humilhação. Com a contratação busca-se princípios básicos como:

Qualidade do Material:
Garantir a utilização de materiais odontológicos de alta qualidade e seguros para a saúde bucal.
Especificar o tipo de material a ser utilizado na confecção das próteses, como resinas, porcelanas ou outros materiais apropriados.

Ajuste e Conforto:
Buscar um ajuste preciso das próteses para garantir conforto ao paciente.
Garantir que as próteses se encaixem corretamente na boca, evitando desconfortos ou ferimentos.

Estética:

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 78
RUB.

Assegurar um resultado estético natural e agradável para os pacientes, levando em consideração a cor, forma e textura dos dentes artificiais.

Durabilidade:
Definir padrões de durabilidade para as próteses, visando uma vida útil adequada e minimizando a necessidade de substituições frequentes.

Prazo de Entrega:
Estabelecer prazos realistas para a entrega das próteses, considerando as necessidades dos pacientes e da Secretaria Municipal de Saúde.

Custo-benefício:
Buscar um equilíbrio entre a qualidade do serviço e o custo para garantir um serviço acessível, mas sem comprometer a qualidade.

Garantia e Assistência Técnica:
Estipular períodos de garantia para as próteses e garantir a disponibilidade de assistência técnica em caso de problemas ou ajustes necessários.

Conformidade com Normas e Regulamentações:
Certificar-se de que os serviços estão em conformidade com as normas e regulamentações locais e nacionais para garantir a segurança e a qualidade.

MINUTA

3. Previsão no Plano de Contratações Anual

Mesmo o município de Cantanhede, não dispondo atualmente de um Plano Anual de Contratações (PAC) estabelecido, considera-se viável e relevante a contratação de serviços de confecção de prótese dentaria total e parcial convencional odontológica (superior e inferior).

Ademais, destaca-se que a demanda foi apresentada no DFD nº 2002001/2024 e aprovada por meio do despacho da Autoridade competente.

4. Requisitos da Contratação

A aquisição de próteses dentárias tem natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art.6°, inciso XIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

5. Estimativa do Quantitativo

Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 79
RUB.

1	Prótese Total Mandibular	UND	250
2	Prótese Total Maxilar	UND	250
3	Prótese Parcial Mandibular Removível	UND	250
4	Prótese Parcial Maxilar Removível	UND	250
5	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	UND	250

6. Levantamento de Mercado

Conforme pesquisa de mercado realizada, utilizando os parâmetros Decreto Municipal 394/2023 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, priorizada a ordem dos parâmetros para pesquisa de mercado, conforme legislação vigente. Foram utilizadas contratações similares pela administração pública.

7. Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado para o atendimento da referida contratação constante neste Estudo Técnico Preliminar será extraído após elaboração de pesquisa de preços elaborada pelo setor competente.

8. Justificativa Técnica e Econômica da Solução Escolhida

Este Estudo Técnico Preliminar visa, sobremaneira, analisar e escolher qual a solução que melhor responde às necessidades deste Município, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos objetos a serem adquiridos.

A solução escolhida de Pregão Eletrônico prende-se inicialmente ao fato de se tratar de aquisição de bens comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, tornando obrigatória para a Administração Municipal, a utilização da modalidade pregão, na forma eletrônica. além de técnica, economicamente viável e mais apropriação, considerando a logística de reposição dos materiais.

9. Parcelamento da Contratação

O fornecimento em epígrafe será contratado de forma individualizada e, portanto, é passível de aquisição por item distinto.

A solução será dividida tendo em vista ser tecnicamente e economicamente viável, levando a um melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

Nesse contexto a contratação será do tipo **menor preço por item** tendo em vista a ampliação da competitividade.

10. Contratações Correlatas/Interdependentes

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 80
RUB

Após uma análise detalhada, constatou-se que para os serviços de prótese dentária para a Secretaria Municipal de Saúde de Cantanhede/MA, não se faz necessário realizar contratações acessórias. Este estudo concluiu que a execução do objeto da contratação pode ser integralmente atendida pelos termos e condições estabelecidos na contratação principal, sem a necessidade de serviços ou suprimentos adicionais.

11. Possíveis Impactos Ambientais

Os bens a serem adquiridos não trazem possíveis impactos ambientais.

12. Riscos da Contratação

A contratação não demanda um gerenciamento formal de riscos.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A área demandante, isoladamente ou em conjunto com outros setores, declara, de forma conclusiva, que a pretendida contratação é:

Adequada ao atendimento da necessidade a que se destina.

Justificativa: Pelo exposto, vê-se que a melhor solução será através da contratação dos bens a serem adquiridos por empresa especializada

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 81
RUB.

APÊNDICE – B
PESQUISA PRELIMINAR DE PREÇOS

MAPA DE PESQUISA DE PREÇO				PREÇO MÉDIO	
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND.**	**QTD.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
ORÇAMENTO SIGILOSO					
Referência: Item 16.1 do Termo de Referência				**TOTAL**	

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 82
RUB.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX
APÊNDICE – C – ORÇAMENTO SIGILOSO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM CONFORMIDADE COM A LC nº123/2006

QUANTITATIVO GERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE
1	Prótese Total Mandibular	UND	250
2	Prótese Total Maxilar	UND	250
3	Prótese Parcial Mandibular Removível	UND	250
4	Prótese Parcial Maxilar Removível	UND	250
5	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	UND	250

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 83
RUB.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX
ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº_____/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2002001/2024

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE CANTANHEDE, por meio da _____ *[órgão da Administração Direta]*, ou a (o) _____ *[entidade da Administração Indireta]*, como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, na forma abaixo.

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE CANTANHEDE, ESTADO DO MARANHÃO,** por meio do _____ [*órgão da Administração Direta*], ou _____ a(o) [*entidade da Administração Indireta*] com sede na _____, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [*autoridade administrativa competente para firmar o contrato*], inscrito no CPF nº _____, e a sociedade _____, estabelecida na _____ [*endereço da sociedade CONTRATADA*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [*representante da sociedade CONTRATADA*], inscrito no CPF nº _____, têm justo e acordado o presente Contrato Nº _____, decorrente da PREGÃO ELETRÔNICO nº XXX/XXXX, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 2002001/2024, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

PARAGRAFO UNICO: Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição:

a) Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/XXXX;
b) Termo de Referência (ou PROJETO BÁSICO);
c) Proposta e documentos anexos, firmados pela CONTRATADA;
d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA, conforme especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único – Os **fornecimentos** serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 84
RUB.

todas as exigências, normas do **Termo de Referência/Projeto Básico**, bem como nas normas técnicas para a execução do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor total do presente contrato é de R$ _____ (por extenso), conforme planilha discriminativa abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01.						
	VALOR TOTAL:					

Parágrafo Primeiro – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Segundo – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) *[setor competente do órgão ou entidade licitante]*.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) _____ [*setor competente do órgão ou entidade contratante*].

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, Ordem de autorização e as certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos fornecimentos efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 85

O objeto do presente instrumento não será reajustado, salvo situações excepcionais.

Parágrafo Primeiro – No caso de reajuste, os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:
R = Po [(I-Io)/Io]
Onde:
R = valor do reajuste;
I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;
Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Terceiro – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO
A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução do conrtato caberá à comissão designada por ato do_____ [*titular do órgão ou entidade contratante*]. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 86
RUB.

que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução do objeto, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao execução contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades no fornecimento dos itens contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - EXECUÇÃO

O presente contrato será executado conforme especificações constantes no termo de referência, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da ordem de compra.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por _____ dias/meses contados desta, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

Parágrafo Segundo – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Parágrafo Quarto – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da contratada serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo [*autoridade competente*] _____ que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único - Na recusa de recebimento, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá, substituir os itens, passando a contar os prazos para pagamento e

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 87
RUB

demais compromissos da CONTRATANTE a partir da data do efetivo recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).
iv. **Multa:**
    1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
    2. *Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
        i. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.*

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 88
RUB.

14.133/2021).

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Quarto - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Sexto - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *60 (sessenta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Oitavo - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Nono - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Décima Primeira - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Décima Segunda - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décima Terceira - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 89
RUB.

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Primeiro – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Parágrafo Segundo – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo Quarto – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Quinto – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA, classificada conforme abaixo especificado:

ÒRGÃO: 06 Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 0602 Fundo Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 90
RUB.

PROJETO ATIVIDADE: 103010012.0.056 Manutenção e Func. do Programa de Saúde Bucal – PSB
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cantanhede para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município nos prazos legais, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, além da divulgação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

a. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021;

b. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Cantanhede/MA, em _____ de _____ de 2024.

Agente Público competente do órgão
ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)
CONTRATANTE

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)
CONTRATADO

MINUTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 91
RUB.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - PORTARIA - portarias: 043/2024

Portaria Nº 043/2024 GAB

O Prefeito Municipal de Cantanhede, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º- Nomear a Srª. MILENA SUELIN SOUSA SILVA, para o cargo de Secretária Municipal de Saúde, a partir desta data;
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cantanhede, 08 de Abril de 2024

JOSÉ MARTINHO DOS SANTOS BARROS
Prefeito Municipal de Cantanhede

CPF: ***.912.133-** - Data: 08/04/2024 - IP com nº: 192.168.1.14
Autenticação em: www.cantanhede.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1439

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 92
RUB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cantanhede - MA, 11 de abril de 2024

Ilmo. Sr.
RAFAEL TEIXEIRA
Assessoria Jurídica
Prefeitura Municipal de Cantanhede - MA.

Senhor assessor,

Pelo presente, encaminho os autos do Processo Administrativo nº 2002001/2024, contendo todos os artefatos necessários da fase preparatória, para que seja procedida com a análise jurídica da contratação, para fins do controle prévio de legalidade em cumprimento ao disposto no art. 53, ambos da Lei nº 14.133/2021.

Encaminhem-se os autos a Assessoria Jurídica do Município, para providências necessárias, quanto a manifestação jurídica que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.

Certo de sua atenção, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Milena Suelin Sousa Silva
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula: 123288-3

Milena Suelin Sousa Silva
Secretária Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 93
RUB.

PARECER JURÍDICO

PARECER PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2002001/2024
ORIGEM: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Análise do Edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

I – CARACTERIZAÇÃO

Trata-se de procedimento licitatório acerca da aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA. A fase interna do processo se desenvolveu regularmente através da solicitação de aquisição feita à Secretaria Municipal de Saúde, com autorização expressa da ordenadora de despesas da pasta.

Do procedimento resultou a elaboração de Edital do Pregão Eletrônico do processo em epígrafe, e seus anexos, os quais agora são submetidos à análise jurídica.

II – ANÁLISE

A presente análise tem o condão de assistir a autoridade no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, metodológica ou de conveniência e oportunidade.

Quanto a modalidade Pregão Eletrônico, regida pela Lei n.º 14.133/21, esta proporciona vantagens aos entes públicos em razão da celeridade, ampla divulgação, publicidade e eficiência na contratação a distância, e com isso, aumentam as chances de a administração realizar uma contratação mais favorável economicamente com a ampliação do número de participantes, estimulando a concorrência.

O sistema de registro de preços tem como escopo a aquisição de bens comuns, de fácil especificação e qualificação, se apresentando como o mais adequado ao presente caso, sobretudo pela praticidade e economicidade, conceitos inerentes à concretização do interesse público.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Autoridade Competente, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, a previsão de dotação orçamentária, o termo de referência, o decreto de designação do pregoeiro e da equipe de apoio, e a minuta do Edital.

Em suma, nos termos apresentados na justificativa de contratação, observa-se o cumprimento de exigências do Ministério da Saúde e atender a população cantanhedense usuária do SUS que busca a reposição de dentes perdidos, visando restaurar e manter a forma, função, aparência e saúde oral.

Vale lembrar que a análise do presente parecer se restringe aos aspectos jurídicos acerca da aspectos formais da licitação e análise do edital, seus anexos e minuta do contrato. Não cabe análise de mérito administrativo ou valoração de aspectos econômicos neste parecer.

Por conseguinte, após análise dos autos, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública. Portanto, conclui-se que o Edital e a Minuta do Contrato se encontram de acordo com todas as exigências legais, nos termos do art. 25 e art. 92 e incisos da Lei n.º 14.133/21.

III - CONCLUSÃO

Nesse cenário, manifesta pela continuidade do procedimento licitatório, uma vez que foram atendidos os preceitos legais necessários.

Cantanhede, 12 de abril de 2024.

Rafael Silva Teixeira
Assessor Jurídico
OAB/MA nº 21.745

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 95
RUB.

EDITAL E ANEXOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

LICITAÇÃO DIFERENCIADA EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA ATENDIMENTO DO ARTIGO 48, § 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.

REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº.14.133/21, REGULAMENTADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 394/2023, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2002001/2024	**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2024**
ÓRGÃO CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde	**ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO "POR ITEM"	**REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO "FORNECIMENTO PARCELADO"

OBJETO: Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, **Anexo II** do Presente Edital.

O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, através do PORTAL LICITANET, site: http://www.licitanet.com.br

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
Início: 15/04/2024 - Término: 29/04/2024, às 10:15hs (Horário de Brasília)
SESSÃO PÚBLICA: 29/04/2024, às 10:15h (Horário de Brasília)
Será sempre considerado **o horário de Brasília (DF)** para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto "Horário Local".

DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL

DIA: Dias úteis, de Segunda a Sexta-feira
HORÁRIO: das 08:00hs às 12:00hs (horário local).

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA, localizada na Praça Paulo Rodrigues, nº 01, Centro, CEP: 65.465-000, Cantanhede/MA.
E-mail para contato com a CPL: cpl@cantanhede.ma.gov.br
O edital poderá ser retirado gratuitamente no sítio eletrônico: www.cantanhede.gov.br

PREGOEIRA:

Nayana Rosa Rodrigues de Aguiar
Pregoeira
Port. nº 004/2024
E-mail: cpl@cantanhede.ma.gov.br

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 96
RUB.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2002001/2024

MODO DE DISPUTA ABERTA

"LICITAÇÃO DIFERENCIADA EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA ATENDIMENTO DO ARTIGO 48, § 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014."

O MUNICÍPIO DE CANTANHEDE, ESTADO DO MARANHÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.156.160/0001-00, através da Secretaria Municipal de Saúde, por meio de sua PREGOERIA, torna público para conhecimento dos interessados que realizará às **10:15hrs, do dia 29/04/2024**, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento, "MENOR PREÇO POR ITEM" que se regerá por este instrumento, e pela legislação pertinente, em especial pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 394/2023 e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº14.133/21.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominada pregoeira, mediante a Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado PREGOEIRA, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: www.licitanet.com.br. O servidor conduzirá todo o procedimento conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste instrumento e as constantes no sistema portal licitanet, prevalecerão as descritas aqui estabelecida.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL e anexos.
1.2. O critério de julgamento adotado será o **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.
1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. VALOR ESTIMADO

2.1. O preço considerado como estimativa para o objeto da presente licitação foi determinado, conforme dispõe o Decreto Municipal 394/2023. Com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de R$ (Orçamento de caráter sigiloso nos termos do art. 24 da Lei nº14.133/2021).
2.2. A Pesquisa de preços realizada pelo setor de Compras encontra-se disponível na sala da Comissão de Licitação, no endereço mencionado no preâmbulo do presente Edital, e será disponibilizado o acesso ao público somente após a fase de lances, por se tratar de licitação com valor sigiloso.

3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Por se tratar de um processo de aquisição normal, sem a formalização de Ata de Registro de Preços, as despesas serão computadas na dotação orçamentária abaixo:

ÒRGÃO: 06 Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 0602 Fundo Municipal de Saúde
PROJETO ATIVIDADE: 103010012.0.056 Manutenção e Func. do Programa de Saúde Bucal - PSB

CANTANHEDE/MA
PROC. 1009001 /2024
FLS. 97
RUB.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de consumo

4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL LICITANET.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Em conformidade com a Lei Complementar nº123/ 2006, para os itens 1 a 12 a participação é exclusiva de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou em-

CANTANHEDE/MA
PROC. 3009001 /2024
FLS. 98
RUB.

prego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

4.8. O impedimento de que trata o item 4.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2. e 4.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens 4.7.2. e 4.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.13. A vedação de que trata o item 4.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.14. Para fins de participação nesta contratação, serão aceitas as declarações e propostas de preços que possuírem assinaturas eletrônicas qualificadas (e-cpf do representante legal ou e-cnpj da empresa), conforme previsto no Art. 5º, inciso III, da Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

4.14.1. A validação da assinatura eletrônica será realizada através do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, disponibilizado gratuitamente pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI no sítio https://verificador.iti.gov.br, objetivando aferir a conformidade de assinaturas digitais existentes em um arquivo assinado em relação à regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a ICP-Brasil.

4.14.2. Caso a licitante apresente documentação nas condições previstas nos subitens 4.14 e 4.14.1 acima, o documento assinado eletronicamente no ato de validação deverá ter o resultado APROVADO, confirmando que assinatura está em conformidade com a regulamentação da ICP-Brasil.

5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário ou desconto (mensal, unitário etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. *O licitante não poderá* oferecer *proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 99
RUB.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III do art. 5° da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n° 14.133/2021.

6.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1° ao 3° do art. 4°, da Lei n.° 14.133/2021.

6.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter

CANTANHEDE/MA
PROC. 300001 /2024
FLS. 100
RUB.

direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2. ou 6.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual *de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

CANTANHEDE/MA
PROC. 3009001 /2024
FLS. 101
RUB

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R$ 5,00 (cinco reais).*

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

CANTANHEDE/MA
PROC. 1003003 /2024
FLS. 102
RUB.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

CANTANHEDE/MA
PROC. 3002004 /2024
FLS. 103
RUB.

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.5. A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.6. É facultado aa Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF, quando for o caso;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.1.4. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "8.1.1.", "8.1.2." e "8.1.3." acima pela Consulta

CANTANHEDE/MA
PROC. 3009001 /2024
FLS. 104
RUB

Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2024
FLS. 105
RUB.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, constam no item 9.11 e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, se for o caso.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor

CANTANHEDE/MA
PROC. 100001 /2024
FLS. 106
RUB.

juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

9.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.5.2. Nos termos do item acima, o agente deverá proporcionar conforme o caso, meios alternativos e prazos razoáveis, não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, para envio de documentos diligenciado.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.11. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do PORTAL LICITANET, nos documentos exigidos neste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômica financeira.

9.11.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento do **PORTAL LICITANET**;

9.11.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do cadastro para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada, após solicitação da Pregoeira.

9.12. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira.

9.14. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.15. A solicitação dos documentos de habilitação será feita em relação ao licitante vencedor.

9.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

CANTANHEDE/MA
PROC. 3002004 /2024
FLS. 107
RUB.

9.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 0

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9.22. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são as discriminadas nos itens a seguir:

9.23. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.23.1. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.23.2. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.23.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.23.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.23.5. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.23.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.23.7. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.23.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.24. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

CANTANHEDE/MA
PROC. 30093004 /2024
FLS. 108
RUB.

9.24.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.24.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.24.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.24.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.24.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.24.6.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.24.6.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à dívida ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.24.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.24.7.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.24.7.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à Dívida ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante;

9.24.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual e/ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.24.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.25. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.25.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis, dos últimos 02 (dois) anos (exercício financeiro), apresentados na forma da lei, acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.25.1.1. Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro do processo de licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.25.1.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 109
RUB.

9.25.2. Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contáveis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.25.3. Além dos documentos acima, deverá ser comprovada a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\textbf{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\textbf{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\textbf{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

9.25.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez porcento) do valor total cotado pela licitante ou do item pertinente.
9.25.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei de acordo com seu enquadramento e legislação pertinente, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou Por cópia integral do Livro Diário, com Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme disposto nos artigos 1.180, Parágrafo Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2º da lei 10.406/2002:

9.25.5.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

9.25.5.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, contendo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.25.5.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.25.5.4. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.25.6. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
9.25.7. **As empresas que não optaram ao regime tributário do Simples Nacional durante o exercício financeiro a que se refere as informações contábeis, deverão apresentar o Balanço Patrimonial completo, incluindo os termos de abertura e encerramento, bem como as demonstrações contábeis no formato ECD/SPED, ou o livro caixa, atendendo ao disposto no Parágrafo Único do art. 45 da Lei 8.981/95, nos termos da Instrução Normativa nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021)**

CANTANHEDE/MA
PROC. 1009001 /2024
FLS. 110
RUB

9.25.8. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial.
9.25.9. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação quando não vier expresso na certidão;

9.25.9.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.25.10. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;

9.26. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
9.26.1 Apresentar no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) a aptidão para atender de modo pertinente e compatível em características, quantidades e prazos do objeto da licitação;

a) O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade de cada Atestado de Capacidade Técnica solicitado neste Edital, e apresentar, quando solicitado, dentre outros documentos, cópia do(s) contratos(s) e ou nota(s) fiscal(ais) a ele(s) pertinente(s), além de fornecer o(s) endereço(s) atual(ais) do(s) contratante(s) e o(s) local(is) em que foram fornecidos os produtos.

9.26.2 O licitante deverá apresentar Alvará Sanitário da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme dispõe o Art. 2º, da Lei Federal nº 6.360/76 e Portaria Federal nº 2.814, de 29/05/98, ou Declaração de que a empresa reúne condições de apresentá-la(s) em momento oportuno (condição para assinatura do contrato).
9.26.3 O licitante deverá apresentar Certificado de Registro e Inscrição da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Odontologia – CRO.
9.26.4 O licitante deverá apresentar certidão de registro vigente do Técnico Responsável pela empresa junto ao Conselho Regional de Odontologia, comprovando o seu vínculo com o Conselho. Caso o profissional não seja o proprietário da empresa, apresentar o seu vínculo empregatício com a empresa licitante, através do registro na CTPS, ou um Contrato de Prestação de Serviços, ou ainda, mediante apresentação de declaração de contratação futura, emitida pela licitante, devidamente acompanhada da anuência do profissional.

9.27. OUTRAS COMPROVAÇÕES DE HABILITAÇÃO:
9.27.1. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:
a) Estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;
9.27.2. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 60 (sessenta) dias.
9.27.3. A documentação de habilitação, será encaminhada em formato digital, no prazo estabelecido, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
9.27.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
9.27.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste instrumento.

10. DA ASSINATURA DOS CONTRATOS

CANTANHEDE/MA
PROC. 3003001 /2024
FLS. 111
RUB.

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar os Contratos, cujo prazo de validade encontrarão neles fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. O Contrato será assinado por meio de assinatura digital e disponibilizada no portal da transparência do órgão, assim como no PNCP para que surja seus efeitos legais.

11. CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES

11.1 Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do Art. 90, da lei 14.133 de 01 de abril de 2024.

12. RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.11. Não serão conhecidos recursos interpostos fora do sistema eletrônico ou intempestivamente.

13. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2003001 /2024
FLS. 112
RUB

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Licitanet no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002004 /2024
FLS. 113
RUB.

14.4. A multa será recolhida em percentual 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de *30 (trinta)* **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 0, 0 e 0, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações, bem como pelas infrações administrativas previstas em lei e que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na legislação, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Caberá ao interessado acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

15.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

15.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

CANTANHEDE/MA
PROC. 3009001 /2024
FLS. 114
RUB.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
15.8. As normas disciplinadoras deste instrumento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
15.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
15.11. Fica eleito o foro da Comarca de Cantanhede/MA, para solucionar quaisquer questões oriundas deste procedimento.
15.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônico www.cantanhede.ma.gov.br e-mail: cpl@cantanhede.ma.gov.br e Sistema do TCE no endereço eletrônico https://apps.tce.ma.gov.br/sinc-site/contrata, e também poderá ser lido e/ou obtido na Sede da Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA, sito à Praça Paulo Rodrigues, nº 01, Centro, CEP: 65.465-000, Cantanhede/MA, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
15.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos constantes no item 16. deste instrumento.

16. ANEXOS

16.1. Fazem parte do presente INSTRUMENTO, os seguintes anexos:
16.1.1. Anexo I - Modelo de Proposta.
16.1.2. Anexo II - Termo de Referência.
16.1.2.1. Apêndice A - ETP
16.1.2.2. Apêndice B - Pesquisas de Preços
16.1.2.3. Apêndice C - Planilha Orçamentária, em conformidade com a Lei Complementar nº123/2006.
16.1.3. Anexo III – Minuta do Contrato.

Cantanhede/MA, em 12 de abril de 2024.

Milena Suelin Sousa Silva
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula: 123288-3

Milena Suelin Sousa Silva
Secretária Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 000001 /2024
FLS. 115
RUB.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

AO
SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE/MA

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2024

Senhora Pregoeira,

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, a nossa proposta relativa a contratação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

1. Proponente:
Razão Social
CNPJ:
Endereço:
E-mail Oficial de comunicação: | Tel:
Valor Total da Proposta: R$.....(.....)

PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS).

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	MARCA	PREÇOS R$	
					UNTÁRIO	TOTAL
1.						

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
3. PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO:
4. VALIDADE DO OBJETO:
5. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO/REPARO DOS SERVIÇOS:
6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
7. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:
8. INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO (Nome, RG, CPF, Endereço).

_____
(local e data)

_____
(Nome e assinatura do responsável da empresa)

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000001 /2024
FLS. 116
RUB.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024
ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA.

1.2. A demanda do consumo previsto está a seguir, onde demonstram os itens e quantitativos da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE
1	Prótese Total Mandibular	UND	250
2	Prótese Total Maxilar	UND	250
3	Prótese Parcial Mandibular Removível	UND	250
4	Prótese Parcial Maxilar Removível	UND	250
5	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	UND	250

ESPECIFICAÇÕES:

1. A moldagem deverá seguir as seguintes especificações:

Confecção da placa de resina para moldagem com liysanda;
Confecção da placa de resina para tomada de oclusão, dimensão vertical (vasar o gesso após moldagem com liysanda);
Encaminhar o modelo com os dentes montados (laboratório deverá comprar para cada modelo de acordo com o tamanho e cor).

2. Confecção de prótese total superior (PTS) ou inferior (PTI), compreendendo:
Placa acrílica;
Cera utilidade;
Dentes nacionais com dupla prensagem;
Gengiva normal ou caracterizada;
Palato rosa ou incolor;
Polimento das peças quando houver necessidade de desgastes para adaptação das peças.

3. Confecção de próteses dentárias parciais removíveis superiores (PPRS) ou inferior (PPRI),compreendendo:
Cera utilidade;
Dentes nacionais;
Gengiva normal;

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 117
RUB.

Metal para estrutura: cromo cobalto
Polimento das peças quando houver necessidade de desgastes para adaptação das peças.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses.
1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. NATUREZA DO OBJETO

2.1. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comum (ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 394/2023.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação de um laboratório de próteses dentárias a esta Secretaria visa além de cumprir as exigências do Ministério da Saúde, atender a população cantanhedense usuária do SUS que busca a reposição de dentes perdidos, visando restaurar e manter a forma, função, aparência e saúde oral. O termo "prótese dentária" também é utilizado para se referir ao artefato que se propõe a substituir a função original dos dentes perdidos ou ausentes. O principal objetivo é a reabilitação bucal, em todas as suas funções: estética, fonética e mastigação. Repor ou restaurar de forma indireta (por meio laboratorial) os dentes, através de confecção de próteses fixas ou próteses removíveis como prótese total, ou prótese parcial removível. Projetos do Ministério da Saúde indica a necessidade de ampliação da resolutividade das ações básicas em odontologia, buscando a integralidade da assistência e suporte por uma rede especializada para garantir a confecção de próteses dentárias. Neste sentido, a reabilitação de pessoas, parcial ou totalmente edêntulos.

4. FONTE DE RECURSO

4.1. As despesas decorrentes da contratação em pauta, serão consignadas no orçamento de 2024 com disponibilidade na seguinte dotação orçamentária:

ÒRGÃO: 06 Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 0602 Fundo Municipal de Saúde
PROJETO ATIVIDADE: 103010012.0.056 Manutenção e Func. do Programa de Saúde Bucal - PSB
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de consumo

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade

5.1.1. Não se aplica a este objeto.

5.2. Indicação de marcas ou modelos

5.2.1. Não se aplica a este objeto.

5.3. Vedação de utilização de marca/produto

CANTANHEDE/MA
PROC. _____ /2024
FLS. 118
RUB.

5.3.1. Não se aplica a este objeto.

5.4. Exigência de carta de solidariedade

5.4.1. Não se aplica a este objeto.

5.5. Subcontratação

5.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.6. Garantia da contratação

5.6.1. Não será exigida a garantia da contratação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega

6.1.1 O prazo de entrega dos bens é de no máximo 20 (vinte) dias, contados da ordem de fornecimento, em remessa única.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7. Local de entrega dos produtos

7.1. Os itens deverão ser entregues no endereço indicados pela Secretária Municipal de Saúde constante na ordem de compra, no Município de Cantanhede/MA.

7.3. Procedimentos de transição e finalização do contrato

7.3.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediantes simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. Preposto

8.6.1. A Contratada designará formalmente um preposto, antes do início da execução do objeto, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

CANTANHEDE/MA
PROC. _____ /2024
FLS. 119
RUB.

8.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8.7. Fiscalização

8.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato da Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA.

8.7.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.7.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.8. Gestor do Contrato

8.8.1. O Gestor de Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

8.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CANTANHEDE/MA
PROC. 10001001 /2024
FLS. 120
RUB.

8.8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Recebimento

9.1.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 05 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.2.2.1. o prazo de validade;

9.2.2.2. a data da emissão;

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000001 /2024
FLS. 121
RUB.

9.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.2.2.5. o valor a pagar; e

9.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.5. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo do objeto, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de fornecimento e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscri-

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000004 /2024
FLS. 122
RUB.

ção na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), diretamente na conta que o fornecedor apresentar em sua proposta.

9.4.2. O pagamento será feito em favor da empresa contratada através de ordem ou transferência bancária em sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante.

9.4.3. A CONTRATADA deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura à Secretaria Requisitante acompanhada das Certidões listadas no subitem 8.4.1 acima.

9.4.4. Caso a CONTRATADA seja Optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar também juntamente com a documentação elencada no item 8.4.1, o Extrato do Simples referente a última competência.

9.4.5. O pagamento será efetuado após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

9.4.6. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

9.4.7. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

9.4.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da Nota Fiscal/Fatura, terá a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX/100) I = (6/100) I = 0,00016438
365 365
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Para comprovação de atendimento à Qualificação Técnica, o edital deverá exigir a apresentação do(s) seguinte(s) documento(s):

CANTANHEDE/MA
PROC. 3009001 /2024
FLS. 123
RUB.

10.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante fornecido de forma satisfatória itens da mesma natureza ou similares aos do presente Termo de Referência.

10.1.1 Deverá apresentar Alvará Sanitário da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme dispõe o Art. 2º, da Lei Federal nº 6.360/76 e Portaria Federal nº 2.814, de 29/05/98, ou Declaração de que a empresa reúne condições de apresentá-la(s) em momento oportuno (condição para assinatura do contrato).

10.1.2 Deverá apresentar Certificado de Registro e Inscrição da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Odontologia – CRO.

10.1.3 Deverá apresentar certidão de registro vigente do Técnico Responsável pela empresa junto ao Conselho Regional de Odontologia, comprovando o seu vínculo com o Conselho. Caso o profissional não seja o proprietário da empresa, apresentar o seu vínculo empregatício com a empresa licitante, através do registro na CTPS, ou um Contrato de Prestação de Serviços, ou ainda, mediante apresentação de declaração de contratação futura, emitida pela licitante, devidamente acompanhada da anuência do profissional.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. A adjudicação e homologação das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO "POR ITEM".

11.2. Não há óbice quanto à adjudicação de um ou mais itens para a mesma licitante.

12. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

12.1. Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

12.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;

12.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas;

12.1.3. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

12.1.4. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto;

12.1.5. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes a execução do contrato;

12.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens em desacordo com o Contrato;

12.1.7. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento para fornecimento dos itens contratados;

12.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:

12.2.1. Executar o contrato conforme especificações definidas no presente Termo de Referência;

CANTANHEDE/MA
PROC. 3000001 /2024
FLS. 124
RUB.

12.2.2. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos itens que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;

12.2.3. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

12.2.4. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contratos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;

12.2.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE;

a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

12.2.6. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.2.7. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;

12.2.8. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem anuência da Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA;

12.2.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA;

12.2.10. A CONTRATADA será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos.

13. CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato obedecerá às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da empresa licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições especificadas neste Termo de Referência.

13.2. A administração convocará a empresa detentora do registro de preços, para assinatura do termo de contrato, a qual terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação, para celebração do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência eletrônica, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco)

CANTANHEDE/MA
PROC. 3009001 /2024
FLS. 125
RUB.

dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico, preferencialmente a forma que dispõe o Decreto Municipal nº 394/2023.

13.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;

13.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no aviso de contratação, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

13.5. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

13.6. Os contratos decorrentes deste instrumento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

13.7. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

CANTANHEDE/MA
PROC. 3009001 /2024
FLS. 126
RUB.

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.5. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.8. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

CANTANHEDE/MA
PROC. 2003001 /2024
FLS. 127
RUB.

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

16. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.

16.1. O edital da licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial à luz da Lei nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, exigindo principalmente documentação relativa a:

16.1.1. Habilitação jurídica;

16.1.2. Habilitação Técnica (conforme disposições contidas no item 10.);

16.1.3. Fiscal, Social e Trabalhista;

16.1.4. Qualificação econômico-financeira;

16.1.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

17. VALOR ESTIMADO

17.1. O preço considerado como estimativa para esse objeto foi determinado com base em pesquisas de preços, de acordo com o Decreto Municipal nº 394/2023, conforme valores abaixo:

17.2 Os valores de referência adotados foram extraídos através do sistema de Banco de Preços, com valores praticados por outros órgãos da Administração Pública, após avaliação criteriosa na qual se constatou a inexistência de grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado, foi estimado o valor total de **R$ (ORÇAMENTO SIGILOSO).**

17.2. Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos, observando o seguinte:

- **COTA EXCLUSIVA** – Em atendimento ao disposto no artigo 48, I, da Lei Federal nº 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 20 e alterações posteriores, todos os itens cujo valor total seja de até R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de MICROEMPRESAS – ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP;

17.3 A critério da administração pública e em observância ao artigo 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, não aplicará o disposto acima mencionado, quando:

a) Não houver um mínimo de 3 (três) prestadores de serviços competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; e
b) O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 128
RUB.

1	Prótese Total Mandibular	UND	250	SIGILOSO	SIGILOSO
2	Prótese Total Maxilar	UND	250	SIGILOSO	SIGILOSO
3	Prótese Parcial Mandibular Removível	UND	250	SIGILOSO	SIGILOSO
4	Prótese Parcial Maxilar Removível	UND	250	SIGILOSO	SIGILOSO
5	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	UND	250	SIGILOSO	SIGILOSO

17.5. Os preços referenciais desta contratação terão caráter sigiloso nos termos do art. 24 da Lei nº14.133/2021.

17.5.1. A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada.

17.5.2. Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade do objeto, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

17.5.3. Desta forma e por todo justificado anteriormente, o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas de preços.

17.5.4. O sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

18. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

18.1. O objeto deste Termo de Referência se fundamenta na Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se ainda as disposições contidas no Decreto Municipal nº 394/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes.

18.2. Encaminhe-se à autoridade competente, que deverá decidir motivadamente sobre a autorização e prosseguimento dos demais atos inerentes a contratação.

CANTANHEDE/MA
PROC. 3000/2024
FLS. 129
RUB.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024
APÊNDICE - A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O presente estudo técnico preliminar tem por objetivo investigar as diretrizes para Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas con-forme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Muni-cípio de Cantanhede/MA.

1. Descrição da Necessidade

A contratação de um laboratório de próteses dentárias a esta Secretaria visa além de cumprir as exigências do Ministério da Saúde, atender a população cantanhedense usuária do SUS que busca a reposição de dentes perdidos, visando restaurar e manter a forma, função, aparência e saúde oral. O termo "prótese dentária" também é utilizado para se referir ao artefato que se propõe a substituir a função original dos dentes perdidos ou ausentes. O principal objetivo é a reabilitação bucal, em todas as suas funções: estética, fonética e mastigação. Repor ou restaurar de forma indireta (por meio laboratorial) os dentes, através de confecção de próteses fixas ou próteses removíveis como prótese total, ou prótese parcial removível. Projetos do Ministério da Saúde indica a necessidade de ampliação da resolutividade das ações básicas em odontologia, buscando a integralidade da assistência e suporte por uma rede especializada para garantir a confecção de próteses dentárias. Neste sentido, a reabilitação de pessoas, parcial ou totalmente edêntulos.

2. Resultados almejados

Pretende-se, proporcionar qualidade de vida e o bem-estar da população Cantanhedense usuária dos serviços de saúde bucal do município, elevando a autoestima do indivíduo, que por muitas vezes sofre consequências de falta de dentes como: problemas de fala e de aceitação da aparência física com graves repercussões, dificuldades de socialização, sensação de envelhecimento e sentimento de humilhação. Com a contratação busca-se princípios básicos como:

Qualidade do Material:
Garantir a utilização de materiais odontológicos de alta qualidade e seguros para a saúde bucal.
Especificar o tipo de material a ser utilizado na confecção das próteses, como resinas, porcelanas ou outros materiais apropriados.

Ajuste e Conforto:
Buscar um ajuste preciso das próteses para garantir conforto ao paciente.
Garantir que as próteses se encaixem corretamente na boca, evitando desconfortos ou ferimentos.

Estética:

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 130
RUB.

Assegurar um resultado estético natural e agradável para os pacientes, levando em consideração a cor, forma e textura dos dentes artificiais.

Durabilidade:
Definir padrões de durabilidade para as próteses, visando uma vida útil adequada e minimizando a necessidade de substituições frequentes.

Prazo de Entrega:
Estabelecer prazos realistas para a entrega das próteses, considerando as necessidades dos pacientes e da Secretaria Municipal de Saúde.

Custo-benefício:
Buscar um equilíbrio entre a qualidade do serviço e o custo para garantir um serviço acessível, mas sem comprometer a qualidade.

Garantia e Assistência Técnica:
Estipular períodos de garantia para as próteses e garantir a disponibilidade de assistência técnica em caso de problemas ou ajustes necessários.

Conformidade com Normas e Regulamentações:
Certificar-se de que os serviços estão em conformidade com as normas e regulamentações locais e nacionais para garantir a segurança e a qualidade.

3. Previsão no Plano de Contratações Anual

Mesmo o município de Cantanhede, não dispondo atualmente de um Plano Anual de Contratações (PAC) estabelecido, considera-se viável e relevante a contratação de serviços de confecção de prótese dentaria total e parcial convencional odontológica (superior e inferior).

Ademais, destaca-se que a demanda foi apresentada no DFD nº 2002001/2024 e aprovada por meio do despacho da Autoridade competente.

4. Requisitos da Contratação

A aquisição de próteses dentárias tem natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art.6°, inciso XIII, da Lei Federal n° 14.133/2021.

5. Estimativa do Quantitativo

Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE

CANTANHEDE/MA
PROC. 3009001 /2024
FLS. 131
RUB.

1	Prótese Total Mandibular	UND	250
2	Prótese Total Maxilar	UND	250
3	Prótese Parcial Mandibular Removível	UND	250
4	Prótese Parcial Maxilar Removível	UND	250
5	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	UND	250

6. Levantamento de Mercado

Conforme pesquisa de mercado realizada, utilizando os parâmetros Decreto Municipal 394/2023 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, priorizada a ordem dos parâmetros para pesquisa de mercado, conforme legislação vigente. Foram utilizadas contratações similares pela administração pública.

7. Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado para o atendimento da referida contratação constante neste Estudo Técnico Preliminar será extraído após elaboração de pesquisa de preços elaborada pelo setor competente.

8. Justificativa Técnica e Econômica da Solução Escolhida

Este Estudo Técnico Preliminar visa, sobremaneira, analisar e escolher qual a solução que melhor responde às necessidades deste Município, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos objetos a serem adquiridos.

A solução escolhida de Pregão Eletrônico prende-se inicialmente ao fato de se tratar de aquisição de bens comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, tornando obrigatória para a Administração Municipal, a utilização da modalidade pregão, na forma eletrônica. além de técnica, economicamente viável e mais apropriação, considerando a logística de reposição dos materiais.

9. Parcelamento da Contratação

O fornecimento em epígrafe será contratado de forma individualizada e, portanto, é passível de aquisição por item distinto.

A solução será dividida tendo em vista ser tecnicamente e economicamente viável, levando a um melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

Nesse contexto a contratação será do tipo **menor preço por item** tendo em vista a ampliação da competitividade.

10. Contratações Correlatas/Interdependentes

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 132
RUB.

Após uma análise detalhada, constatou-se que para os serviços de prótese dentária para a Secretaria Municipal de Saúde de Cantanhede/MA, não se faz necessário realizar contratações acessórias. Este estudo concluiu que a execução do objeto da contratação pode ser integralmente atendida pelos termos e condições estabelecidos na contratação principal, sem a necessidade de serviços ou suprimentos adicionais.

11. Possíveis Impactos Ambientais

Os bens a serem adquiridos não trazem possíveis impactos ambientais.

12. Riscos da Contratação

A contratação não demanda um gerenciamento formal de riscos.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A área demandante, isoladamente ou em conjunto com outros setores, declara, de forma conclusiva, que a pretendida contratação é:

Adequada ao atendimento da necessidade a que se destina.

Justificativa: Pelo exposto, vê-se que a melhor solução será através da contratação dos bens a serem adquiridos por empresa especializada

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 133
RUB.

APÊNDICE – B
PESQUISA PRELIMINAR DE PREÇOS

MAPA DE PESQUISA DE PREÇO				PREÇO MÉDIO	
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND.**	**QTD.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
ORÇAMENTO SIGILOSO					
Referência: Item 16.1 do Termo de Referência				**TOTAL**	

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000001 /2024
FLS. 134
ASSIN.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024
APÊNDICE – C – ORÇAMENTO SIGILOSO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM CONFORMIDADE COM A LC nº123/2006

QUANTITATIVO GERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE
1	Prótese Total Mandibular	UND	250
2	Prótese Total Maxilar	UND	250
3	Prótese Parcial Mandibular Removível	UND	250
4	Prótese Parcial Maxilar Removível	UND	250
5	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	UND	250

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 135
RUB.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024
ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº_____/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2002001/2024

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE CANTANHEDE, por meio da _____ *[órgão da Administração Direta]*, ou a (o) _____ *[entidade da Administração Indireta]*, como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, na forma abaixo.

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE CANTANHEDE, ESTADO DO MARANHÃO,** por meio do _____ [*órgão da Administração Direta*], ou _____ a(o) [*entidade da Administração Indireta*] com sede na _____, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [*autoridade administrativa competente para firmar o contrato*], inscrito no CPF nº _____, e a sociedade _____ , estabelecida na _____ [*endereço da sociedade CONTRATADA*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [*representante da sociedade CONTRATADA*], inscrito no CPF nº _____, têm justo e acordado o presente Contrato Nº _____, decorrente da PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2024, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 2002001/2024, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

PARAGRAFO UNICO: Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição:

a) Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2024;
b) Termo de Referência (ou PROJETO BÁSICO);
c) Proposta e documentos anexos, firmados pela CONTRATADA;
d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA, conforme especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único – Os **fornecimentos** serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de

CANTANHEDE/MA
PROC. 3009001 /2024
FLS. 136
RUB.

todas as exigências, normas do **Termo de Referência/Projeto Básico**, bem como nas normas técnicas para a execução do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor total do presente contrato é de R$ _____ (por extenso), conforme planilha discriminativa abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01.						
	VALOR TOTAL:					

Parágrafo Primeiro – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Segundo – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) *[setor competente do órgão ou entidade licitante]*.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) _____ [*setor competente do órgão ou entidade contratante*].

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, Ordem de autorização e as certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos fornecimentos efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009004 /2024
FLS. 137
RUB.

O objeto do presente instrumento não será reajustado, salvo condições excepcionais.

Parágrafo Primeiro – No caso de reajuste, os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:
R = Po [(I-Io)/Io]
Onde:
R = valor do reajuste;
I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;
Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Terceiro – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO
A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução do conrtato caberá à comissão designada por ato do_____ [*titular do órgão ou entidade contratante*]. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 138
RUB.

que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução do objeto, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao execução contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades no fornecimento dos itens contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - EXECUÇÃO

O presente contrato será executado conforme especificações constantes no termo de referência, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da ordem de compra.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por _____ dias/meses contados desta, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

Parágrafo Segundo – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Parágrafo Quarto – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da contratada serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo [*autoridade competente*] _____ que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único - Na recusa de recebimento, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá, substituir os itens, passando a contar os prazos para pagamento e

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 139
RUB.

demais compromissos da CONTRATANTE a partir da data do efetivo recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).
iv. **Multa:**
    1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
    2. *Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
        i. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.*

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009004 /2024
FLS. 140
RUB.

14.133/2021).

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Quarto - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Sexto - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *60 (sessenta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Oitavo - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Nono - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Décima Primeira - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Décima Segunda - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décima Terceira - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

CANTANHEDE/MA
PROC. 3002001 /2021
FLS. 141
RUB.

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Primeiro – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Parágrafo Segundo – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo Quarto – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Quinto – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA, classificada conforme abaixo especificado:

ÒRGÃO: 06 Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 0602 Fundo Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000001 /2024
FLS. 142
RUB.

PROJETO ATIVIDADE: 103010012.0.056 Manutenção e Func. do Programa de Saúde Bucal - PSB
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cantanhede para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município nos prazos legais, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, além da divulgação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

a. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021;

b. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Cantanhede/MA, em _____ de _____ de 2024.

_____
Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)
CONTRATANTE

_____
Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)
CONTRATADO

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 143
RUB

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO

Trata-se de Processo Administrativo instaurado em 20 de fevereiro de 2024, com vistas à Seleção da proposta apta a gerar o resultado de Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA.

Ante o exposto, após o encaminhamento de minuta do edital e anexos, os autos foram apreciados pela Assessoria Jurídica, em cumprimento ao disposto no art. 53, da Lei nº 14.133/2021, para fins do controle prévio de legalidade, que se manifestou pela regularidade do procedimento.

Considerando a manifestação pela legalidade constante nos autos, no uso das atribuições que me foram delegadas, **AUTORIZO** a realização do procedimento de contratação por Pregão, na forma eletrônica, nos termos solicitados.

Encaminhem-se os autos a coordenadoria de licitação, para providências necessárias, quanto a publicação do aviso de licitação, conforme minuta constante nos autos e designação da comissão de contratação dentre as existentes no setor, para prosseguimento com os demais atos legais.

Na designação da comissão deverá ser observado a distribuição de forma igualitária, alternado e aleatoriamente.

Cantanhede/MA, 12 de abril de 2024

Milena Suelin Sousa Silva
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 123288-3

Milena Suelin Sousa Silva
Secretária Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 144
RUB.

JUNTADA DE PUBLICAÇÕES

Junto aos autos do Processo Licitatório nº 004/2024 SRP, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço por Item, as publicações do Aviso de Licitação no Jornal de Grande Circulação "Jornal Pequeno", Diário Oficial do Município – DOM e Quadro de Aviso desta Prefeitura.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002081/2024
FLS. 145
RUB.

Anjo da Guarda na Globo

Arte vence preconceito e violência na 2.ª maior Paixão de Cristo, a céu aberto, do Brasil

HERBERT DE JESUS SANTOS

Fazendo um apanhado das encenações da Via-Sacra, ocorridas nas noites de 28 e 29 de março último, respectivamente, quinta e sexta-feira Santa, produção arrojada e talentosa do Grita (Grupo Independente de Teatro Amador), a edição do Jornal Nacional, de 30.3.2024, da Rede Globo de Televisão, otimizou a vitória de uma comunidade, na voz da noticiarista : "Há 43 anos, as celebrações da Semana Santa estão transformando uma comunidade de São Luís"! Sem deixar a peteca cair, o repórter Douglas Pinto da TV Mirante, por sinal, morador do núcleo habitacional, não deixou por menos o bom sucesso: "O Anjo da Guarda, um dos bairros mais populosos da periferia, nessa época, vira palco de um grande espetáculo! Há 43 anos, moradores transformam este bairro de São Luís (MA) em um grande teatro a céu aberto para encenar a Via-Sacra, o maior espetáculo de teatro amador ao ar livre do Maranhão e o [illegible]ndo do Nordeste!"

Douglas Pinto continuou falando de cátedra: "A preparação começa seis meses antes, e o resultado vem da força do trabalho que une toda uma comunidade. Esse é o momento em que gente simples se torna protagonista da história que mais emociona os cristãos. A Via-Crúcis apresentada por esses artistas também ajudou a mudar a imagem do bairro, que antes sofria muito com o preconceito e a violência"! Virou ponto pacífico: "Hoje, ele é caracterizado pela arte, pela riqueza cultural!" --- assinalou um residente. "Quando a gente vê a cena realizada e o serviço da gente acabado, aí a gente chora!" --- disse a costureira Claudionora Silva. Lina Ferreira, de 80 anos de idade, se vestiu de soldada romana para não faltar nesse dia tão importante para os moradores: "Eu gosto é daqui, suar, fazer esforço. Comigo é tudo vai na fé"! --- acentuou rindo. "É um momento em que a gente pode mostrar realmente quem nós somos"! --- afirmou, categoricamente, a professora Elizabeth Gomes.

Tomando tempo considerável no principal telejornal da Globo (que traz notícias do Brasil e do mundo, matérias de denúncia e investigação e séries especiais), a reportagem da TV Mirante foi esclarecedora: "As três praças públicas do bairro são transformadas em grandes palcos para as cenas interpretadas pelos artistas comunitários"! Entrevistou o [illegible] que faz o papel de Jesus Cristo, Jorge Smith: "É o respeitante do bairro que está ali no personagem maior da nossa história"! --- enfatizou, ele que interpreta o Salvador há mais de 20 anos, e é professor de Educação Física. Douglas Pinto continuou, sempre atento: "A comunidade também tem seu próprio teatro, onde é realizada uma das cenas, acompanhada de camarote pelos vizinhos"! Em uma casa de dois andares, a aposentada Maria de Jesus Fonseca festejou: "É um prazer imenso. Chega, eu fico toda arrepiada"! A reportagem da afiliada da TV Globo, no Maranhão, fechou assim a exitosa Via-Sacra do Grita, no Anjo da Guarda: "A multidão acompanha os atores em um percurso de 2 km até o último ato, em quatro horas de apres, com cenas que mostram um pouco de realismo e mexem com a emoção dos cristãos"! A professora Rosângela Rocha Ferreira evidenciou, fielmente, para Douglas Pinto, o sentimento de toda uma comunidade: "As pessoas passam na rua e nos parabenizam pelo nosso trabalho. É muito emocionante!"

DIVULGAÇÃO



Cláudio Silva e Herbert de Jesus Santos: lembranças do espetáculo da poeira (1981) ao palco (2011 em diante), talento e perseverança de uma comunidade em comunhão de bens

A dialética de um dos seus criadores --- "Um teatro que se alimenta das manifestações do povo. Que se realiza pelo próprio povo. Homens e mulheres se transformam em artistas e artesãos das artes cênicas. Um mutirão de cidadania"! --- assinalou, eufórico, Cláudio Silva, diretor-geral da Via-Sacra.

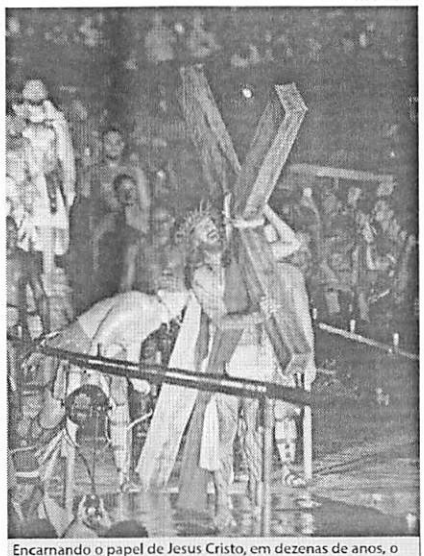
Consoante ele, "O espetáculo da Via-Sacra é, a um só tempo, fé, integração, socialização, valorização comunitária, criatividade, mobilização coletiva, versatilidade cultural, orgulho e resistência sociocultural. Na Semana Santa peregrinam pelas ruas do Anjo da Guarda, num percurso de dois quilômetros, milhares de pessoas arrebatadas pela força da fé e do mistério e, envolvidas na fruição da estética da encenação da Paixão de Cristo.

É um projeto teatral, definido pela vontade da comunidade de compreender, de organizar e de se expressar através das artes cênicas, com ideias e práticas, que se articulam para obter crescimento mútuo e a mudança social de cada indivíduo". Cláudio Silva enfatizou: "O teatro comunitário tem potencial de despertar o sentimento de pertencimento à comunidade, e leva às pessoas ao entendimento de que o acesso à cultura e à educação teatral são um direito de todos e não privilégio de uns!"

Páreo à Paixão de Cristo de Nova Jerusalém! — A nossa Via-Sacra está carecendo de um guarda-roupa qual o da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, no município de Brejo da Madre de Deus, a 202 km do Recife (PE), com atores da TV Globo? Sim! Bastaria que os Palácios dos Leões e o de La Ravardière, Porto do Itaqui, políticos de bons-bofes, dentre gregos e troianos de posses, convergissem para o bem-comum, que o País presenciaria aos nossos soldados romanos com capacetes, escudos e lanças mais reluzentes, e centuriões com os peitos mais pulsantes sob armaduras prateadas, e bem que um deles, à general de César, poderia comandar uma legião, num garboso cavalo, no último ato.

Um devoto no fenômeno cultural --- Um dos criadores do Anjo da Guarda, acompanho a Via-Sacra desde 1981, ou seja da Poeira ao Palco, como jornalista, poeta, prosador, pesquisador e compositor, insuflando as autoridades para não "lavarem as mãos", que nem Pilatos, quando for tratado o subsídio financeiro para a montagem desse fenômeno cultural, que tem tudo para ganhar a total admiração do Brasil. O Grita está pugnando para fazer a maior e mais forte Paixão de Cristo ao ar livre do País! Aí será maior a vitória da Inteligência e Cultura do Maranhão, em prol até do nosso Turismo, com ganhos substanciais à população!

G. FERREIRA



Encarnando o papel de Jesus Cristo, em dezenas de anos, o ator Jorge Smith alcançou o auge de demonstrar uma das maiores consagrações de estampar o sofrimento carregando a Cruz

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE - MA
AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024. O Município de Cantanhede - MA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna público, que realizará **às 08:15 (oito horas e quinze minutos) do dia 29 de abril de 2024,** licitação na modalidade Pregão Eletrônico, na plataforma **LICITANET** www.licitanet.com.br. **OBJETO:** Aquisição de móveis, eletros, utensílios de cozinha e outros para distribuição na forma de sorteio em comemoração ao dia das mães no Município de Cantanhede/MA. **EDITAL:** O presente edital estará à disposição dos interessados nos seguintes locais: Portal da Transparência do Município: www.cantanhede.ma.gov.br, Portal do PNCP https://pncp.gov.br plataforma **LICITANET** www.licitanet.com.br podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cpl@cantahede.ma.gov.br, bem como ser retirado pessoalmente no Setor de Licitação, localizado na Praça Paulo Rodrigues, nº 01, Centro, CEP: 65.465-000. Cantanhede/MA, 12 de abril de 2024. **Ligia Mara Silva Ferreira** – Secretária Municipal de Assistência Social de Cantanhede/MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE - MA
AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024. O Município de Cantanhede - MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que realizará **às 10:15 (dez horas e quinze minutos) do dia 29 de abril de 2024,** licitação na modalidade Pregão Eletrônico, na plataforma **LICITANET** www.licitanet.com.br. **OBJETO:** Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA. **EDITAL:** O presente edital estará à disposição dos interessados nos seguintes locais: Portal da Transparência do Município: www.cantanhede.ma.gov.br, Portal do PNCP https://pncp.gov.br plataforma **LICITANET** www.licitanet.com.br podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cpl@cantahede.ma.gov.br, bem como ser retirado pessoalmente no Setor de Licitação, localizado na Praça Paulo Rodrigues, nº 01, Centro, CEP: 65.465-000. Cantanhede/MA, 12 de abril de 2024. **Milena Suelin Sousa Silva**– Secretária Municipal de Saúde de Cantanhede/MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024. O Município de Buriticupu - MA, através da Secretaria Municipal de Educação por intermédio do Secretária Municipal, torna público, que realizará às 09:00 (nove horas) do dia 30 de abril de 2024, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, na plataforma LICITANET www.licitanet.com.br. OBJETO: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada aquisição de livros didáticos de inglês e plataforma digital para atender as necessidades dos alunos do ensino fundamental da rede municipal de ensino do Município de Buriticupu/MA. REGIDO PELA LEI FEDERAL N°.14.133/21, REGULAMENTADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 041/2023, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014, LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2017. EDITAL: O presente edital estará à disposição dos interessados nos seguintes locais: Portal da Transparência do Município: www.buriticupu.ma.gov.br, Portal do PNCP https://pncp.gov.br plataforma LICITANET www.licitanet.com.br podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cplburiticupu2021@gmail.com bem como ser retirado pessoalmente no Setor de Licitação, localizado na Rua Nível Médio, nº 300, Centro, CEP: 65.393-000. Buriticupu/MA, 12 de abril de 2024. Salma Sousa Torres, Secretária Municipal de Educação do Município de Buriticupu – MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024. O Município de Buriticupu - MA, através da Secretaria Municipal de Educação por intermédio do Secretária Municipal, torna público, que realizará às 10:30 (dez horas e trinta minutos) do dia 30 de abril de 2024, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, na plataforma LICITANET www.licitanet.com.br. OBJETO: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada aquisição de Material pedagógico complementar composto por livros paradidáticos e de inclusão para atender os alunos da Rede Pública de Educação do Município de Buriticupu – MA. REGIDO PELA LEI FEDERAL N°.14.133/21, REGULAMENTADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 041/2023, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014, LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2017. EDITAL: O presente edital estará à disposição dos interessados nos seguintes locais: Portal da Transparência do Município: www.buriticupu.ma.gov.br, Portal do PNCP https://pncp.gov.br plataforma LICITANET www.licitanet.com.br podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cplburiticupu2021@gmail.com bem como ser retirado pessoalmente no Setor de Licitação, localizado na Rua Nível Médio, nº 300, Centro, CEP: 65.393-000. Buriticupu/MA, 12 de abril de 2024. Salma Sousa Torres, Secretária Municipal de Educação do Município de Buriticupu – MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA – MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 009/2024 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP. Processo Administrativo nº 090401/2024. A Prefeitura Municipal de Fortuna – MA, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço por Item, para REGISTRO de PREÇOS, objetivando a Contratação de empresa para o futuro e eventual prestação de serviços de digitalização de documentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com o Termo de Referencia disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal e demais legislações aplicáveis e as condições do Edital à realizar-se às 10:00 horas do dia 26 de abril de 2024. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site http://www.comprasfortuna-ma.com.br/ no dia e horário marcados. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal de Transparência do Município no endereço: http://www.fortuna.ma.gov.br/portal/index.php/transparencia , no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP através do endereço: https://www.gov.br/pncp/pt-br , no portal de compras do Município no endereço: http://www.comprasfortunama.com.br/ e também poderá ser obtido na sala da Comissão Permanente de Licitação-CPL, localizada no Prédio da Prefeitura à Praça da Liberdade, s/n, centro, Fortuna/MA, de 2ª a 6ª, das 08:00 ás 12:00 horas, podendo ainda ser solicitado através do E-mail: cplfortuna@hotmail.com.. Esclarecimento adicional no mesmo endereço e e-mail citados e provisoriamente no número +55 99 9107-4748. Fortuna (MA), 11 de abril de 2024. Jonas Almeida Nascimento Silva –Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA – MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 010/2024 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP. Processo Administrativo nº 090402/2024. A Prefeitura Municipal de Fortuna – MA, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço por Item, para REGISTRO de PREÇOS, objetivando a Contratação de empresa para o futuro e eventual fornecimento de link de Internet para atender as necessidades das Secretarias Municipais, em conformidade com o Termo de Referencia disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal e demais legislações aplicáveis e as condições do Edital à realizar-se às 14:00 horas do dia 26 de abril de 2024. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site http://www.comprasfortuna-ma.com.br/ no dia e horário marcados. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal de Transparência do Município no endereço: http://www.fortuna.ma.gov.br/portal/index.php/transparencia , no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP através do endereço: https://www.gov.br/pncp/pt-br , no portal de compras do Município no endereço: http://www.comprasfortunama.com.br/ e também poderá ser obtido na sala da Comissão Permanente de Licitação-CPL, localizada no Prédio da Prefeitura à Praça da Liberdade, s/n, centro, Fortuna/MA, de 2ª a 6ª, das 08:00 ás 12:00 horas, podendo ainda ser solicitado através do E-mail: cplfortuna@hotmail.com.. Esclarecimento adicional no mesmo endereço e e-mail citados e provisoriamente no número +55 99 9107-4748. Fortuna (MA), 11 de abril de 2024. Jonas Almeida Nascimento Silva –Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024. O Município de Buriticupu - MA, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento por intermédio do Secretário Municipal, torna público, que realizará às 14:30 (quatorze horas e trinta minutos) do dia 30 de abril de 2024, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, na plataforma LICITANET www.licitanet.com.br. OBJETO: Registro de Preços para futura, eventual e parcelada aquisição de equipamentos e suprimentos de informática em geral, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Buriticupu – MA. REGIDO PELA LEI FEDERAL N°.14.133/21, REGULAMENTADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 041/2023, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014, LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2017. EDITAL: O presente edital estará à disposição dos interessados nos seguintes locais: Portal da Transparência do Município: www.buriticupu.ma.gov.br, Portal do PNCP https://pncp.gov.br plataforma LICITANET www.licitanet.com.br podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cplburiticupu2021@gmail.com bem como ser retirado pessoalmente no Setor de Licitação, localizado na Rua Nível Médio, nº 300, Centro, CEP: 65.393-000. Buriticupu/MA, 12 de abril de 2024. Antônio Luís Alves de Brito, Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO: 003/2024

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 146
RUB.

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024. O Município de Cantanhede - MA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna público, que realizará às 08:15 (oito horas e quinze minutos) do dia 29 de abril de 2024, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, na plataforma LICITANET www.licitanet.com.br. OBJETO: Aquisição de móveis, eletros, utensílios de cozinha e outros para distribuição na forma de sorteio em comemoração ao dia das mães no Município de Cantanhede/MA. EDITAL: O presente edital estará à disposição dos interessados nos seguintes locais: Portal da Transparência do Município: www.cantanhede.ma.gov.br, Portal do PNCP https://pncp.gov.br plataforma LICITANET www.licitanet.com.br podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cpl@cantahede.ma.gov.br, bem como ser retirado pessoalmente no Setor de Licitação, localizado na Praça Paulo Rodrigues, nº 01, Centro, CEP: 65.465-000. Cantanhede/MA, 12 de abril de 2024. Ligia Mara Silva Ferreira – Secretária Municipal de Assistência Social de Cantanhede/MA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO: 004/2024

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024. O Município de Cantanhede - MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que realizará às 10:15 (dez horas e quinze minutos) do dia 29 de abril de 2024, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, na plataforma LICITANET www.licitanet.com.br. OBJETO: Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA. EDITAL: O presente edital estará à disposição dos interessados nos seguintes locais: Portal da Transparência do Município: www.cantanhede.ma.gov.br, Portal do PNCP https://pncp.gov.br plataforma LICITANET www.licitanet.com.br podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cpl@cantahede.ma.gov.br, bem como ser retirado pessoalmente no Setor de Licitação, localizado na Praça Paulo Rodrigues, nº 01, Centro, CEP: 65.465-000. Cantanhede/MA, 12 de abril de 2024. Milena Suelin Sousa Silva– Secretária Municipal de Saúde de Cantanhede/MA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO - AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO: 002/2023

AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO.

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para Construção do Muro do Jardim de Infância Antônio Henrique Leal, na Sede do Município de Cantanhede/MA. A Secretaria Municipal de Educação de Cantanhede/MA, torna público, o resultado do julgamento do recurso interposto pela empresa JCF SERVICOS LTDA. RESULTADO: • Conhecer do recurso da empresa JCF SERVICOS LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão do sr. Presidente da Comissão de Licitação. Comunique-se aos Recorrentes e publique-se o resultado deste julgamento. Após isso, designe-se sessão de abertura das propostas. Informações adicionais através do e-mail cpl@cantanhede.ma.gov.br ou pessoalmente no setor de licitações no endereço Praça Paulo Rodrigues, nº 01, Centro, Cantanhede/MA, CEP: 65.465-000. Cantanhede/MA, 12 de abril de 2024. Emerson Marques Costa, Secretário Municipal de Educação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO - AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO: 003/2023

AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO.

CONCORRÊNCIA Nº 003/2023.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para Reforma e Ampliação da Escola Municipal Hildo de Oliveira Rocha, na sede do Município de Cantanhede/MA. A Secretaria Municipal de Educação de

CPF: ***.912.133-** - Data: 15/04/2024 - IP com nº: 192.168.200.128
Autenticação em: www.cantanhede.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1444

CANTANHEDE/MA
PROC. 1002001 /2024
FLS. 147
RUB.

Edital nº 004/2024

Acessar Contratação

Última atualização 15/04/2024

Local: Cantanhede/MA **Órgão:** MUNICIPIO DE CANTANHEDE **Unidade compradora:** 703 - MUNICÍPIO DE CANTANHEDE/MA

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de disputa:** Aberto **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 15/04/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 15/04/2024 16:03 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 29/04/2024 10:15 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 06156160000100-1-000007/2024 **Fonte:** Licitanet Licitações Eletrônicas LTDA

Objeto:

[LICITANET] - Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 218.055,00	R$ 175.000,00

Itens | Arquivos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
4104441	Prótese Total Mandibular	250	R$ 180,33	R$ 45.082,50	
4104442	Prótese Total Maxilar	250	R$ 184,17	R$ 46.042,50	
4104443	Prótese Parcial Mandibular Removível	250	R$ 166,00	R$ 41.250,00	
4104444	Prótese Parcial Maxilar Removível	250	R$ 177,67	R$ 44.417,50	
4104445	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	250	R$ 166,05	R$ 41.262,50	

Exibir 1-5 de 5 itens

Página

< Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abercados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Escola Nacional de Administração Pública

Texto gerado a partir de imagem. Pode conter imprecisões. Exceção de direitos autorais.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 148
RUB.

PREFEITURA DE CANTANHEDE
reconstruindo nossa cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JUNTADA DE PORTARIA DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO

Junto aos autos do Processo Administrativo nº 2002001/2024, o ato de designação do Agente de contratação e Equipe de apoio, respectivamente reginada por autoridade máxima do Município.

PORTARIA Nº 004/2024

Pregoeira:	*Nayana Rosa Rodrigues de Aguiar*	**DECRETO OU PORTARIA DE NOMEAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO:**
	602.925.003-51	
EQUIPE DE APOIO:	*Emídio Rodrigues Xavier Neto*	*Portaria n° 004/2024 de 04 de janeiro de 2024*
	032.856.963-11	
	Thiago Augusto Silva Reis	
	610.577.773-66	

BREVE RESUMO DA COMISSÃO DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 004/2024

Conforme dispõe o Art. 7º incisos I e II da Lei Federal nº14.133/2021, os agentes públicos devidamente designado pela autoridade máxima, para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei,

- I - Sejam, preferencialmente, servidor efetivo, conforme demonstrado no ato de nomeação em anexo.
- II - Tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível, conforme demonstrado no ato de nomeação em anexo;

Cantanhede/MA, 29 de fevereiro de 2024.

Nayana Rosa Rodrigues de Aguiar
Pregoeira
Portaria n° 004/2024

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS.
RUB.

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

Portaria Nº 004/2024 GAB

O Prefeito Municipal de Cantanhede, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal 14.133/2021, no dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 6°, LX e 8° da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021 que dispõe sobre as regras de atuação do Agente de Contratação e Equipe de Apoio;

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora NAYANA ROSA RODRIGUES DE AGUIAR, inscrita no CPF nº 602.925.003-51, para exercer as funções de Agente de Contratação e de Pregoeira do Município de Cantanhede.

Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, a agente responsável pela condução do certame é designada pregoeira.

Art. 2º. Institui-se a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e a Pregoeira do Município de Cantanhede:

a) EMÍDIO RODRIGUES XAVIER NETO (CPF: 032.856.963-11);
b) THIAGO AUGUSTO SILVA REIS (CPF: 610.577.773-66).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cantanhede, 04 de Janeiro de 2024

JOSÉ MARTINHO DOS SANTOS BARROS
Prefeito Municipal de Cantanhede

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIA NOMEAÇÃO - NOMEAÇÃO: 004-2024 GAB/2024

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 149
RUB.

Portaria Nº 004/2024 GAB

O Prefeito Municipal de Cantanhede, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais:
CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal 14.133/2021, no dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e Contratos Administrativos;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 6°, LX e 8° da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021 que dispõe sobre as regras de atuação do Agente de Contratação e Equipe de Apoio;
CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a servidora NAYANA ROSA RODRIGUES DE AGUIAR, inscrita no CPF nº 602.925.003-51, para exercer as funções de Agente de Contratação e de Pregoeira do Município de Cantanhede.
Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, a agente responsável pela condução do certame é designada pregoeira.
Art. 2º. Institui-se a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e a Pregoeira do Município de Cantanhede:

a) EMÍDIO RODRIGUES XAVIER NETO (CPF: 032.856.963-11);
b) THIAGO AUGUSTO SILVA REIS (CPF: 610.577.773-66).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cantanhede, 04 de Janeiro de 2024

JOSÉ MARTINHO DOS SANTOS BARROS
Prefeito Municipal de Cantanhede

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 150
RUB.

CERTIFICADO

Certificamos que **Nayana Rosa Rodrigues de Aguiar (CPF 602.925.003-51)** participou do **1º QUALIFICA MARANHÃO: EDIÇÃO NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, realizado pela Escola de Governo do Maranhão, no período de 11 a 20 de abril de 2023, totalizando **46 horas.**

São Luís, 20 de abril de 2023.

Leuzinete Pereira da Silva
DIRETORA DA ESCOLA DE GOVERNO DO MARANHÃO

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

EGMA
Escola de Governo do Maranhão

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 151
RUB.

Conteúdo Programático

1º Qualifica Maranhão: Edição Nova Lei de Licitações e Contratos (Regional São Luís)	
MÓDULO	**CARGA HORÁRIA**
Reestruturação e Planejamento na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos	8h
Fase Externa da Licitação e Dispensa Eletrônica Segundo a Lei 14.133/21	12h
Regulamentos Essenciais para a Implementação da Lei 14.133/2021	4h
Contratações Públicas- O Plano de Compras e o Planejamento Estratégico da Organização	4h
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	18h
TOTAL	**46h**

645e4138-acf4-4225-8f4f-e4bb0a1f2e42

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 152
RUB.

JUNTADA DE PROPOSTAS DE PREÇOS INICIAL

Junto aos autos do Processo Licitatório nº 004/2024 SRP, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço por Item, as **PROPOSTAS DE PREÇOS** apresentadas.

Nayana Rosa Rodrigues De Aguiar
Pregoeira
Portaria nº 004/2024

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 153
RUB.

PREFEITURA DE CANTANHEDE
Reconstruindo nossa cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SETOR DE LICITAÇÕES

PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA

J P DAMASCENO NETO LTDA

CNP 43.503.752/0001-88

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 154
RUB.
LICITANET

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE/MA

Nº 004/2024

PROCESSO LICITATÓRIO PE 004/2024

Proposta Inicial do Fornecedor

Fornecedor : 43.503.752/0001-88 - J P DAMASCENO NETO LTDA

Item 1

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Marca	Modelo	R$ Vlr. Unitário	R$ Vlr. Total
1	Prótese Total Mandibular	250,00	UND	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 170,00	R$ 42.500,00

Total: R$ 42.500,00

Item 2

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Marca	Modelo	R$ Vlr. Unitário	R$ Vlr. Total
2	Prótese Total Maxilar	250,00	UND	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 170,00	R$ 42.500,00

Total: R$ 42.500,00

Item 3

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Marca	Modelo	R$ Vlr. Unitário	R$ Vlr. Total
3	Prótese Parcial Mandibular Removível	250,00	UND	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 150,00	R$ 37.500,00

Total: R$ 37.500,00

Item 4

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Marca	Modelo	R$ Vlr. Unitário	R$ Vlr. Total
4	Prótese Parcial Maxilar Removível	250,00	UND	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 160,00	R$ 40.000,00

Total: R$ 40.000,00

Item 5

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Marca	Modelo	R$ Vlr. Unitário	R$ Vlr. Total
5	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	250,00	UND	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 150,00	R$ 37.500,00

Total: R$ 37.500,00

Total Geral: R$200.000,00

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 155

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SETOR DE LICITAÇÕES

PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA

ODONTO ALFA LTDA

CNP 40.900.404/0001-56

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 156
RUB.
LICITANET

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE/MA

Nº 004/2024

PROCESSO LICITATÓRIO PE 004/2024

Proposta Inicial do Fornecedor

Fornecedor : 40.900.404/0001-56 - ODONTO ALFA LTDA

Item 1

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Marca	Modelo	R$ Vlr. Unitário	R$ Vlr. Total
1	Prótese Total Mandibular	250,00	UND	VIP	acrílico e metal	R$ 400,00	R$ 100.000,00

Total: R$ 100.000,00

Item 2

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Marca	Modelo	R$ Vlr. Unitário	R$ Vlr. Total
2	Prótese Total Maxilar	250,00	UND	VIP	acrílico e metal	R$ 400,00	R$ 100.000,00

Total: R$ 100.000,00

Item 3

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Marca	Modelo	R$ Vlr. Unitário	R$ Vlr. Total
3	Prótese Parcial Mandibular Removível	250,00	UND	VIP	acrílico e metal	R$ 400,00	R$ 100.000,00

Total: R$ 100.000,00

Item 4

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Marca	Modelo	R$ Vlr. Unitário	R$ Vlr. Total
4	Prótese Parcial Maxilar Removível	250,00	UND	VIP	acrílico e metal	R$ 400,00	R$ 100.000,00

Total: R$ 100.000,00

Item 5

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Marca	Modelo	R$ Vlr. Unitário	R$ Vlr. Total
5	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	250,00	UND	VIP	acrílico e metal	R$ 400,00	R$ 100.000,00

Total: R$ 100.000,00

Total Geral: R$500.000,00

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 157
RUB.

PREFEITURA DE CANTANHEDE
recomeçar é nossa missão cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SETOR DE LICITAÇÕES

JUNTADA DE PROPOSTAS DE PREÇOS FINAL

Junto aos autos do Processo Licitatório nº 004/2024 SRP, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço por Item, as **PROPOSTAS DE PREÇOS** apresentadas.

Nayana Rosa Rodrigues De Aguiar
Pregoeira
Portaria nº 004/2024

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS 158
RUB

PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA

J P DAMASCENO NETO LTDA

CNP 43.503.752/0001-88

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 159
RUB.

PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE- MA.
Comissão Permanente de Licitação- CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 2002001/2024

Pelo presente, submetemos à vossa apreciação a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura **contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de próteses dentárias** para atender a necessidade da secretaria municipal de saúde de **Cantanhede - MA**, conforme descrito neste Edital e seu Anexo II, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência.

RAZÃO SOCIAL: **J P DAMASCENO NETO LTDA**

CNPJ: **43.503.752/0001-88**

ENDEREÇO: RUA JOSÉ ANTÔNIO FRANCIS, CENTRO, N° 207, TIMBIRAS/MA, CEP:65.420-000

CONTATOS: CELULAR : (98) 8356-2973/ (98) 8337-7902 – EMAIL: contatojpdamasceno@outlook.com

1- REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO : **JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO**

RG: **0150610520000**

CPF: **025.651.053-98**

CARGO/FUNÇÃO: **PROPRIETÁRIO/ADMINISTRADOR**

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 160
RUB.

Fábrica de Sorrisos
LABORATÓRIO DE PRÓTESES DENTÁRIAS

2- DADOS BANCÁRIOS: **BANCO DO BRASIL; AGÊNCIA:** 1611-X; **CONTA:** 56.836-8

3- PRAZO DE VALIDADE: DE ACORDO COM O EDITAL

4- CONDIÇOES DE PAGAMENTO: CONFORME O EDITAL

5- PRAZO PARA ENTREGA: CONFORME EDITAL

DECLARAÇÃO EXPRESSA: Que não serão acrescidos custos complementares das garantias a vícios ocasionados a qualquer produto fornecido.

DECLARAÇÃO EXPRESSA: Que os preços ofertados englobam todos os insumos, recursos humanos, recursos materiais, tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer despesas que incidam ou venha incidir sobre o objeto da licitação.

Estamos de acordo com todas as claúsulas do Edital.

Prazo de inicio de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referencia (anexo i) do edital desse processo.

Que não possui como sócio, gerente e diretores, servidores da Prefeitura Municipal de Cantanhde/MA, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.

Timbiras/MA, 29 de abril de 2024.

Juarez Pereira Damasceno Neto

PROPIETÁRIO/ADMINITRADOR

Rua Jose Antonio Francis, 207, Centro Timbiras -MA
CNPJ: 43.503.752/0001-88 (98) 98356-2973
neto_franca@hotmail.com

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 161
RUB.

PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE- MA.
Comissão Permanente de Licitação- CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2002001/2024

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR	UND	250	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 140,00	R$ 35.000,00
02	PRÓTESE TOTAL MAXILAR	UND	250	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 140,00	R$ 35.000,00
03	PRÓTESE DENTÁRIA PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL	UND	250	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 140,00	R$ 35.000,00
04	PRÓTESE DENTÁRIA PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL	UND	250	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 140,00	R$ 35.000,00
05	PRÓTESE CORONÁRIAS/ INTRARRADICULARES FIXAS/ADESIVAS (por elemento)	UND	250	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 140,00	R$ 35.000,00

TOTAL: R$ 175.000,00 (Cento e Setenta e Cinco Mil Reais).

Timbiras/MA, 29 de Abril 2024

gov.br Documento assinado digitalmente
JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO
Data: 29/04/2024 12:34:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Juarez Pereira Damasceno Neto
PROPIETÁRIO/ADMINITRADOR
(CPF: 025.651.053-98)

Rua Jose Antonio Francis, 207, Centro Timbiras -MA
CNPJ: 43.503.752/0001-88 (98) 98356-2973
neto_franca@hotmail.com

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 162
RUB

PREFEITURA DE CANTANHEDE
Reconstruindo nossa cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SETOR DE LICITAÇÕES

JUNTADA DOS DOCUMENTOS HABILITAÇÃO

Junto aos autos do Processo Licitatório nº 004/2024 SRP, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço por Item, os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** apresentadas.

Nayana Rosa Rodrigues De Aguiar
Pregoeira
Portaria nº 004/2024

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 163
RUBRICA

PREFEITURA DE CANTANHEDE
reconstruindo nossa cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SETOR DE LICITAÇÕES

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA

J P DAMASCENO NETO LTDA

CNP 43.503.752/0001-88

Praça Paulo Rodrigues, 01, Centro.
Cantanhede-MA. Cep 65465-000

www.cantanhede.ma.gov.br
cpl@cantanhede.ma.gov.br

CANTANHEDE/MA
PROC. 2003001 /2024
FLS. 164
RUB.

2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL

Pelo presente instrumento particular de alteração e transformação, nesta e na melhor forma de direito abaixo assinado:

JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO, brasileiro, solteiro, Empresário, inscrito no CPF n° 025.651.053,98, residente e domiciliado na Rua Mourão Rangel, n° 109, Vila Passos, CEP 65031-220, São Luís - MA, único sócio da sociedade empresária limitada unipessoal, que gira sob a denominação social de J P DAMASCENO NETO LTDA, com sede na Rua José Antônio Francis, n° 207, Centro, CEP 65.420-000, Timbiras – MA, inscrita sob CNPJ n° 43.503.752/0001-88, resolve alterar seu contrato social, neste ato, nos termos e condições a seguir:

Cláusula Primeira – O capital social de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) passa a ser R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) dividido em 200.000 quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada em moeda corrente no País.

Parágrafo único: O capital encontra-se subscrito e integralizado neste ato pelo sócio único, sendo distribuído conforme a seguir:

Nomes dos Sócios	Qtde de Quotas	Valor em R$	%
JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO	200000	R$ 200.000,00	100
TOTAL	**200000**	**R$ 200.000,00**	**100**

DA CONSOLIDAÇÃO,

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL "J P DAMASCENO NETO LTDA"

JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO, brasileiro, solteiro, Empresário, inscrito no CPF n° 025.651.053,98, residente e domiciliado na Rua Mourão Rangel, n° 109, Vila Passos, CEP 65031-220, São Luís - MA, único sócio da sociedade empresária limitada unipessoal, que gira sob a denominação social de J P DAMASCENO NETL LTDA, com sede na Rua José Antônio Francis, n° 207, Centro, CEP 65.420-000, Timbiras – MA, inscrita sob CNPJ n° 43.503.752/0001-88, resolve consolidar seu contrato social, neste ato, nos termos e condições a seguir:

DO NOME EMPRESARIAL E SEDE (Art. 997, II, do CC)

Cláusula Primeira – A sociedade tem o seguinte nome empresarial J P DAMASCENO NETO LTDA.

Cláusula Segunda – A sociedade tem sede na Rua José Antônio Francis, n° 207, Centro, CEP 65.420-000, Timbiras – MA

DO OBJETO SOCIAL (Art. 997, II, do CC)

Cláusula Terceira – A sociedade tem por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: ATIVIDADE DE ODONTOLÓGIA, ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS, SERVICOS DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM COM USO DE RADIACAO IONIZANTE, EXCETO TOMOGRAFIA SERVICOS DE PROTESE DENTÁRIA.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 165
RUB.

Parágrafo único: conforme atividades econômicas por CNAE a seguir:

CNAE N° 8630-5/04 – Atividade odontológica;

CNAE N° 3250-7/06 – Serviços de prótese dentária;
CNAE N° 8630-5/01 – Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimento cirúrgicos;
CNAE N° 8640-2/05 – Serviços de diagnósticos por imagem com uso de realização ionizante, exceto tomografia.

DO ÍNICIO DAS ATIVIDADES E PRAZO (Art. 53, III, F do decreto n° 1800/96)

Cláusula Quarta – A sociedade iniciou suas atividades a partir de 14/09/2021 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL (Art. 997, III e IV, e Art. 1.052 e 1.055 do CC)

Cláusula Quinta – O capital social é de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), divididos em 200.000 quotas no valor nominal de R$ 1,00 (cada uma), em moeda corrente do País.

Parágrafo único: O capital encontra-se subscrito e integralizado neste ato pelo sócio único, sendo distribuído conforme a seguir:

Nomes dos Sócios	Qtde de Quotas	Valor em R$	%
JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO	200000	R$ 200.000,00	100
TOTAL	**200000**	**R$ 200.000,00**	**100**

Cláusula Sexta – A administração da sociedade será exercida pelo sócio administrador, que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social. Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização expressa do mesmo.

DO BALANÇO PATRIMONIAL (ART. 1.065 DO CC)

Cláusula Sétima – Ao término de cada exercício coincidindo sempre com o ano civil, o Administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio, os lucros ou perdas apuradas na proporção de suas quotas.

DO PRÓ-LABORE

Cláusula Oitavo - O sócio pode fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore para o sócio administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Cláusula Nona - A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (ART. 1.011, § 1º, DO CC E ART. 37, II, DA LEI Nº 8.934, DE 1994)

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000001 /2024
FLS. 166
RUB.

Cláusula Décima – O administrador da empresa declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DO PORTE EMPRESARIAL

Cláusula Décima Primeira – O sócio declara que a sociedade se enquadra como Microempresa – Me, nos termos da Lei complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no inciso 4° do Art. 3° da mencionada lei. (Art. 3°, I, LC, n° 123, 2006)

DO FORO

Cláusula Décima Segunda – A parte elege o foro da sede para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais E, por estar assim constituída, assina o presente instrumento particular, em via única.

São Luís, MA 11 de outubro de 2023

JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO
Sócio administrador
CPF: 025.651.053-98

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 167
RUB.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa J P DAMASCENO NETO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02565105398	JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO

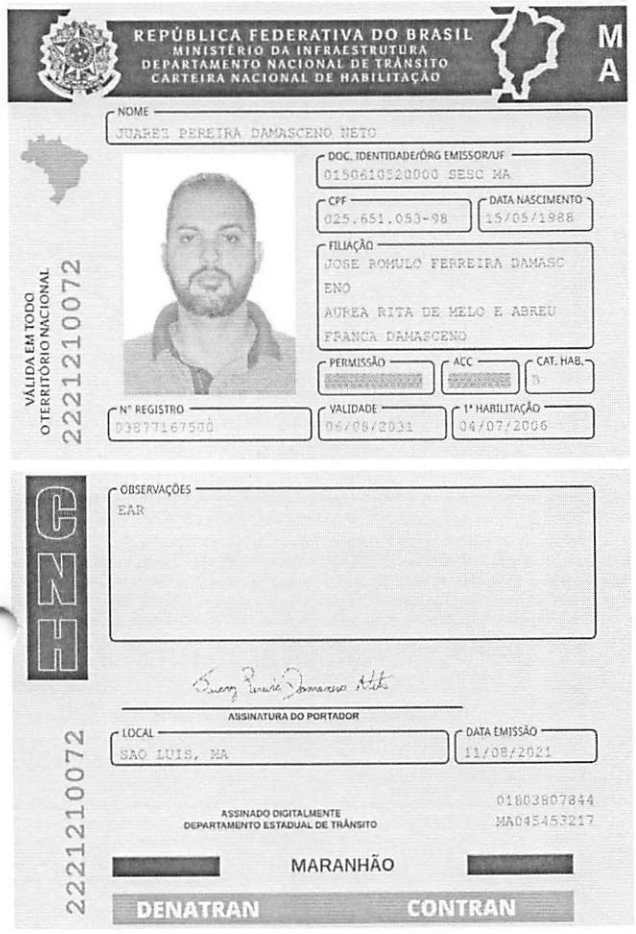
CERTIFICO O REGISTRO EM 14/10/2023 19:48 SOB Nº 20231294271.
PROTOCOLO: 231294271 DE 11/10/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12314964210. CNPJ DA SEDE: 43503752000188.
NIRE: 21201159039. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 10/10/2023.
J P DAMASCENO NETO LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2003001 /2024
FLS. 168
RUB.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MA

NOME
JUARES PEREIRA DAMASCENO NETO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
015061052000O SESC MA

CPF
025.651.053-98

DATA NASCIMENTO
15/05/1988

FILIAÇÃO
JOSE ROMULO FERREIRA DAMASC
ENO
AUREA RITA DE MELO E ABREU
FRANCA DAMASCENO

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
03877167500

VALIDADE
06/08/2031

1ª HABILITAÇÃO
04/07/2006

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2221210072

HNC

OBSERVAÇÕES
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SÃO LUIS, MA

DATA EMISSÃO
11/08/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

01803807844
MA045453217

MARANHÃO

DENATRAN CONTRAN

2221210072

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000001 /2024
FLS. 169
RUB.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
43.503.752/0001-88 **MATRIZ**		**14/09/2021**

NOME EMPRESARIAL
J P DAMASCENO NETO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
FABRICA DE SORRISOS ILIMITADA	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
86.30-5-04 - Atividade odontológica

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
32.50-7-06 - Serviços de prótese dentária
86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos
86.40-2-05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R JOSE ANTONIO FRANCIS	**207**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.420-000	**CENTRO**	**TIMBIRAS**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
NETO_FRANCA@HOTMAIL.COM	**(98) 8337-7902**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**14/09/2021**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **27/04/2024** às **19:13:50** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000001/2024
FLS. 170
RUB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS

SETOR DE TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO

RUA JOSÉ ANTÔNIO FRANCIS, 15.CENTRO/TIMBIRAS - MA

CNPJ: 06.424.618/0001 - 65

PREFEITURA DE TIMBIRAS CIDADE DE TODOS

2024

ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO

Nº da Inscrição	Nº do Alvará	Validade
00447	092/2024	31/12/2024

Nome: J P DAMASCENO NETO LTDA
CPF/CNPJ: 43.503.752/0001-88
RG/Insc Municipal: 00447
Nome Fantasia: FÁBRICA DE SORRISOS ILIMITADA

Endereço

Logradouro: RUA JOSÉ ANTONIO FRANCIS Número: 207
Complemento:
Bairro: CENTRO CEP: 65420000
Cidade: TIMBIRAS Estado: MA

Atividade Principal

ATIVIDADES ODONTOLÓGICAS

Observações:

Regulamentado conforme a Lei Nº 262/18, de 12/12/2018 do Código Tributário deste Município.

06.424.618/0001-65
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
R. José Antonio Francis, nº15 - Centro
CEP: 65.420.000 TIMBIRAS-MA

Diego Ariston Cardoso dos Santos
Diretor de Tributos e Arrecadação
Portaria nº 042/2017

Diego Ariston Cardoso dos Santos
Coordenador deTributos e Arrecadação

Estabelecimento autorizado a exercer a atividade supra por período, a critério da Administração Pública.

AFIXAR EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO

Digitalizado com CamScanner

CANTANHEDE/MA
PROC. 3000001 /2024
FLS. 171
RUB.

ESTADO DO MARANHAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
Cnpj: 06.424.618/0001-65

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CONTRIBUINTE

Código:	000241
Situação:	Ativo
Inscrição Municipal:	000447
Nome/Razão Social:	J P DAMASCENO NETO LTDA
CNPJ/CPF:	43.503.752/0001-88
Endereço:	RUA JOSÉ ANTONIO FRANCIS, Nº 207 CENTRO - 65420000 TIMBIRAS-MA
CGF/RG:	
Órgão Emissor:	
Telefone:	
Celular/FAX:	
E-Mail:	
Nome de Fantasia:	FÁBRICA DE SORRISOS
Tipo Contribuição:	Alvará de Funcionamento
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE LIMITADA
Classificação:	SERVIÇOS
	Tributavel
Tipo:	300,00
Nº do Alvará:	00074/2023
Valor Base (M2):	5%
Valor Est. ISSQN:	
Horário Funcion:	
Nr. Empregados:	***
Nr. Técnicos:	
CNAE:	
Atividade Principal:	ATIVIDADES DE ODONTOLOGIA
Data do Cadastro:	25/02/2022
Operador:	admin

Diêgo Ariston Cardoso dos Santos
Diretor de Tributos e Arrecadação
Portaria nº 042/2017

06.424.618/0001-65
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
R. José Antonio Francis, nº15 - Centro
CEP: 65.420.000 TIMBIRAS-MA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2007001 /2024
FLS. 172
RUB.

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
43.503.752/0001-88
NOME EMPRESARIAL:
J P DAMASCENO NETO LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$200.000,00 (Duzentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **27/04/2024** às **19:14** (data e hora de Brasília).

CANTANHEDE/MA
PROC. 2003001 /2024
FLS. 173
RUB.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: J P DAMASCENO NETO LTDA
CNPJ: 43.503.752/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:19:37 do dia 22/12/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/06/2024.
Código de controle da certidão: **0225.1501.2B85.C2B5**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CANTANHEDE/MA
PROC. 1000001/2024
FLS. 174
RUB.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 095513/24 **Data da Certidão:** 13/03/2024 10:31:37

CPF/CNPJ 43503752000188 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 11/06/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 13/03/2024 10:36:53

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 175
RUB.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 030568/24 **Data da Certidão:** 24/04/2024 10:02:34

CPF/CNPJ CONSULTADO: **43503752000188**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 23/07/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 24/04/2024 10:02:34

CANTANHEDE/MA
PROC. 2003001 /2024
FLS. 176
RUB.

TIMBIRAS

ESTADO DO MARANHAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
Rua José Antonio Francis, nº15 - Centro
CNPJ: 06.424.618/0001-65

Certidão Negativa de Débitos Municipais
0057/2024

Certidão fornecida para:
J P DAMASCENO NETO LTDA
CÓDIGO: **00447**
CNPJ/CPF Nº: **43.503.752/0001-88**
ENDEREÇO: **RUA JOSÉ ANTONIO FRANCIS, Nº 207 CENTRO**
CEP: **65420-000 TIMBIRAS-MA**
MATRÍCULA:

Certificamos que, revendo os arquivos fiscais competentes referentes aos exercícios anteriores e o atual, **NÃO EXISTEM** pendências de natureza tributária e não tributária em nome do requerente referentes à **ISSQN, TLF, IPTU E DÍVIDA ATIVA,** pelo que, expedimos a presente Certidão com prazo, na forma da **LEI Nº 262/18, DE 12/12/2018,** - ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados.

Certidão pedida em **20 de FEVEREIRO de 2024**
Esta Certidão tem validade até **24 MAIO de 2024**

Diego Ariston Cardoso dos Santos
Diretor de Tributos e Arrecadação
Portaria nº 042/2017

06.424.618/0001-65
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
R. José Antonio Francis, nº15 - Centro
CEP: 65.420-000 TIMBIRAS-MA

DIEGO ARISTON CARDOSO DOS SANTOS
COORDENADOR DE TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO

TIMBIRAS 20 DE FEVEREIRO DE 2024

admin /

Digitalizado com CamScanner

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 177
RUB.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 43.503.752/0001-88
Razão Social: J P DAMASCENO NETO LTDA
Endereço: RUA JOSE ANTONIO FRANCIS 207 / CENTRO / TIMBIRAS / MA / 65420-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:12/04/2024 a 11/05/2024

Certificação Número: 2024041223380653406038

Informação obtida em 24/04/2024 10:07:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CANTANHEDE/MA
PROC. 1003001 /2024
FLS. Página 178 de 1
RUB.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: J P DAMASCENO NETO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 43.503.752/0001-88
Certidão nº: 73894256/2023
Expedição: 22/12/2023, às 12:47:08
Validade: 19/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **J P DAMASCENO NETO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **43.503.752/0001-88**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001/2024
FLS. 179
RUB.

Balanço Patrimonial Levantado em 31/12/2021

J P DAMASCENO NETO LTDA
Endereço: Rua José Antônio Francis, n° 207, Centro, CEP 65.420-000, Timbiras/MA
CNPJ: 43.503.752/0001-88
NIRE: 21201159039

(Valores expressos em reais)

ATIVO		31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Cai	R$	29.228,65
Clientes	R$	-
Estoques	R$	-
Impostos a Compensar	R$	-
	R$	29.228,65
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Investimentos	R$	-
Imobilizado	R$	-
(-) Depreciações acumuladas	R$	-
	R$	-
TOTAL DO ATIVO	R$	29.228,65

PASSIVO		31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores	R$	-
Emprestimo e Finaciamentos	R$	-
Obrigações Trabalhistas	R$	-
Obrigações Tributárias	R$	-
Contas a Pagar	R$	149,90
	R$	149,90
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
	R$	-
Emprestimos e financiamentos	R$	-
	R$	-
PATRIMÔNIO LIQUIDO		
Capital Social	R$	30.000,00
Reservas	R$	-
Resultado do Período	-R$	921,25
	R$	29.078,75
TOTAL DO PASSIVO	R$	29.228,65

J P DAMASCENO NETO LTDA
CNPJ: 43.503.752/0001-88
Juarez Pereira Damasceno Neto
CPF: 025.651.053-98

Wanderson Pinheiro Souza
Contador
CRC/MA: 015171

CANTANHEDE/MA
PROC. 000000 /2024
FLS. 180
RUB.

Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2021

J P DAMASCENO NETO LTDA

Endereço: Rua José Antônio Francis, n° 207, Centro, CEP 65.420-000, Timbiras/MA

CNPJ: 43.503.752/0001-88

NIRE: 21201159039

(Valores expressos em reais)

	31/12/2021	
Receitas Operacionais		
Receita de Serviços	R$	-
(-) Cancelamentos	R$	-
	R$	-
(-) Impostos Incidentes sobre Serviços	R$	-
	R$	-
(=) Receita Líquida de Vendas	**R$**	-
(-) Custos dos Serviços	R$	-
	R$	-
(=) Resultado Bruto	**R$**	-
(-) Despesas e Receitas Operacionais		
(-) Despesas Administrativas	-R$	921,25
(-) Despesas com Pessoal	R$	-
(-) Despesas Tributárias	R$	-
	-R$	**921,25**
Operações Financeiras		
(-) Despesas Financeiras	R$	-
Receitas Financeiras	R$	-
	R$	-
(=) Resultado Operacional antes do IR & CS	**-R$**	**921,25**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	R$	-
(=) Resultado Líquido do Exercício	**-R$**	**921,25**

J P DAMASCENO NETO LTDA
CNPJ: 43.503.752/0001-88
Juarez Pereira Damasceno Neto
CPF: 025.651.053-98

Wanderson Pinheiro Souza
Contador
CRC/MA: 015171

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 181
RUB.

DEMONSTRAÇÃO DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em reais - R$)

J P DAMASCENO NETO LTDA
Endereço: Rua José Antônio Francis, n° 207, Centro, CEP 65.420-000, Timbiras/MA
CNPJ: 43.503.752/0001-88
NIRE: 21201159039

Índice	31/12/2021
Liquidez Corrente	194,99
Liquidez Geral	194,99
Solvencia Geral	194,99

Memória de cálculo dos índices de liquidez:

1. liquidez corrente = ativo circulante / passivo circulante.
2. liquidez geral = (ativo circulante + não circulante) / (passivo circulante + não circulante)
3. Solvência = ativo total / (passivo circulante + não circulante)

J P DAMASCENO NETO LTDA
CNPJ: 43.503.752/0001-88
Juarez Pereira Damasceno Neto
CPF: 025.651.053-98

Wanderson Pinheiro Souza
Contador
CRC/MA: 015171

CANTANHEDE/MA
PROC. 1000001 /2024
FLS. 182
RUB.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A J P DAMASCENO NETO LTDA é uma sociedade empresária limitada, com sede e foro na cidade de Timbiras/MA, tendo como objeto social:
A atividade Odontológica; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia, serviços de prótese dentária , com início de atividades em 14/09/2021

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Direitos e obrigações
Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, quando houver, observando o regime de competência;
3.2) Imobilizado
A empresa não apresentava imobilizados na data do encerramento do exercício
3.3) Ajuste de avaliação patrimonial
A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.
3.4) Investimentos em empresas coligadas e controladas
A empresa não participa do capital social de outras sociedades.
3.5 Resultado do Exercício
A empresa se manteve sem movimentação operacional durante, não teve faturamento. O resultado negativo deu-se pelo pagamento de despesas administrativos para a regularização da atividade econômica.
3.6) Impostos Federais
A empresa está no regime de tributação SIMPLES NACIONAL e contabiliza os encargos tributários pelo regime de caixa.

4) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas.

CANTANHEDE/MA
PROC. 1009001 /2024
FLS. 183
RUB.

5) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 30.000,00 dividido em 30.000,00 quotas de R$ 1,00 totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Juarez Pereira Damasceno Neto – participação percentual de 100%

6) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Timbiras, MA 13 de setembro de 2022

Juarez Pereira Damasceno Neto
Cargo: Sócio administrador
CPF 025.651.053-98

Wanderson Pinheiro Souza
Cargo: Contador
CRC/MA 015171

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 184
RUB.

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, WANDERSON PINHEIRO SOUZA, com inscrição ativa no CRC/MA, sob o n° 015171, inscrito no CPF n° 61149909358, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
61149909358	015171	WANDERSON PINHEIRO SOUZA

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/09/2022 09:52 SOB Nº 20221125396.
PROTOCOLO: 221125396 DE 14/09/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12212072478. CNPJ DA SEDE: 43503752000188.
NIRE: 21201159039. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 13/09/2022.
JUCEMA
J P DAMASCENO NETO LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2007001 /2021
FLS. 185
RUB.

LIVRO DIÁRIO

Número de Ordem 01

TERMO DE ABERTURA

Contém o presente livro 01 (uma) página tipograficamente numeradas, compondo o livro diário número 01 (um), referente ao período de 14/09/2021 a 31/12/2021 da empresa JP DAMASCENO NETO LTDA com sede Rua Jose Antônio Francis, N° 207, Centro, CEP 65420-000, Timbiras, Estado do Maranhão, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial deste Estado sob número 21201159039 em 14/09/2021 inscrita no CNPJ sob número 43.503.752/0001-88

Exercício social 2021, data da abertura 14/09/2021

Timbiras, MA 14 de setembro de 2021

JP DAMASCENO NETO LTDA
PESSOA JURIDICA
CNPJ: 43.503.752/0001-88

Wanderson Pinheiro Souza
Contador
CRC MA n° 015171

CANTANHEDE/MA
PROC. 3009001 /2024
FLS. 186
RUB.

DIÁRIO

Data	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
14/09/2021	2.3.1.02.001	CAPITAL A INTEGRALIZAR	Capital Social Subscrito do Socio Juarez Pereira Damasceno Neto, correspondente a 100% do capital social	30.000,00	
14/09/2021	2.3.1.01.001	CAPITAL SOCIAL	Capital Social Subscrito do Socio Juarez Pereira Damasceno Neto, correspondente a 100% do capital social		30.000,00
14/09/2021	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	Integralização de Capital Social do Sócio Juarez Pereira Damasceno Neto, correspondente a 100% do capital a integralizar, mediante deposito em conta bancaria	30.000,00	
14/09/2021	2.3.1.02.001	CAPITAL A INTEGRALIZAR	Integralização de Capital Social do Sócio Juarez Pereira Damasceno Neto, correspondente a 100% do capital a integralizar, mediante deposito em conta bancaria		30.000,00
			TOTAL DO DIA	60.000,00	60.000,00
20/09/2021	3.2.2.04.015	ANUIDADES E TAXAS	Valor Ref. Despesas com Inscrição CRO EPAO a pagar	502,80	
20/09/2021	2.1.6.02.002	ANUIDADE CRO	Valor Ref. Despesas com Inscrição CRO EPAO a pagar		502,80
20/09/2021	3.2.2.04.015	ANUIDADES E TAXAS	Valor ref pgto de taxa de expediçao de certificado CRO MA	100,71	
20/09/2021	1.1.1.01.001	CAIXA GERAL	Valor ref pgto de taxa de expediçao de certificado CRO MA		100,71
20/09/2021	3.2.2.04.015	ANUIDADES E TAXAS	Valor ref anuidade a pagar CRO MA	167,84	
20/09/2021	2.1.6.02.002	ANUIDADE CRO	Valor ref anuidade a pagar CRO MA		167,84
			TOTAL DO DIA	771,35	771,35
22/09/2021	1.1.1.01.001	CAIXA GERAL	Valor ref Saque para pagamento de despesas	771,35	
22/09/2021	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	Valor ref Saque para pagamento de despesas		771,35
22/09/2021	2.1.6.02.002	ANUIDADE CRO	Valor ref Pagamento de Inscritação no CRO modalidade EPAO da JP Damasceno Neto Ltda	502,80	
22/09/2021	1.1.1.01.001	CAIXA GERAL	Valor ref Pagamento de Inscritação no CRO modalidade EPAO da JP Damasceno Neto Ltda		502,80
22/09/2021	2.1.6.02.002	ANUIDADE CRO	Valor ref Pgto de Anuidade 2021 CRO MA	167,84	
22/09/2021	1.1.1.01.001	CAIXA GERAL	Valor ref Pgto de Anuidade 2021 CRO MA		167,84
			TOTAL DO DIA	1.441,99	1.441,99
			TOTAL DO MÊS	62.213,34	62.213,34
31/12/2021	3.2.2.04.003	TELEFONE	Valor ref Internet e Telefone OI a pagar competencia 12/2021	149,90	
31/12/2021	2.1.6.02.004	Telefone e Internet	Valor ref Internet e Telefone OI a pagar competencia 12/2021		149,90
31/12/2021	5.1.4.01.001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	Valor referente a apuração do resultado do exercício	149,90	
31/12/2021	3.2.2.04.003	TELEFONE	Valor referente a apuração do resultado do exercício		149,90
31/12/2021	5.1.4.01.001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	Valor referente a apuração do resultado do exercício	771,35	
31/12/2021	3.2.2.04.015	ANUIDADES E TAXAS	Valor referente a apuração do resultado do exercício		771,35
31/12/2021	2.3.5.01.003	RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO	Valor referente a apuração do resultado do exercício 2021	921,25	
31/12/2021	5.1.4.01.001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	Valor referente a apuração do resultado do exercício 2021		921,25
31/12/2021	2.3.5.01.003	RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO	Valor referente a apuração do resultado do exercício	921,25	
31/12/2021	2.3.5.01.003	RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO	Valor referente a apuração do resultado do exercício		921,25
			TOTAL DO DIA	2.913,65	2.913,65
			TOTAL DO MÊS	2.913,65	2.913,65

TIMBIRAS, 13 de Setembro de 2022

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 187
RUB.

LIVRO DIÁRIO

Número de Ordem 01

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém o presente livro 01 (uma) página tipograficamente numeradas, compondo o livro diário número 01 (um), referente ao período de 14/09/2021 a 31/12/2021 da empresa JP DAMASCENO NETO LTDA com sede Rua Jose Antônio Francis, n° 207, Centro, CEP 65420-000, Timbiras, Estado do Maranhão, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial deste Estado sob número 21201159039 em 14/09/2021 inscrita no CNPJ sob número 43.503.752/0001-88

Exercício social 2021, data de encerramento: 31/12/2021

Timbiras, MA 31 de dezembro de 2021

_____

JP DAMASCENO NETO LTDA
PESSOA JURIDICA
CNPJ: 43.503.752/0001-88

_____

Wanderson Pinheiro Souza
Contador
CRC MA n° 015171

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

CANTANHEDE/MA
PROC. 3009001 /2024
FLS. 188
RUB.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa J P DAMASCENO NETO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
43503752000188	J P DAMASCENO NETO LTDA
61149909358	WANDERSON PINHEIRO SOUZA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 14/09/2022 14:30 SOB Nº 20221125523.
PROTOCOLO: 221125523 DE 14/09/2022. NIRE: 21201159039.
J P DAMASCENO NETO LTDA

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 14/09/2022
empresafacil.ma.gov.br

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA
CANTANHEDE/MA
PROC. 3000001/2024
FLS. 189
RUB.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO, sob a autenticidade nº 12212099651 em 14/09/2022, protocolo 221125523. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	J P DAMASCENO NETO LTDA
Número de Registro:	21201159039
CNPJ:	43503752000188
Munícipio:	Timbiras

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	1
Período de Escrituração:	14/09/2021 - 31/12/2021

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
43503752000188	J P DAMASCENO NETO LTDA	
61149909358	WANDERSON PINHEIRO SOUZA	MA015171

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 14/09/2022 14:30 SOB Nº 20221125523.
PROTOCOLO: 221125523 DE 14/09/2022. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12212099651. NIRE: 21201159039.
J P DAMASCENO NETO LTDA

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 14/09/2022
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 190
RUB.

Balanço Patrimonial Levantado em 31/12/2022

J P DAMASCENO NETO LTDA
Endereço: Rua Jose Antônio Francis, nº 207, Centro, Timbiras-MA CEP 65.420-000
CNPJ: 43.503752/0001-88
NIRE: 21201159039

(Valores expressos em reais)

ATIVO	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE	
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.383,98
Clientes	57,77
Estoques	-
Impostos a Compensar	-
	29.441,75
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
Investimentos	-
Imobilizado	-
(-) Depreciações acumuladas	-
	-
TOTAL DO ATIVO	**29.441,75**

PASSIVO	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE	-
Fornecedores	-
Emprestimo e Finaciamentos	-
Obrigações Trabalhistas	-
Obrigações Tributárias	35,62
Contas a Pagar	149,90
	185,52
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
	-
Emprestimos e financiamentos	-
	-
	-
	-
PATRIMÔNIO LIQUIDO	-
Capital Social	30.000,00
Reservas	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(743,77)
	29.256,23
	-
TOTAL DO PASSIVO	**29.441,75**

J P DAMASCENO NETO LTDA
CNPJ: 43.503.752/0001-88
Juarez Pereira Damasceno Neto
CPF: 025.561.053-98

Wanderson Pinheiro Souza
CPF: 611.499.093-58
CRC: 015171/O-5

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 191
RUB.

Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2022

J P DAMASCENO NETO LTDA
Endereço: Rua Jose Antônio Francis, n° 207, Centro, Timbiras-MA CEP 65.420-000
CNPJ: 43.503752/0001-88
NIRE: 21201159039

(Valores expressos em reais)

	31/12/2022
Receitas Operacionais	
Receita de Serviços	9.653,04
(-) Cancelamentos	-
	9.653,04
	-
(-) Impostos Incidentes sobre Serviços	153,81
	153,81
(=) Receita Líquida de Vendas	**9.499,23**
(-) Custos dos Serviços	6.579,35
	6.579,35
(=) Resultado Bruto	**2.919,88**
	-
(-) Despesas e Receitas Operacionais	-
(-) Despesas Administrativas	2.742,40
(-) Despesas com Pessoal	-
(-) Despesas Tributárias	-
	2.742,40
	-
(=) Resultado do Período	**177,48**

J P DAMASCENO NETO LTDA
CNPJ: 43.503.752/0001-88
Juarez Pereira Damasceno Neto
CPF: 025.561.053-98

Wanderson Pinheiro Souza
CPF: 611.499.093-58
CRC: 015171/O-5

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000001 /2024
FLS. 192
RUB.

DEMONSTRAÇÃO DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ
J P DAMASCENO NETO LTDA

Endereço: Rua Jose Antônio Francis, n° 207, Centro, Timbiras-MA CEP 65.420-000

CNPJ: 43.503752/0001-88
NIRE: 21201159039

Índices	31/12/2022
Liquidez Corrente	158,69
Liquidez Geral	158,69
Solvencia Geral	158,69

Memória de cálculo dos índices de liquidez:

1. liquidez corrente = ativo circulante / passivo circulante.
2. liquidez geral = (ativo circulante + não circulante) / (passivo circulante + não cir
3. Solvência = ativo total / (passivo circulante + não circulante)

J P DAMASCENO NETO LTDA
CNPJ: 43.503.752/0001-88
Juarez Pereira Damasceno Neto
CPF: 025.561.053-98

Wanderson Pinheiro Souza
CPF: 611.499.093-58
CRC: 015171/O-5

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 193
RUB.

Empresa: JP DAMASCENO NETO LTDA
C.N.P.J.: 43.503.752/0001-88
Insc. Junta Comercial: 21201159039 Data: 14/09/2021
Endereço: Rua Jose Antônio Francis, n° 207, Centro, Timbiras – MA CEP 65.420-000

Número livro: 0002

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31/12/2022

Nota 1 - CONTEXTO OPERACIONAL
A **JP DAMASCENO NETO LTDA**, com sede e foro na Cidade de Timbiras - MA, Rua Jose Antônio Francis, n° 207, Centro, Timbiras – MA, CEP: 65.420-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 43.503.752/0001-88, tendo como objeto social atividade odontológicas, bem como o fornecimento de prótese odontológica, com início de atividades em 14/09/2021.

Nota 2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. Nestas, seus Direitos e Obrigações estão demonstradas suas informações por valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência.

Nota 3 - POLÍTICA CONTÁBIL
As transações ou eventos materiais foram registrados contabilmente aplicando os procedimentos descritos na ITG 2000 – Escrituração Contábil, aprovada pela Resolução CFC n 1.330/2011 e ainda subsidiariamente, quando assim exigido, pela aplicação da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas, Médias e Empresas de Pequeno Porte.

Nota 4 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE
A empresa declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão conformidade com o NBC TG 1000, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1.255/2009. A administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a empresa não possui prestação pública de contas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação do previsto na Contabilidade.

Nota 5 - PRÁTICAS CONTÁBEIS
5.1 - Direitos e Obrigações
5.1.1 - Disponível
Composta pelas contas Caixa e Bancos c/ movimento. Registram todos os recebimentos e pagamentos efetivados pela empresa ao longo do ano.

5.1.2 - Clientes
Estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - de acordo com data de emissão das faturas e valor líquido a receber

5.1.3 - Imobilizado
A empresa não possui imobilizado contabilizados.

5.1.5 - Obrigações de Curto Prazo
5.1.5.1 – Fornecedores
A empresa não possui débitos com fornecedores na data do encerramento do exercício.

5.1.5.2 – Obrigações Tributárias
Neste grupo estão contabilizados todos os tributos incidentes sobre o faturamento no período, bem como o saldo do exercício anterior. Os valores registrados estão em consonância com as bases de cálculo definidas em Lei, sendo que o saldo a recolher poderá ser parcelado de acordo com a opção e orientação da Administração com a finalidade de reduzir o montante das obrigações da empresa a curto prazo. A empresa está no regime Simples Nacional e contabiliza os encargos tributários pelo regime de caixa.

5.1.5.3 - Obrigações trabalhista e previdenciária
A empresa não possui funcionários no seu quadro desde sua constituição, dessa forma, não apresenta valores em seu passivo trabalhista e previdenciário. Os serviços são prestados por profissionais PJ terceirizados.

Nota 5.2 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Nota 5.2.1 - Capital Social
O Capital social da empresa é de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do país, pertencentes unicamente a seu sócio administrador Luís Sergio Amaral Fernandes Ribeiro, CPF nº 025.651.053-98.

5.2.2 - Lucros ou Prejuízos Acumulados
São os resultados acumulados dos exercícios anteriores somando-se ao exercício atual, quando houver Lucro. Nesta competência estão contabilizados os lucros distribuídos pela administração conforme contrato.

Nota 6 – INVESTIMENTOS/EMPRÉSTIMOS EM EMPRESAS COLIGADAS E CONTROLADAS

CANTANHEDE/MA
PROC. 2003001 /2024
FLS. 194
RUB.

Empresa: JP DAMASCENO NETO LTDA
C.N.P.J.: 43.503.752/0001-88
Insc. Junta Comercial: 21201159039 Data: 14/09/2021
Endereço: Rua Jose Antônio Francis, n° 207, Centro, Timbiras – MA CEP 65.420-000

A empresa não possui coligadas e controladas.

Nota 7 - IMPOSTOS FEDERAIS
A empresa é optante pelo regime de tributação Simples Nacional e contabiliza os encargos tributários pelo regime de caixa.

Nota 8 - RECONHECIMENTO DAS RECEITAS
As receitas decorrentes da Prestação de Serviços foram apresentadas na Demonstração do Resultado do período bem como abatimentos. O reconhecimento das Receitas segue o regime de competência.

Nota 9 - RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS
A empresa declara não possuir contingências passivas no encerramento das referidas demonstrações contábeis em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores advogados.

Nota 10 - PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
A empresa não possui propriedades para investimentos.

Nota 11 - EVENTOS SUBSEQUENTES
Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente do exercício que venha ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provoca efeitos sobre seus resultados futuros.

Nota 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES
A empresa declara que não identificou quaisquer outras informações relevantes e que pudessem impacta na tomada de decisões dos usuários das demonstrações contábeis.

São Luís – MA 31 de Dezembro de 2022

JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO
SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF: 025.651.053-98

WANDERSON PINHEIRO SOUZA
CONTADOR - CRC/MA 015171/O-5
CPF: 611.499.093-58

CANTANHEDE/MA
PROC. 100001 /2024
FLS. 195
RUB.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa J P DAMASCENO NETO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02565105398	JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO
61149909358	WANDERSON PINHEIRO SOUZA

CERTIFICO O REGISTRO EM 24/05/2023 14:19 SOB Nº 20230671640.
PROTOCOLO: 230671640 DE 24/05/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12307819595. CNPJ DA SEDE: 43503752000188.
NIRE: 21201159039. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 24/05/2023.
JUCEMA J P DAMASCENO NETO LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 196
RUB.

T E R M O D E A B E R T U R A

Livro Diário

Número: 2 Página: 1

Contém este livro 14 páginas numeradas do No. 1 ao 14 emitidas através de processamento eletronico de dados, que servirá de Livro Diário da empresa abaixo descrita no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Nome da Empresa....: J P DAMASCENO NETO LTDA

Ramo.....: Atividade odontológica

Endereço.....: Rua R JOSE ANTONIO FRANCIS, 207

Complemento.....:

Bairro.....: CENTRO

Municipio.....: TIMBIRAS

Estado.....: MA

Inscrição no CNPJ..: 43.503.752/0001-88

Inscrição Estadual.:

Registro na junta..: 21201159039 Data registro: 14/09/2021

Inscrição Municipal: 00450

TIMBIRAS, 01/01/2022

JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 025.651.053-98

WANDERSON PINHEIRO SOUZA
Reg. no CRC - MA sob o No. 015171/O-5
CPF: 611.499.093-58

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 197
RUB.

Empresa: **J P DAMASCENO NETO LTDA**
C.N.P.J.: 43.503.752/0001-88
Endereço: Rua R JOSE ANTONIO FRANCIS, 207, CENTRO, TIMBIRAS/MA, CEP 65420-000
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022
Insc. Junta Comercial: 21201159039 Data: 14/09/2021

Folha: 0002
Número livro: 0002
Emissão: 24/05/2023
Hora: 10:49

DIÁRIO

Data	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
01/10/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NESTA DATA	766,46	
01/10/2022	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NESTA DATA		766,46
			TOTAL DO DIA	766,46	766,46
12/10/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF RECEBIMENTO DE SERVICOS PRESTADOS	4,90	
12/10/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REF RECEBIMENTO DE SERVICOS PRESTADOS		4,90
			TOTAL DO DIA	4,90	4,90
21/10/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF RECEBIMENTOS DE SERVICOS PRESTADOS	142,03	
21/10/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REF RECEBIMENTOS DE SERVICOS PRESTADOS		142,03
			TOTAL DO DIA	142,03	142,03
26/10/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAIS JOSE ROMULO	140,00	
26/10/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAIS JOSE ROMULO		140,00
26/10/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF RECEBIMENTOS DE SERVICOS PRESTADOS	80,00	
26/10/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REF RECEBIMENTOS DE SERVICOS PRESTADOS		80,00
			TOTAL DO DIA	220,00	220,00
27/10/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF RECEBIMENTOS DE CLIENTES	294,02	
27/10/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REF RECEBIMENTOS DE CLIENTES		294,02
27/10/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES	220,00	
27/10/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES		220,00
27/10/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF SERVICOS PROFISSIONAIS - JOSE ROMULO	600,00	
27/10/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVICOS PROFISSIONAIS - JOSE ROMULO		600,00
			TOTAL DO DIA	1.114,02	1.114,02
31/10/2022	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	VALOR REF SIMPLES NACIONAL A RECOLHER 10-2022	46,00	
31/10/2022	2.1.4.01.026	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	VALOR REF SIMPLES NACIONAL A RECOLHER 10-2022		46,00
			TOTAL DO DIA	46,00	46,00
			TOTAL DO MÊS	2.293,41	2.293,41
01/11/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NESTA DATA	1.203,00	
01/11/2022	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NESTA DATA		1.203,00
			TOTAL DO DIA	1.203,00	1.203,00
08/11/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES	500,00	
08/11/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES		500,00
08/11/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES	196,02	
08/11/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES		196,02
			TOTAL DO DIA	696,02	696,02
10/11/2022	3.2.2.04.006	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	VALOR REF DESPESAS COM MATERIAL DE USO E CONSUMO	176,00	
10/11/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF DESPESAS COM MATERIAL DE USO E CONSUMO		176,00
10/11/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES	150,00	
10/11/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES		150,00
			TOTAL DO DIA	326,00	326,00
17/11/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES	200,00	
			TRANSPORTE	200,00	

TIMBIRAS, 31 de Dezembro de 2022

CANTANHEDE/MA
PROC. 3000000 /2024
FLS. 198
RUB.

Empresa: **J P DAMASCENO NETO LTDA**
C.N.P.J.: 43.503.752/0001-88
Endereço: Rua R JOSE ANTONIO FRANCIS, 207, CENTRO, TIMBIRAS/MA, CEP 65420-000
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022
Insc. Junta Comercial: 21201159039 Data: 14/09/2021

Folha: 0003
Número livro: 0002
Emissão: 24/05/2023
Hora: 10:49

DIÁRIO

Data	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
			TRANSPORTE	200,00	
17/11/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES		200,00
			TOTAL DO DIA	200,00	200,00
18/11/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF SERVICOS PROFISSIONAIS JOSE ROMULO	630,00	
18/11/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVICOS PROFISSIONAIS JOSE ROMULO		630,00
			TOTAL DO DIA	630,00	630,00
21/11/2022	2.1.4.01.026	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PGTO REF SIMPLES NACIONAL 10-2022	46,00	
21/11/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	PGTO REF SIMPLES NACIONAL 10-2022		46,00
21/11/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES	149,96	
21/11/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES		149,96
			TOTAL DO DIA	195,96	195,96
24/11/2022	3.2.2.04.007	MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	VALOR REF DESPESAS COM LIMPEZA	15,00	
24/11/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF DESPESAS COM LIMPEZA		15,00
			TOTAL DO DIA	15,00	15,00
25/11/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF DESPESAS COM SERVICOS PROFISSIONAIS ANTONIO MIGUEL	90,00	
25/11/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF DESPESAS COM SERVICOS PROFISSIONAIS ANTONIO MIGUEL		90,00
			TOTAL DO DIA	90,00	90,00
27/11/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF SERVICOS PROFISSIONAIS JOSE ROMULO	50,00	
27/11/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVICOS PROFISSIONAIS JOSE ROMULO		50,00
			TOTAL DO DIA	50,00	50,00
30/11/2022	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	VALOR REF SIMPLES NACIONAL A RECOLHER 11-2022	72,19	
30/11/2022	2.1.4.01.026	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	VALOR REF SIMPLES NACIONAL A RECOLHER 11-2022		72,19
			TOTAL DO DIA	72,19	72,19
			TOTAL DO MÊS	3.478,17	3.478,17
01/12/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NESTA DATA	593,58	
01/12/2022	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NESTA DATA		593,58
01/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VAOR REF SERVICOS PRESTADOS	800,00	
01/12/2022	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	VAOR REF SERVICOS PRESTADOS		800,00
			TOTAL DO DIA	1.393,58	1.393,58
03/12/2022	3.2.2.04.007	MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	VALOR REF PGTO DE DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA	90,00	
03/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO DE DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA		90,00
03/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVIÇOS PRESTADOS	600,00	
03/12/2022	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	VALOR REF SERVIÇOS PRESTADOS		600,00
03/12/2022	3.2.2.04.006	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	VALOT REF PGTO DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO	26,00	
03/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOT REF PGTO DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITORIO		26,00
			TOTAL DO DIA	716,00	716,00
04/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO	189,00	
04/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO		189,00
			TOTAL DO DIA	189,00	189,00
05/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL JOSE ROMULO	100,00	
			TRANSPORTE	100,00	

TIMBIRAS, 31 de Dezembro de 2022

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 199
RUB.

Empresa: **J P DAMASCENO NETO LTDA**
C.N.P.J.: 43.503.752/0001-88
Endereço: Rua R JOSE ANTONIO FRANCIS, 207, CENTRO, TIMBIRAS/MA, CEP 65420-000
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022
Insc. Junta Comercial: 21201159039 Data: 14/09/2021

Folha: 0004
Número livro: 0002
Emissão: 24/05/2023
Hora: 10:49

DIÁRIO

Data	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
			TRANSPORTE	100,00	
05/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL JOSE ROMULO		100,00
			TOTAL DO DIA	100,00	100,00
06/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVIÇOS PRESTADOS	1.790,00	
06/12/2022	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	VALOR REF SERVIÇOS PRESTADOS		1.790,00
06/12/2022	3.2.2.04.016	MATERIAL DE USO E CONSUMO	VALOR REF DESPESAS COM MATERIAL DE USO E CONSUMO	663,56	
06/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF DESPESAS COM MATERIAL DE USO E CONSUMO		663,56
			TOTAL DO DIA	2.453,56	2.453,56
08/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVICOS PRESTADOS	1.300,00	
08/12/2022	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	VALOR REF SERVICOS PRESTADOS		1.300,00
			TOTAL DO DIA	1.300,00	1.300,00
09/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVICOS PRESTADOS	750,00	
09/12/2022	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	VALOR REF SERVICOS PRESTADOS		750,00
09/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO	620,00	
09/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO		620,00
09/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL A ANTONIO MIGUEL DAS NEVES	180,00	
09/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL A ANTONIO MIGUEL DAS NEVES		180,00
09/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO	335,00	
09/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO		335,00
			TOTAL DO DIA	1.885,00	1.885,00
10/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO	930,00	
10/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO		930,00
			TOTAL DO DIA	930,00	930,00
11/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERVICOS PRESTADOS A JOSE ROMULO	100,00	
11/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERVICOS PRESTADOS A JOSE ROMULO		100,00
			TOTAL DO DIA	100,00	100,00
12/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO	196,00	
12/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO		196,00
12/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES	247,55	
12/12/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES		247,55
12/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES	1,00	
12/12/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES		1,00
12/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF SERVICOS PROFISSIONAL ANTONIA CLEUDIANE	24,90	
12/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVICOS PROFISSIONAL ANTONIA CLEUDIANE		24,90
			TOTAL DO DIA	469,45	469,45
13/12/2022	3.2.2.04.016	MATERIAL DE USO E CONSUMO	VALOR REF PGTO DE DESPESAS DE USO E CONSUMO	274,00	
13/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO DE DESPESAS DE USO E CONSUMO		274,00
13/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERV PROFISSIONAL A JOSE ROMULO	300,00	
13/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERV PROFISSIONAL A JOSE ROMULO		300,00
13/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERVICO PROFISSIONAL A JOSE ROMULO	55,00	
			TRANSPORTE	629,00	574,00

TIMBIRAS, 31 de Dezembro de 2022

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 200
RUB.

Empresa: **J P DAMASCENO NETO LTDA** Folha: 0005
C.N.P.J.: 43.503.752/0001-88 Número livro: 0002
Endereço: Rua R JOSE ANTONIO FRANCIS, 207, CENTRO, TIMBIRAS/MA, CEP 65420-000 Emissão: 24/05/2023
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022 Hora: 10:49
Insc. Junta Comercial: 21201159039 Data: 14/09/2021

DIÁRIO

Data	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
			TRANSPORTE	629,00	574,00
13/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERVICO PROFISSIONAL A JOSE ROMULO		55,00
13/12/2022	3.2.2.04.006	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	VALOR REF PGTO MATERIAL DE ESCRITORIO A ERISVELTON S DE MELO	20,00	
13/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO MATERIAL DE ESCRITORIO A ERISVELTON S DE MELO		20,00
13/12/2022	3.2.2.04.016	MATERIAL DE USO E CONSUMO	VALOR REF PGTO DE MATERIAL PARA USO E CONSUMO NA PRESTACAO DOS SERVICOS	1.347,78	
13/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO DE MATERIAL PARA USO E CONSUMO NA PRESTACAO DOS SERVICOS		1.347,78
13/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVICOS PRESTADOS	1.050,00	
13/12/2022	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	VALOR REF SERVICOS PRESTADOS		1.050,00
13/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO	80,00	
13/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO		80,00
13/12/2022	3.2.2.04.016	MATERIAL DE USO E CONSUMO	VALOR REF COMPRA DE MATERIAL	91,24	
13/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF COMPRA DE MATERIAL		91,24
			TOTAL DO DIA	3.218,02	3.218,02
14/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERV PROFISSIONAL A FRANCISCO ROSIVALDO	40,00	
14/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERV PROFISSIONAL A FRANCISCO ROSIVALDO		40,00
14/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERV PROFISSIONAL A JOSE ROMULO	66,00	
14/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERV PROFISSIONAL A JOSE ROMULO		66,00
14/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES	242,30	
14/12/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES		242,30
			TOTAL DO DIA	348,30	348,30
15/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES	77,48	
15/12/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REF RECEBIMENTO DE CLIENTES		77,48
15/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERV PROFISSIONAL A MARIA JOSE LOPES	101,00	
15/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERV PROFISSIONAL A MARIA JOSE LOPES		101,00
15/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERVICO PROFISSIONAL A JOSE ROMULO	200,00	
15/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERVICO PROFISSIONAL A JOSE ROMULO		200,00
15/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERV PROFISSIONAL A JOSE ROMULO	630,00	
15/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERV PROFISSIONAL A JOSE ROMULO		630,00
			TOTAL DO DIA	1.008,48	1.008,48
16/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVICOS PRESTADOS	800,00	
16/12/2022	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	VALOR REF SERVICOS PRESTADOS		800,00
			TOTAL DO DIA	800,00	800,00
19/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERV PROFISSIONAL A ANA PAULA DE OLIVEIRA	125,00	
19/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERV PROFISSIONAL A ANA PAULA DE OLIVEIRA		125,00
			TOTAL DO DIA	125,00	125,00
20/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF SERVICOS PROFISSIONAL F DAS CHAGAS	26,45	
20/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVICOS PROFISSIONAL F DAS CHAGAS		26,45
20/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF SERVICOS F DAS CHAGAS	115,00	
20/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVICOS F DAS CHAGAS		115,00
20/12/2022	3.2.2.04.006	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	VALOR REF PGTO COMPRA MATERIAL DE ESCRITORIO	11,50	
			TRANSPORTE	152,95	141,45

TIMBIRAS, 31 de Dezembro de 2022

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000001/2024
FLS. 201
RUB.

Empresa: **J P DAMASCENO NETO LTDA**
C.N.P.J.: 43.503.752/0001-88
Endereço: Rua R JOSE ANTONIO FRANCIS, 207, CENTRO, TIMBIRAS/MA, CEP 65420-000
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022
Insc. Junta Comercial: 21201159039 Data: 14/09/2021

Folha: 0006
Número livro: 0002
Emissão: 24/05/2023
Hora: 10:49

DIÁRIO

Data	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
			TRANSPORTE	152,95	141,45
20/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO COMPRA MATERIAL DE ESCRITORIO		11,50
20/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF SERVICOS PF FERNANDO BATISTA	50,00	
20/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVICOS PF FERNANDO BATISTA		50,00
20/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERVICOS PF ANTONIO MIGUEL	90,00	
20/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERVICOS PF ANTONIO MIGUEL		90,00
20/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO	70,00	
20/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO		70,00
			TOTAL DO DIA	362,95	362,95
21/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF SERVICOS PESSOA FISICA A MARCIO REAL MORAES	10,00	
21/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF SERVICOS PESSOA FISICA A MARCIO REAL MORAES		10,00
21/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO A SEBASTIAO ANTONIO PEREIRA	150,00	
21/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO A SEBASTIAO ANTONIO PEREIRA		150,00
21/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO A FERNANDO BATISTA NASCIMENTO	100,00	
21/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO A FERNANDO BATISTA NASCIMENTO		100,00
			TOTAL DO DIA	260,00	260,00
22/12/2022	3.2.2.04.016	MATERIAL DE USO E CONSUMO	VALOR REF PGTO A MARIA EDUARDA	2,50	
22/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO A MARIA EDUARDA		2,50
			TOTAL DO DIA	2,50	2,50
26/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO	138,00	
26/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO SERVICOS PROFISSIONAL A JOSE ROMULO		138,00
26/12/2022	3.2.2.04.007	MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	VALOR REF PGTO COMPRA MATERIAL DE LIMPEZA	21,00	
26/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO COMPRA MATERIAL DE LIMPEZA		21,00
			TOTAL DO DIA	159,00	159,00
27/12/2022	2.1.4.01.026	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PGTO REF SIMPLES NACIONAL 11-2022	72,19	
27/12/2022	3.2.2.03.007	MULTAS DE MORA	PGTO REF MULTAS E JUROS SIMPLES NACIONAL 11-2022	3,82	
27/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	PGTO REF SIMPLES NACIONAL 11-2022		76,01
27/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	VALOR REF PGTO ROSILENE CRUZ EIRELI	48,00	
27/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF PGTO ROSILENE CRUZ EIRELI		48,00
			TOTAL DO DIA	124,01	124,01
31/12/2022	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	VALOR REF SIMPLES NACIONAL A RECOLHER 12-2022	35,62	
31/12/2022	2.1.4.01.026	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	VALOR REF SIMPLES NACIONAL A RECOLHER 12-2022		35,62
31/12/2022	1.1.1.02.003	MERCADO PAGO	VALOR REF RECEBIMENTO	0,01	
31/12/2022	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REF RECEBIMENTO		0,01
31/12/2022	5.1.4.01.001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.579,35	
31/12/2022	3.2.1.06.006	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		6.579,35
31/12/2022	5.1.4.01.001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	3,82	
31/12/2022	3.2.2.03.007	MULTAS DE MORA	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		3,82
31/12/2022	5.1.4.01.001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	233,50	
31/12/2022	3.2.2.04.006	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		233,50
31/12/2022	5.1.4.01.001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	126,00	
31/12/2022	3.2.2.04.007	MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		126,00
			TRANSPORTE	6.978,30	6.978,30

TIMBIRAS, 31 de Dezembro de 2022

SANTANHEDE/MA
PROC. 1001001 /2024
FLS. 202
RUB.

Empresa: **J P DAMASCENO NETO LTDA**
C.N.P.J.: 43.503.752/0001-88
Endereço: Rua R JOSE ANTONIO FRANCIS, 207, CENTRO, TIMBIRAS/MA, CEP 65420-000
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022
Insc. Junta Comercial: 21201159039 Data: 14/09/2021

Folha: 0007
Número livro: 0002
Emissão: 24/05/2023
Hora: 10:49

DIÁRIO

Data	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
			TRANSPORTE	6.978,30	6.978,30
31/12/2022	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	9.653,04	
31/12/2022	5.1.4.01.001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		9.653,04
31/12/2022	5.1.4.01.001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	153,81	
31/12/2022	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		153,81
31/12/2022	5.1.4.01.001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.379,08	
31/12/2022	3.2.2.04.016	MATERIAL DE USO E CONSUMO	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		2.379,08
31/12/2022	5.1.4.01.001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	177,48	
31/12/2022	2.3.5.01.003	RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		177,48
31/12/2022	2.3.5.01.003	RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO	Compensação Lucro/Prejuízo	921,25	
31/12/2022	2.3.5.01.003	RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO	Compensação Lucro/Prejuízo		921,25
			TOTAL DO DIA	20.262,96	20.262,96
			TOTAL DO MÊS	36.207,81	36.207,81

TIMBIRAS, 31 de Dezembro de 2022

JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 025.651.053-98

WANDERSON PINHEIRO SOUZA
Reg. no CRC - MA sob o No. 015171/O-5
CPF: 611.499.093-58

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000001 /2024
FLS. 203
RUB.

Balanço Patrimonial Levantado em 31/12/2022

J P DAMASCENO NETO LTDA
Endereço: Rua Jose Antônio Francis, n° 207, Centro, Timbiras-MA CEP 65.420-000
CNPJ: 43.503752/0001-88
NIRE: 21201159039

(Valores expressos em reais)

ATIVO	31/12/2022	PASSIVO	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		**PASSIVO CIRCULANTE**	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.383,98	Fornecedores	-
Clientes	57,77	Emprestimo e Finaciamentos	-
Estoques	-	Obrigações Trabalhistas	-
Impostos a Compensar	-	Obrigações Tributárias	35,62
	29.441,75	Contas a Pagar	149,90
			185,52
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Investimentos	-		-
Imobilizado	-	Emprestimos e financiamentos	-
(-) Depreciações acumuladas	-		-
	-		-
			-
			-
		PATRIMÔNIO LIQUIDO	
		Capital Social	30.000,00
		Reservas	-
		Lucros ou Prejuízos Acumulados	(743,77)
			29.256,23
			-
TOTAL DO ATIVO	29.441,75	**TOTAL DO PASSIVO**	29.441,75

J P DAMASCENO NETO LTDA
CNPJ: 43.503.752/0001-88
Juarez Pereira Damasceno Neto
CPF: 025.561.053-98

Wanderson Pinheiro Souza
CPF: 611.499.093-58
CRC: 015171/O-5

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 204
RUB.

Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2022

J P DAMASCENO NETO LTDA
Endereço: Rua Jose Antônio Francis, n° 207, Centro, Timbiras-MA CEP 65.420-000
CNPJ: 43.503752/0001-88
NIRE: 21201159039

(Valores expressos em reais)

	31/12/2022
Receitas Operacionais	
Receita de Serviços	9.653,04
(-) Cancelamentos	-
	9.653,04
	-
(-) Impostos Incidentes sobre Serviços	153,81
	153,81
(=) Receita Líquida de Vendas	**9.499,23**
(-) Custos dos Serviços	6.579,35
	6.579,35
(=) Resultado Bruto	**2.919,88**
	-
(-) Despesas e Receitas Operacionais	-
(-) Despesas Administrativas	2.742,40
(-) Despesas com Pessoal	-
(-) Despesas Tributárias	-
	2.742,40
	-
(=) Resultado do Período	**177,48**

J P DAMASCENO NETO LTDA
CNPJ: 43.503.752/0001-88
Juarez Pereira Damasceno Neto
CPF: 025.561.053-98

Wanderson Pinheiro Souza
CPF: 611.499.093-58
CRC: 015171/O-5

CANTANHEDE/MA
PROC. 10009001 /2024
FLS. 205
RUB.

DEMONSTRAÇÃO DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ
J P DAMASCENO NETO LTDA

Endereço: Rua Jose Antônio Francis, n° 207, Centro, Timbiras-MA CEP 65.420-000

CNPJ: 43.503752/0001-88
NIRE: 21201159039

Índices	31/12/2022
Liquidez Corrente	158,69
Liquidez Geral	158,69
Solvencia Geral	158,69

Memória de cálculo dos índices de liquidez:

1. liquidez corrente = ativo circulante / passivo circulante.
2. liquidez geral = (ativo circulante + não circulante) / (passivo circulante + não cir
3. Solvência = ativo total / (passivo circulante + não circulante)

J P DAMASCENO NETO LTDA
CNPJ: 43.503.752/0001-88
Juarez Pereira Damasceno Neto
CPF: 025.561.053-98

Wanderson Pinheiro Souza
CPF: 611.499.093-58
CRC: 015171/O-5

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009004 /2024
FLS. 206
RUB.

Empresa: JP DAMASCENO NETO LTDA
C.N.P.J.: 43.503.752/0001-88
Insc. Junta Comercial: 21201159039 Data: 14/09/2021
Endereço: Rua Jose Antônio Francis, n° 207, Centro, Timbiras – MA CEP 65.420-000

Número livro: 0002

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31/12/2022

Nota 1 - CONTEXTO OPERACIONAL
A **JP DAMASCENO NETO LTDA**, com sede e foro na Cidade de Timbiras - MA, Rua Jose Antônio Francis, n° 207, Centro, Timbiras – MA, CEP: 65.420-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 43.503.752/0001-88, tendo como objeto social atividade odontológicas, bem como o fornecimento de prótese odontológica, com início de atividades em 14/09/2021.

Nota 2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. Nestas, seus Direitos e Obrigações estão demonstradas suas informações por valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência.

Nota 3 - POLÍTICA CONTÁBIL
As transações ou eventos materiais foram registrados contabilmente aplicando os procedimentos descritos na ITG 2000 – Escrituração Contábil, aprovada pela Resolução CFC n 1.330/2011 e ainda subsidiariamente, quando assim exigido, pela aplicação da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas, Médias e Empresas de Pequeno Porte.

Nota 4 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE
A empresa declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão conformidade com o NBC TG 1000, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1.255/2009. A administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a empresa não possui prestação pública de contas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação do previsto na Contabilidade.

Nota 5 - PRÁTICAS CONTÁBEIS
5.1 - Direitos e Obrigações
5.1.1 - Disponível
Composta pelas contas Caixa e Bancos c/ movimento. Registram todos os recebimentos e pagamentos efetivados pela empresa ao longo do ano.

5.1.2 - Clientes
Estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - de acordo com data de emissão das faturas e valor líquido a receber

5.1.3 - Imobilizado
A empresa não possui imobilizado contabilizados.

5.1.5 - Obrigações de Curto Prazo
5.1.5.1 – Fornecedores
A empresa não possui débitos com fornecedores na data do encerramento do exercício.

5.1.5.2 – Obrigações Tributárias
Neste grupo estão contabilizados todos os tributos incidentes sobre o faturamento no período, bem como o saldo do exercício anterior. Os valores registrados estão em consonância com as bases de cálculo definidas em Lei, sendo que o saldo a recolher poderá ser parcelado de acordo com a opção e orientação da Administração com a finalidade de reduzir o montante das obrigações da empresa a curto prazo. A empresa está no regime Simples Nacional e contabiliza os encargos tributários pelo regime de caixa.

5.1.5.3 - Obrigações trabalhista e previdenciária
A empresa não possui funcionários no seu quadro desde sua constituição, dessa forma, não apresenta valores em seu passivo trabalhista e previdenciário. Os serviços são prestados por profissionais PJ terceirizados.

Nota 5.2 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Nota 5.2.1 - Capital Social
O Capital social da empresa é de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do país, pertencentes unicamente a seu sócio administrador Luís Sergio Amaral Fernandes Ribeiro, CPF nº 025.651.053-98.

5.2.2 - Lucros ou Prejuízos Acumulados
São os resultados acumulados dos exercícios anteriores somando-se ao exercício atual, quando houver Lucro. Nesta competência estão contabilizados os lucros distribuídos pela administração conforme contrato.

Nota 6 – INVESTIMENTOS/EMPRÉSTIMOS EM EMPRESAS COLIGADAS E CONTROLADAS

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000001/2024
FLS. 207
RUB.

Empresa: JP DAMASCENO NETO LTDA
C.N.P.J.: 43.503.752/0001-88
Insc. Junta Comercial: 21201159039 Data: 14/09/2021
Endereço: Rua Jose Antônio Francis, n° 207, Centro, Timbiras – MA CEP 65.420-000

Número livro: 0002

A empresa não possui coligadas e controladas.

Nota 7 - IMPOSTOS FEDERAIS
A empresa é optante pelo regime de tributação Simples Nacional e contabiliza os encargos tributários pelo regime de caixa.

Nota 8 - RECONHECIMENTO DAS RECEITAS
As receitas decorrentes da Prestação de Serviços foram apresentadas na Demonstração do Resultado do período bem como abatimentos. O reconhecimento das Receitas segue o regime de competência.

Nota 9 - RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS
A empresa declara não possuir contingências passivas no encerramento das referidas demonstrações contábeis em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores advogados.

Nota 10 - PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
A empresa não possui propriedades para investimentos.

Nota 11 - EVENTOS SUBSEQUENTES
Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente do exercício que venha ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provoca efeitos sobre seus resultados futuros.

Nota 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES
A empresa declara que não identificou quaisquer outras informações relevantes e que pudessem impacta na tomada de decisões dos usuários das demonstrações contábeis.

São Luís – MA 31 de Dezembro de 2022

JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO
SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF: 025.651.053-98

WANDERSON PINHEIRO SOUZA
CONTADOR - CRC/MA 015171/O-5
CPF: 611.499.093-58

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 208
RUB.
TIMBIRAS, 31/12/2022

CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

À

WANDERSON PINHEIRO SOUZA

CRC n.º 015171/O-5
Endereço: AVENIDA AV DOS HOLANDESES/CONS.HILTON RODRIGUES,, nº 15, OLHO D' AGUA, CEP nº 65065-180
SAO LUIS, MA

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa J P DAMASCENO NETO LTDA, CNPJ 43.503.752/0001-88, que as informações relativas ao período base 31/12/2022, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

(a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;

(b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;

(c) que todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade;

(d) que os estoques registrados em conta própria foram por nós avaliados, contados e levantados fisicamente e perfazem a realidade do período encerrado em 2022;

(e) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado , são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, declaramos que não temos conhecimento de quaisquer fatos ocorridos no período base que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

(a) fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;

(b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;

(c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,

.....
JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 025.651.053-98

CANTANHEDE/MA
PROC. 2003001 /2024
FLS. 209
RUB.

T E R M O D E E N C E R R A M E N T O

Livro Diário

Número: 2 Página: 14

Contém este livro 14 páginas numeradas do No. 1 ao 14 emitidas através de processamento eletronico de dados, que serviu de Livro Diário da empresa abaixo descrita no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Nome da Empresa....: J P DAMASCENO NETO LTDA

Ramo.....: Atividade odontológica

Endereço.....: Rua R JOSE ANTONIO FRANCIS, 207

Complemento.....:

Bairro.....: CENTRO

Municipio.....: TIMBIRAS

Estado.....: MA

Inscrição no CNPJ..: 43.503.752/0001-88

Inscrição Estadual.:

Registro na junta..: 21201159039 Data registro: 14/09/2021

Inscrição Municipal: 00450

TIMBIRAS, 31/12/2022

JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 025.651.053-98

WANDERSON PINHEIRO SOUZA
Reg. no CRC - MA sob o No. 015171/O-5
CPF: 611.499.093-58

CANTANHEDE/MA
PROC. 2003001 /2024
FLS. 210
RUB.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa J P DAMASCENO NETO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02565105398	JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO
61149909358	WANDERSON PINHEIRO SOUZA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 24/05/2023 20:38 SOB Nº 20230696171.
PROTOCOLO: 230696171 DE 24/05/2023. NIRE: 21201159039.
J P DAMASCENO NETO LTDA

JUCEMA

FLORENCIO BRANDES NETO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 24/05/2023
empresafacil.ma.gov.br

CANTANHEDE/MA
PROC. 2003001 /2023
FLS. 21
RUB.
JUCEMA

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por Florencio Brandes Neto, sob a autenticidade nº 12307847270 em 24/05/2023, protocolo 230696171. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	J P DAMASCENO NETO LTDA
Número de Registro:	21201159039
CNPJ:	43503752000188
Munícipio:	Timbiras

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	2
Número de Folhas:	14
Período de Escrituração:	01/01/2022 - 31/12/2022

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
02565105398	JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO	
61149909358	WANDERSON PINHEIRO SOUZA	MA015171

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 24/05/2023 20:38 SOB Nº 20230696171.
PROTOCOLO: 230696171 DE 24/05/2023. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12307847270. NIRE: 21201159039.
J P DAMASCENO NETO LTDA

JUCEMA

FLORENCIO BRANDES NETO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 24/05/2023
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000001 /2024
FLS. 212
SUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
CNPJ 11.654.042.0001/62
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
RUA URBANO SANTOS - SN - CENTRO - CEP: 65420-000

TIMBIRAS
CIDADE DE TODOS

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA

PROCESSO: 014/2024 ALVARÁ: 014/2024

O DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, de acordo com os termos do artigo 69, da Lei Estadual n.º 039, de 15/ 12/ 1998, concede **ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA**, para o exercício de 2024.

RAZÃO SOCIAL: J P DAMASCENO NETO LTDA
NOME FANTASIA: FABRICA DE SORRISOS ILIMITADOS
ATIVIDADE AUTORIZADA: ATIVIDADES ODONTOLÓGICAS
RESPONSÁVEL TÉCNICO: JOSÉ RÔMULO FERREIRA DAMASCENO CRO- 5416
ENDEREÇO: RUA JOSÉ ANTONIO FRANCIS, 207, CENTRO, TIMBIRAS-MA.

TIMBIRAS – MA, 26 DE ABRIL DE 2024.

Bruno Cafeu Rodrigues
Coordenador de Vigilância Sanitária
Portaria nº 124/2017

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

Secretário Municipal de Saúde

- O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO;
- ESTE DOCUMENTO PODERÁ SER CASSADO A QUALQUER MOMENTO SE CONSTADO IRREGULARIDADE NO ESTABELECIMENTO;
- ESTE DOCUMENTO TERÁ VALIDADE DE UM ANO A PARTIR DA DATA DE EMISSÃO.

Digitalizado com CamScanner

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001/2024
FLS. 213
RUB.

CNES | Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde

Ministério da Saúde (MS)
Secretaria de Atenção Especializada da Saúde (SAES)
Departamento de Regulação Assistência e Controle (DRAC)
Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde (CGSI)

Ficha de Estabelecimento Identificação

Data: 27/04/2024

CNES: 3570339 Nome Fantasia: FABRICA DE SORRISOS ILIMITADA CNPJ: 43.503.752/0001-88

Nome Empresarial: J P DAMASCENO NETO LTDA Natureza jurídica: ENTIDADES EMPRESARIAIS

Logradouro: JOSE ANTONIO FRANCIS Número: 207 Complemento: --

Bairro: CENTRO Município: 211210 - TIMBIRAS UF: MA

CEP: 65420-000 Telefone: (98) 8337-7902 Dependência: INDIVIDUAL Reg de Saúde: --

Tipo de Estabelecimento: CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE Subtipo: OUTROS Gestão: MUNICIPAL

Diretor Clínico/Gerente/Administrador: JOSE ROMULO FERREIRA DAMASCENO

Cadastrado em: 05/10/2022 Atualização na base local: 01/04/2024 Última atualização Nacional: 24/04/2024

Horário de Funcionamento:

Dia semana	Horário
SEGUNDA-FEIRA	08:00 às 17:00
TERÇA-FEIRA	08:00 às 17:00
QUARTA-FEIRA	08:00 às 17:00
QUINTA-FEIRA	08:00 às 17:00
SEXTA-FEIRA	08:00 às 17:00

Data desativação: -- Motivo desativação: --

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 214
RUB.

JOAQUIM GONÇALVES NETO Presidente do CRO-MA

CRO MA CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO MARANHÃO

CANTANHEDE/MA
PROC. 2024
FLS. 215
RUB.

CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE PESSOA JURÍDICA CRO/MA N. 04097/2024.

CERTIFICO E DOU FÉ, que a pessoa jurídica **J P DAMASCENO NETO LTDA** inscrita no CNPJ **43.503.752/0001-88**, neste ato representado por **JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO**, encontra-se inscrita junto a este CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO MARANHÃO, sob número **MA-EPAO-1237** no livro **CROMA-01**, folha **237** desde **27/09/2021**, em cumprimento à exigência contida no art. 13 da Lei n. 4.234 de 14/04/1964, regulamentada pelo art. n. 22 e seu parágrafo único do Decreto n. 68.704 de 03/06/1971, estando adimplente com suas obrigações financeiras junto à Tesouraria deste Órgão até **31/12/2024.**

Consta como Responsável Técnico pela referida empresa o(a):

Nome	Registro	CPF
JOSE ROMULO FERREIRA DAMASCENO	5416	256.020.713-34

Por ser expressão da verdade firmo o presente.

São Luís, 26 de abril de 2024.

OBS.: ESTA CERTIDÃO É VÁLIDA POR 1 ANO

JOAQUIM GONÇALVES NETO
Presidente do CRO-MA

Chave de autenticidade: **38b4598f-e4bf-425b-ac6f-2a97c19efe80**
Para verificar a autenticidade desde documento acesse:
https://cro-ma.implanta.net.br/servicosOnline/Publico/ValidarDocumentos/

CRO MA CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO MARANHÃO

CANTANHEDE/MA
PROC. 000001 /2024
FLS 216
RUB.

CERTIDÃO DE REGULARIDADE CRO/MA Nº 04099/2024.

CERTIFICO E DOU FÉ, que o(a) Sr(a). **JOSE ROMULO FERREIRA DAMASCENO**, portador(a) do C.P.F. **256.020.713-34,** inscrito(a) na categoria **CIRURGIÃO-DENTISTA**, nascido(a) em **29/11/1965,** natural de **São Luís-MA**, filho(a) de **JUAREZ PEREIRA DAMASCENO** e **MARIA JOSE FERREIRA**, encontra-se regularmente inscrito(a) junto a este CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA, sob o número **MA-CD-5416,** no livro **AZ19**, folha **115**, desde **24/02/2017**, em cumprimento à exigência contida no art. 13 da Lei 4.234/64, regulamentada pelo art. 22 e seu parágrafo único do Decreto nº. 68.704/71, estando em dia com suas obrigações financeiras junto à Tesouraria deste órgão até **31/12/2024**.

Possui especialidades em:

- **NÃO POSSUI**

Por ser expressão da verdade firmo o presente.

São Luís, 26 de abril de 2024.

CERTIDÃO VÁLIDA POR 1 ANO

JOAQUIM GONÇALVES NETO
Presidente do CRO-MA

Chave de autenticidade: **f1c4be04-e343-4149-9bf1-c6b8ef06b445**
Para verificar a autenticidade desde documento acesse:
https://cro-ma.implanta.net.br/servicosOnline/Publico/ValidarDocumentos/

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000001 /2024
FLS. 217
RUB.

CRO MA

CFO CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Certificado de regularidade técnica

Concedido, após prévia fiscalização, ao estabelecimento:

Razão social: **J P DAMASCENO NETO LTDA**

CNPJ: **43.503.752/0001-88**

Situado no seguinte endereço:

RUA JOSÉ ANTONIO FRANCIS 207

Centro

Timbiras - MA CEP: 65420000

Sob a responsabilidade técnica de:

Registro	Profissional	Início	Termino
1237	--	14/09/2021	--
5416	JOSE ROMULO FERREIRA DAMASCENO	14/09/2021	--

Validade: **--**

São Luís-MA, 26 de abril de 2024

CANTANHEDE/MA
PROC. 2001001 /2024
FLS. 718
RUB.

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : IGOR SILVA RODRIGUES
REGISTRO..... : MA-016088/O-1
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.913.093-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 27/04/2024 as 18:17:58.
Válido até: 26/07/2024.
Código de Controle: 879474.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 219
RUB.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Vara Única da Comarca de Timbiras

CERTJUDONE-VNTIMB - 242024
Código de validação: 8946C0B8AE

Número da guia: 24057801001778284.

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA

CERTIFICO e dou fé, a requerimento de parte interessada e pela faculdade que a Lei me confere que, revendo em meu poder os livros de registro de **Feitos Falência ou Concordata e Recuperação Judicial** e o sistema de distribuição processual desta Secretaria Judicial (ThemisPG/PJE), desde o ano 2002 até o dia 25/04/2024, às 08:15 hs, constatei **NÃO EXISTIR**, distribuição de AÇÃO em desfavor da firma **J P DAMASCENO NETO LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.503.752/0001-88**, com sede na Rua José Antônio Francis, nº 207, Centro, nesta cidade de Timbiras/MA, em que pese distribuição de ação de falência e concordata. **CERTIFICO**, finalmente, que a Secretaria de Distribuição a meu cargo, é a única existente nesta Cidade e Comarca de Timbiras/MA. O referido é verdade, me reporto e dou fé. Dada e passada a presente Certidão nesta Secretaria, Cidade e Comarca de Timbiras, Estado do Maranhão. Eu, Douglas Rodrigues Guedes, Secretário Judicial, assino. O referido é verdade e dou fé.

Timbiras (MA), 25 de abril de 2024.

DOUGLAS RODRIGUES GUEDES
Secretário Judicial de Entrância Inicial
Vara Única da Comarca de Timbiras
Matrícula 191767

Documento assinado. TIMBIRAS, 25/04/2024 10:07 (DOUGLAS RODRIGUES GUEDES)

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000001 /2024
FLS. 220
RUB.

TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
4 NOVEMBRO DE 1811

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís

CERTJUDONE-SJDFRSL - 37092024
Código de validação: CEC72311BF
(relativo ao Processo 295222024)

Número da guia: 24057301001778610.

USANDO da faculdade que me confere a Lei. **CERTIFICO** a requerimento de pessoa interessada que dando busca em nossos arquivos dos feitos a **Varas Cíveis e Fazenda Pública**, a partir do dia primeiro (1º) do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e quatorze (2014) até o dia vinte e seis (26) do mês de abril (04) do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de **EXECUÇÕES PATRIMONIAIS**[1] contra: **JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO**, nascido (a) em **15/05/1988**, filho (a) de **JOSE ROMULO FERREIRA DAMASCENO** e **AUREA RITA DE MELO E ABREU FRANCA DAMASCENO**, inscrito (a) no **CPF** nº. **025.651.053-98** e no **RG** nº. **0150610520000 SESC MA. CERTIFICO** finalmente que a Secretaria Judicial de Distribuição é a única existente nesta Cidade e **Termo Judiciário** de São Luís. O referido é verdade me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria Judicial de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", nesta Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. Eu, **Anselmo de Jesus Carvalho**, Secretário Judicial da Distribuição, mat. 100073, consultei, digitei, subscrevo e assino digitalmente.

ANSELMO DE JESUS CARVALHO
Secretário Judicial de Distribuição de Entrância Final
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís
Matrícula 100073

[1] **OBSERVAÇÃO**: o Nome, CPF e RG constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário. Os feitos oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos terão sua competência vinculada às Varas Cíveis e/ou Fazenda, de acordo com os litigantes. As consultas foram realizadas no sistema Processo Eletrônico Judicial (PJE) e **ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS.** Esta certidão terá validade de sessenta (60) dias (art. 149 do Código de Normas da CGJ) e emitida em uma única via mediante código de Selo Eletrônico Judicial, sem rasuras e mediante assinatura eletrônica do servidor (art. 150 do Código de Normas da CGJ c/c art.7º da Resolução-GP nº 38/2022). Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link https://selos.tjma.jus.br, mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de aplicativo leitor de QR Code.

Fórum Desembargador "Sarney Costa"
Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís/MA – CEP 65076-820 – Fone (98) 2055-2738 / 2737 – email: distribuicao_slz@tjma.jus.br

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

CANTANHEDE/MA
PROC. 7000001 /2024
FLS. 221
RUB.

TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
4 NOVEMBRO DE 1811

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís

Documento assinado. SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL, 26/04/2024 15:06 (ANSELMO DE JESUS CARVALHO)

CANTANHEDE/MA
PROC. 1000001 /2024
FLS. 222
RUB.

TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
4 NOVEMBRO DE 1811

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Vara Única da Comarca de Timbiras

CERTJUDONE-VNTIMB - 252024
Código de validação: B38D720A6D

Número da guia: 24057801001779100.

CERTIDÃO ÚNICA DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS

USANDO da faculdade que me confere a Lei, **CERTIFICO**, a requerimento de pessoa interessada, que, dando busca nos arquivos dos feitos referentes às **Varas Cíveis, Comércio, Fazenda Pública, Família, Falência ou Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Insolvência Civil, Sucessão, Inventário, Interdição, Tutela, Curatela, Ausência e Criminal**, a partir do dia 1º (primeiro) do mês de janeiro do ano de dois mil e dois (2002) até o dia 26 de abril de 2024, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de **AÇÕES E/OU EXECUÇÕES** em face de **JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO**, CPF nº. 025.651.053-98, RG: 0150610520000 - SESC/MA, nascido em 15/05/1988, residente à Rua Mourão Rangel, nº 109, na cidade de São Luís-MA, em que pese distribuição das ações supramencionadas. **CERTIFICO**, finalmente, que a Secretaria de Distribuição a meu cargo, é a única existente nesta Cidade e Comarca de Timbiras/MA. O referido é verdade, me reporto e dou fé. Dada e passada a presente Certidão nesta Secretaria, Cidade e Comarca de Timbiras, Estado do Maranhão. Eu, Douglas Rodrigues Guedes, Secretário Judicial, assino. O referido é verdade e dou fé.
Timbiras (MA), 26 de abril de 2024.

DOUGLAS RODRIGUES GUEDES
Secretário Judicial de Entrância Inicial
Vara Única da Comarca de Timbiras
Matrícula 191767

Documento assinado. TIMBIRAS, 26/04/2024 17:13 (DOUGLAS RODRIGUES GUEDES)

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

CANTANHEDE/MA
PROC. 2003001 /2024
FLS. 223
RUB.

EMPRESA FÁCIL | GOVERNO DO MARANHÃO

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

EMPRESA FÁCIL | GOVERNO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que J P DAMASCENO NETO LTDA **encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:**	**Protocolo:** MAC2403363870
NIRE 21201159039 **CNPJ 43.503.752/0001-88**	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Endereço Completo Rua JOSE ANTONIO FRANCIS, Nº 207, xxxxx, CENTRO - Timbiras/MA - CEP 65420-000

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição
002	20231294271	14/10/2023	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
310	20231079087	23/08/2023	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
223	20230671640	24/05/2023	BALANCO
223	20221125396	14/09/2022	BALANCO
002	20220765502	24/06/2022	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
310	20211230960	29/09/2021	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
090	20211147664	14/09/2021	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
090	21201159039	14/09/2021	CONTRATO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 25/04/2024, às 10:16:23 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **9KVGRJEG.**

MAC2403363870

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

CANTANHEDE/MA
PROC. 000001 /2024
FLS. 224
RUB.

EMPRESA FÁCIL | GOVERNO DO MARANHÃO

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

EMPRESA FÁCIL | GOVERNO DO MARANHÃO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: J P DAMASCENO NETO LTDA **NIRE :** 21201159039 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** MAC2403363837
NIRE (Sede) 21201159039	**CNPJ** 43.503.752/0001-88	**Data de Ato Constitutivo** 14/09/2021	**Início de Atividade** 14/09/2021

Endereço Completo
Rua JOSE ANTONIO FRANCIS, Nº 207, CENTRO - Timbiras/MA - CEP 65420-000

Objeto Social
ATIVIDADE ODONTOLOGICA ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM COM USO DE RADIACAO IONIZANTE, EXCETO TOMOGRAFIA SERVICOS DE PROTESE DENTARIA.

Capital Social R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) **Capital Integralizado** R$ 30.000,00 (trinta mil reais)	**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO	025.651.053-98	R$ 200.000,00	Sócio	S	Indeterminado

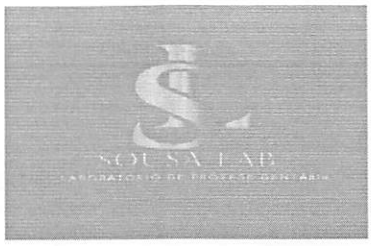
Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO	025.651.053-98	Indeterminado

Último Arquivamento **Data** 14/10/2023	**Número** 20231294271	**Ato/eventos** 002 / 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 25/04/2024, às 10:15:55 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **O7AEQB19**.
CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

CANTANHEDE/MA
PROC. 2003001 /2024
FLS. 225
RUB.



THAISE P DE SOUSA LABORATORIO DE PROTESE DENTÁRIA LIMITADA

CNPJ: 50.384.284/0001-35

Rua Governador Cafeteira, Bairro: Vila Reginaldo, S/N

Vitória do Mearim/MA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa **J P DAMASCENO NETO LTDA**, registrada no CNPJ: **43.503.752/0001-88**, executou serviços de moldagem, confecção e instalação de próteses dentárias, tendo cumprido com êxito todos os serviços contratados, atestando assim a capacidade técnica da mesma com total qualidade pelos serviços ora executados, cumprindo todas as exigências relativas a características e prazos, conforme quantitativo abaixo:

Discriminação	Quantidade
Prótese Total Mandibular	07
Prótese Total Maxilar	05
Prótese Parcial Removível Mandibular	10
Prótese Parcial Removível Maxilar	05
Instalação de Prótese Dentária	27
Moldagem Dento-Gengival para construção de Prótese Dentária	54

THAISE P DE SOUSA LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA:50384284000135

Assinado de forma digital por THAISE P DE SOUSA LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA:50384284000135

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009004/2024
FLS. 236
RUB.

Vitória do Mearim, 18 de setembro de 2023.

Thaise P Sousa

Proprietária da Empresa

THAISE P DE SOUSA LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA:50384284000135

Assinado de forma digital por THAISE P DE SOUSA LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA:50384284000135

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS
RUB.

ESTADO DO MARANHAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS

Rua Jose Antonio Francis, 15 | Timbiras - MA, CEP: 65420-000

CNPJ: 06424618000165

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS

SÉRIE: Única - Avulsa

Nº: 486

Cond. Pagamento: A VISTA

Data de Emissão: 18/09/2023

PRESTADOR DOS SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRESTADOR	CNPJ/CPF
864	JP DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88

ENDEREÇO DO PRESTADOR
RUA JOSÉ ANTONIO FRANCIS, N° 207 CENTRO TIMBIRAS - MA CEP: 65420-000

R.G.	ÓRGÃO EMISSOR	PIS/PASEP/NIT:

TOMADOR DOS SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO TOMADOR	CNPJ/CPF
888	THAISE P DE SOUSA LABORATORIO DE PROTESE DENTÁRIA LIMITADA	50.384.284/0001-35

ENDEREÇO DO TOMADOR
RUA GOVERNADOR CAFETEIRA, S/N VILA REGINALDO — VITORIA DO MEARIM – MA — CEP: 65.350-000

RELAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL

QTD	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
07	UND	PRÓTESE MANDIBULAR	89,00	623,00
05	UND	PRÓTESE TOTAL MAXILAR	90,00	450,00

TIPO DO SERVIÇO	Valor Total daNota:	
FORNECIMENTO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO		**1.073,00**

DEDUÇÕES

Valor do ISS:	Valor do INSS:	Valor do IRRF:	Valor do SEST/SENAT:	Valor OUTROS:
21,46 (2,00 %)	0,00		0,00	0,00

Unidade Gestora:	Nr. Empenho:	Valor Líquido da Nota Fiscal:
		1.073,00

NÃO TEM VALOR COMO RECIBO

Recebemos de **JP DAMASCENO NETO LTDA** os serviços constantes da Nota Fiscal de Serviços - **Série Única**

TIMBIRAS, aos 18 de SETEMBRO de 2023

Assinatura

Operador: admin Matrícula:

1ª VIA

CANTANHEDE/MA
PROC. 3000004/2024
RUB.

ESTADO DO MARANHAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS

Rua Jose Antonio Francis, 15 | Timbiras - MA, CEP: 65420-000

CNPJ: 06424618000165

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS

SÉRIE: Única - Avulsa

Nº: 487

Cond. Pagamento: A VISTA

Data de Emissão: 18/09/2023

PRESTADOR DOS SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRESTADOR	CNPJ/CPF
864	JP DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88

ENDEREÇO DO PRESTADOR
RUA JOSÉ ANTONIO FRANCIS, N° 207 CENTRO TIMBIRAS - MA CEP: 65420-000

R.G.	ÓRGÃO EMISSOR	PIS/PASEP/NIT:

TOMADOR DOS SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO TOMADOR	CNPJ/CPF
888	THAISE P DE SOUSA LABORATORIO DE PROTESE DENTÁRIA LIMITADA	50.384.284/0001-35

ENDEREÇO DO TOMADOR
RUA GOVERNADOR CAFETEIRA, S/N VILA REGINALDO — VITORIA DO MEARIM – MA — CEP: 65.350-000

RELAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL

QTD	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
05	UND	PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVIVEL	85,00	425,00
10	UND	PRÓTESE PARCIAL REMOVIVEL MANDIBULAR	85,00	850,00

TIPO DO SERVIÇO	Valor Total daNota:	
FORNECIMENTO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO		**1.275,00**

DEDUÇÕES

Valor do ISS:	Valor do INSS:	Valor do IRRF:	Valor do SEST/SENAT:	Valor OUTROS:
25,5 (2,00 %)	0,00		0,00	0,00

Unidade Gestora:	Nr. Empenho:	Valor Líquido da Nota Fiscal:
		1.275,00

NÃO TEM VALOR COMO RECIBO

Recebemos de **JP DAMASCENO NETO LTDA** os serviços constantes da Nota Fiscal de Serviços - **Série Única**

TIMBIRAS, aos 18 de SETEMBRO de 2023

Assinatura

Operador: admin Matrícula: 1ª VIA

CANTANHEDE/MA
PROC. 3009001 (2024)
FLS. 227
RUB.

ESTADO DO MARANHAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS

Rua Jose Antonio Francis, 15 | Timbiras - MA, CEP: 65420-000

CNPJ: 06424618000165

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS

SÉRIE: Única - Avulsa

Nº: 486

Cond. Pagamento: A VISTA

Data de Emissão: 18/09/2023

PRESTADOR DOS SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRESTADOR	CNPJ/CPF
864	JP DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88

ENDEREÇO DO PRESTADOR
RUA JOSÉ ANTONIO FRANCIS, N° 207 CENTRO TIMBIRAS - MA CEP: 65420-000

R.G.	ÓRGÃO EMISSOR	PIS/PASEP/NIT:

TOMADOR DOS SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO TOMADOR	CNPJ/CPF
888	THAISE P DE SOUSA LABORATORIO DE PROTESE DENTÁRIA LIMITADA	50.384.284/0001-35

ENDEREÇO DO TOMADOR
RUA GOVERNADOR CAFETEIRA, S/N VILA REGINALDO — VITORIA DO MEARIM – MA — CEP: 65.350-000

RELAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL

QTD	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
07	UND	PRÓTESE MANDIBULAR	89,00	623,00
05	UND	PRÓTESE TOTAL MAXILAR	90,00	450,00

TIPO DO SERVIÇO	Valor Total daNota:	
FORNECIMENTO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO		**1.073,00**

DEDUÇÕES

Valor do ISS:	Valor do INSS:	Valor do IRRF:	Valor do SEST/SENAT:	Valor OUTROS:
21,46 (2,00 %)	0,00		0,00	0,00

Unidade Gestora:	Nr. Empenho:	Valor Líquido da Nota Fiscal:
		1.073,00

NÃO TEM VALOR COMO RECIBO

Recebemos de **JP DAMASCENO NETO LTDA** os serviços constantes da Nota Fiscal de Serviços - **Série Única**

TIMBIRAS, aos 18 de SETEMBRO de 2023

Assinatura

Operador: admin Matrícula:

1ª VIA

CANTANHEDE/MA
PROC. /2023
FLS.
RUB

ESTADO DO MARANHAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS

Rua Jose Antonio Francis, 15 | Timbiras - MA, CEP: 65420-000

CNPJ: 06424618000165

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS

SÉRIE: Única - Avulsa

Nº: 487

Cond. Pagamento: A VISTA

Data de Emissão: 18/09/2023

PRESTADOR DOS SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRESTADOR	CNPJ/CPF
864	JP DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88

ENDEREÇO DO PRESTADOR
RUA JOSÉ ANTONIO FRANCIS, N° 207 CENTRO TIMBIRAS - MA CEP: 65420-000

R.G.	ÓRGÃO EMISSOR	PIS/PASEP/NIT:

TOMADOR DOS SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO TOMADOR	CNPJ/CPF
888	THAISE P DE SOUSA LABORATORIO DE PROTESE DENTÁRIA LIMITADA	50.384.284/0001-35

ENDEREÇO DO TOMADOR
RUA GOVERNADOR CAFETEIRA, S/N VILA REGINALDO — VITORIA DO MEARIM – MA — CEP: 65.350-000

RELAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL

QTD	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
05	UND	PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVIVEL	85,00	425,00
10	UND	PRÓTESE PARCIAL REMOVIVEL MANDIBULAR	85,00	850,00

TIPO DO SERVIÇO
FORNECIMENTO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO

Valor Total daNota: **1.275,00**

DEDUÇÕES

Valor do ISS:	Valor do INSS:	Valor do IRRF:	Valor do SEST/SENAT:	Valor OUTROS:
25,5 (2,00 %)	0,00		0,00	0,00

Unidade Gestora:	Nr. Empenho:	Valor Líquido da Nota Fiscal:
		1.275,00

NÃO TEM VALOR COMO RECIBO

Recebemos de **JP DAMASCENO NETO LTDA** os serviços constantes da Nota Fiscal de Serviços - **Série Única**

TIMBIRAS, aos 18 de SETEMBRO de 2023

Assinatura

Operador: admin Matrícula:

1ª VIA

CANTANHEDE/MA
PROC. 3002001 /2024
FLS. 231
RUB.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa **J P DAMASCENO NETO LTDA** estabelecida *na Rua José Antonio Francys, nº15, CEP: 65420-000, Timbiras - MA*, CNPJ – 43.503.752/0001-88*)*, é nossa fornecedora de serviços de PRÓTESE TOTAL MAXILAR, PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVIVEL, PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR, PROTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVEL, INSTALAÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, ADAPTAÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, MOLDAGEM DENTO-GENGIVAL PARA CONSTRUÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, REEMBASAMENTO DE PRÓTESE DENTÁRIA, AJUSTE DE PRÓTESE DENTÁRIA, SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA. A referida empresa cumpriu sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

Por ser verdade, firmamos a presente.

3º Tabelionato de Notas de São Luís/MA

3º TABELIONATO

Certifico e dou fé que a presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado. Poder Judiciário - TJMA Selo: ALTE07226857VY523396PeVJ666 Escrevente: EDINEUZA DE JESUS NOGUEIRA DE CARVALHO. Data/Hora: 07/06/2023 10:14:30 Emolumentos R$ 6,44, FERC: R$0,16, FADEP: R$0,21, FEMP: R$ 0,21 Valor Total R$6,82 Consulte a validade deste selo em https://selo.tjma.jus.br

Matões do Norte - MA, 16 de Junho de 2023.

Jenilson Bezerra Neves
Secretário de Saúde de Matões do Norte

Jenilson Neves
Secretário Municipal de Saúde
Matões do Norte - MA

CANTANHEDE/MA
PROC. 1000001 /2024
FLS. 232
RUB.

TIMBIRAS

ESTADO DO MARANHAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
Rua José Antonio Francis, nº15 - Centro
CNPJ: 06.424.618/0001-65

DECLARAÇÃO
066/2023

Declaramos para os devidos fins de direito e a requerimento da parte interessada, que inexiste no âmbito da **Prefeitura Municipal de TIMBIRAS - MA**, bem como o setor de Tributos deste Municipio não implantou, convêniou ou aderiu ao sistema digital de Notas Fiscais de Serviços Eletrônica, **(NFS-e)**, cuja emissão no referido Setor, ocorre por meio tradicional em blocos de Notas Fiscais de Serviços, impressa tipograficamente em papel (fisico), por empresa devidamente habilitada. Declaramos também que as notas **NOTA Nº 00486/2023 e Nº 00487/2023**, em favor da empresa **JP DAMASCENO NETO LTDA**, inscrita no **CNPJ: 43.503.752/0001-88**, foram devidamente emitidas, bem como o recolhimento do **ISSQN**.

Afirmamos ainda, que este tipo de emissão ocorre desde a emancipação deste municipio sem prejuizo de sua validade.

Por ser verdadeiro firmamos a presente.

Timbiras, 20 de DEZEMBRO de 2023

Diêgo Ariston Cardoso dos Santos
Diretor de Tributos e Arrecadação
Portaria nº 942/2017

06.424.618/0001-65
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
R. José Antonio Francis, nº15 - Centro
CEP: 65.420-000 TIMBIRAS-MA

Diêgo Ariston Cardoso dos Santos
Diretor de Tributos e Arrecadação

CARTÓRIO TIMBIRAS (ÚNICO OFÍCIO)
Rua Manoel Soares, 999, Centro, Timbiras - MA
Fone: (99) 3544-1134

Aline dos Santos Nascimento
Escrevente Autorizada

Pedir Juridicidade - TJMA
Nº selo: KEEI16555815381HWPAP23118
Apontamento: 0 de 16 por semelhança
DIEGO ARISTON CARDOSO DOS SANTOS
11/01/2024 11:54:04
R$ 5,65 FERC R$ 0,18 FADEP R$ 1,22 FEMP R$ 0,22
Consulte em https://selos.tjma.jus.br

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL
CARTÓRIO TIMBIRAS (ÚNICO OFÍCIO)

adeia

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 233
RUB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE/MA
CNPJ Nº 01.612.831/0001-87
AV. DR. ANTÔNIO SAMPAIO - CENTRO, CEP: 65.468-000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MATÕES DO NORTE / MA
PROC. 2705001 /2022
FLS. 424
RUB.

CONTRATO Nº 20230167/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2705001/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20220403/2022

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 20230167/2023, QUE FAZEM ENTRE SI A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA J P DAMASCENO NETO LTDA

O MUNICÍPIO DE MATÕES DO NORTE/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.831/0001-87, através da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Av. Dr. Antônio Sampaio, centro, CEP: 65.468-000 Matões do Norte/MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Ordenador de Despesa, Sr. Jenilson Bezerra Neves, portador do CPF sob nº023.619.403-88 e RG nº 02861031005-1 Órgão Emissor SSP/MA, e a empresa **J P DAMASCENO NETO LTDA** CNPJ 43.503.752/0001-88, com sede na Rua Jose Antônio Francis nº 207, Bairro centro, CEP: 65.420-000 na cidade de Timbiras – Estado de Maranhão, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, Sra. Juarez Pereira Damasceno Neto, brasileiro, RG nº 0150610520000, CPF nº 025.651.053-98, têm, entre si, ajustado o presente Contrato Administrativo nº 20230167/2023, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2022 formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 2705001/2022, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação dos serviços de confecção de prótese dentaria total e parcial convencional odontológica (superior e inferior), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Matões do Norte/MA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 15/02/2023 e encerramento em 31/12/2023.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 167.750,00 (cento e sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta reais).**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
023983	Prótese Total Mandibular	UNIDADE	250,00	98,000	24.500,00
023984	Prótese Total Maxilar	UNIDADE	250,00	78,000	19.500,00
023985	Prótese Parcial Mandibular Removível	UNIDADE	250,00	165,000	41.250,00

CANTANHEDE/MA
PROC. 1001001 /2024
FLS. 234
RUB.

MATÕES DO NORTE / MA
PROC. 2502004 /2022
FLS. 425
RUB.

023986	Prótese Parcial Maxilar Removível	UNIDADE	250,00	165,000	41.250,00
023987	Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)	UNIDADE	250,00	165,000	41.250,00
				VALOR GLOBAL R$	167.750,00

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 1301 Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO PROGRAMATICA: 10 301 0005
PROJETO ATIVIDADE: 2.048 Manutenção do Programa de Saúde Bucal
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1. O pagamento será mensal, efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, acompanhado da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, CNDT e FGTS, Certidão de Débitos Relativos a Créditos e Dívida Estadual e Municipal com validades compatíveis à data do pagamento, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2021
FLS. 235
RUB.
PROC. 25032001 /2021
FLS. 436
RUB.

6.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

a) Os produtos deverão ser entregues de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal Solicitante, o horário da entrega deve ser de acordo com o funcionamento da Secretaria: das 08h00min às 12h00min. No prazo de até 5 (cinco) dias uteis. O não cumprimento das entregas nas datas e horários determinados ocasionará penalidades cabíveis.
b) Todos os produtos licitados/contratado deverão ser entregues diretamente na Secretaria Municipal e em suas respectivas dependências mediante ORDEM DE FORNECIMENTO cedida por pela Secretaria solicitante.
c) No ato da entrega, os produtos que não estiverem em acordo com o especificado no edital serão devolvidos; e, as despesas de frete e/ou outros serão por conta da empresa contratada;
d) O horário da entrega deve ser de acordo com o funcionamento da secretaria: 08h00min às 12h00min horas.
e) A fiscalização geral e o acompanhamento serão realizados por Servidor designado pela Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA.
f) O preço contido na proposta dos licitantes deverá incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto presente neste termo de referência;
g) Todos os produtos entregues deverão estar acompanhados de um comprovante de recibo o qual constará a assinatura do recebedor, em duas vias (uma via para o fornecedor e uma para o solicitante). Os produtos devem ser conferidos de acordo com a ordem de fornecimento, quantidade e qualidade. Caso não estejam de acordo com as normas, os mesmos deverão ser devolvidos juntamente com o comprovante de entrega não assinado.

9. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1 A CONTRANTE se obriga a:

a) Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;
b) Vetar o emprego de qualquer material que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 236
RUB.

MATÕES DO NORTE / MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 226
RUB.

bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos usuários;

c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas;

d) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

e) Preencher e enviar a Ordem de Fornecimento de Bens de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

f) Receber os serviços executados pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

g) Recusar com a devida justificativa qualquer serviço realizado fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA;

h) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

i) Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do contrato;

10.2 A CONTRATADA se obriga a:

a) Executar os Serviços conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta;

b) Manter capacidade mínima de entrega para atender as demandas contratadas;

c) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Órgão Gerenciador da Ata, relacionados com as características dos serviços;

c) Executar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE nas Ordens de Serviços, os serviços objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido;

d) Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos serviços que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;

e) Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

f) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;

g) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

g.1) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

h) Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar a execução, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os serviços empregados que julgar inadequados;

i) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

j) Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 237
RUB.

MATÕES DO NORTE / MA
PROC. 2909001 /2024
FLS. 478
RUB.

para pagamento;

k) Substituir o objeto reprovado na aceitação, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE;

l) Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de prove-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

m) No permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

n) Em relação à Ata de Registro de Preços, compete aos Fornecedores Registrados:

n.1) Aceitar os Termos e Condições da Ata de Registro de Preços de acordo com a Legislação Vigente e com o instrumento pactuado no Termo de Referência;

n.2) Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preço, as condições de habilitação exigidas no edital;

n.3) Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

m) A contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do serviço contratado. A DETENTORA DO REGISTRO deverá arcar com os custos da análise, em laboratório credenciado, caso o serviço ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do serviço quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo serviço considerado impróprio ao uso será devolvido a contratada para a inutilização nos termos legais.

n) Executar, os serviços objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de realização estabelecido;

o) Arcar com todas as despesas relacionadas à execução dos serviços, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

p) Os serviços deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações do INMETRO e outros Órgãos de controle de qualidade, quando houver, bem como as características peculiares do item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, orientações de armazenamento, manuais de utilização, quando for o caso, prazo de validade de acordo com o fabricante, contado da data de entrega e demais informações que se fizerem necessárias para a perfeita utilização dos mesmos.

q) A detentora do registro de preços estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preço, ainda que a execução decorrente esteja previsto para ocorrer após o término de sua vigência.

r) A detentora do registro de preços estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

s) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítmas os seus empregados durante

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 238
RUB.

MATÕES DO NORTE / MA
PROC. 2705001 /2024
FLS. 439
RUB.

a execução do objeto, ainda que acontecido em dependência da contratante;

t) Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto da contratação.

u) Prestar o serviço, nas condições e quantidades solicitadas, no endereço e prazo indicado, conforme estabelecido no Termo de Referência;

v) Manter um Preposto à disposição da Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA, munido de comunicação que permita sua localização imediata para atendimento também fora do horário estabelecido.

x) A empresa contratada deverá possuir Registro no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento em Saúde (SCNES), assim como o(s) profissional(is), em atendimento a Nota Técnica do Ministério da Saúde quanto aos recursos destinados aos serviços prestados por Laboratórios de Prótese Dentária (LRPD) atendendo pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

11.2. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

11.3. Apresentar documentação falsa;

11.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.6. Não mantiver a proposta;

11.7. Cometer fraude fiscal;

11.8. Comportar-se de modo inidôneo;

11.9. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93.

11.10. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com a **Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA,** e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

11.11. A inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo Nº 87, da Lei Nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

CANTANHEDE/MA
PROC. 270001 /2022
FLS. 239
RUB.

MATÕES DO NORTE / MA
PROC. 270001 /2022
FLS. 480

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA,** por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da **Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA,** será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. Nº 87 da Lei Nº 8.666/93, c/c art. Nº 7º da Lei Nº 10.520/02 e art. Nº 14 do Decreto Nº 3.555/00.

11.12. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

11.13. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de Matões do Norte/MA as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

12.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

12.2. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.3. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.5. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002004 /2024
FLS. 240
RUB.

MATÕES DO NORTE / MA
PROC. 2708004 /2024
FLS. 491
RUB.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1. É VEDADO À CONTRATADA:

a) Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Cantanhede/MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Matões do Norte - MA, 15 de fevereiro de 2023

CANTANHEDE/MA
PROC. 2003001 /2024
FLS. 241
RUB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE/MA
CNPJ Nº 01.612.831/0001-87
AV. DR. ANTÔNIO SAMPAIO - CENTRO, CEP: 65.468-000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MATÕES DO NORTE / MA
PROC. 2703001 /2022
FLS. 482
RUB.

Jenilson Bezerra Casa Nova
Secretário Municipal de Saúde
CONTRATANTE

JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO:02565105398

Assinado de forma digital por JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO:02565105398
Dados: 2023.02.15 14:31:58 -03'00'

J P DAMASCENO NETO LTDA
CNPJ 43.503.752/0001-88
Juarez Pereira Damasceno Neto
RG nº 0150610520000
CPF nº 025.651.053-98
CONTRATADA

CANTANHEDE/MA
PROC. 1003001 /2024
FLS. 242
RUB.



Declaração de Contratação Futura

A empresa **J P DAMASCENO NETO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **43.503.752/0001- 88**, DECLARA que caso se sagre vencedora da licitação contratará o profissional abaixo para fins de cumprimento dos requisitos de qualificação exigidos na licitação, modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa especializada na confecção de próteses dentárias para atendê-la a necessidade da Secretária de Saúde do Município de Cantanhede/MA.

PROFISSIONAL	ÁREA DE ATUAÇÃO	NÚMERO DO REGISTRO
JOSÉ RÔMULO FERREIRA DAMASCENO	CIRUGIÃO- DENTISTA	**CRO 5416**

Timbiras/MA, 25 de abril de 2024.

JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO:02565105398

Assinado de forma digital por JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO:02565105398
Dados: 2024.04.27 16:25:43 -03'00'

JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO

CPF:025.651.053-98

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE ROMULO FERREIRA DAMASCENO
Data: 27/04/2024 17:54:24-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JOSÉ ROMULO FERREIRA DAMASCENO NETO

CPF: 256.020.713-34

Rua Jose Antonio Francis, 207, Centro Timbiras -MA
CNPJ: 43.503.752/0001-88 (98) 98356-2973
neto_franca@hotmail.com

CANTANHEDE
PROC. 2002001/2024
FLS. 243
RUB.

JUNTADA VALIDAÇÕES DA HABILITAÇÃO

Junto aos autos do Processo Licitatório nº 004/2024 SRP, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço por Item, os **VALIDAÇÕES DA HABILITAÇÃO** apresentadas.

Nayana Rosa Rodrigues De Aguiar
Pregoeira
Portaria nº 004/2024

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 249

PREFEITURA DE CANTANHEDE
Reconstruindo nossa cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SETOR DE LICITAÇÕES

VALIDAÇÕES DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA

J P DAMASCENO NETO LTDA

CNP 43.503.752/0001-88

Praça Paulo Rodrigues, 01, Centro.
Cantanhede-MA. Cep 65465-000

www.cantanhede.ma.gov.br
cpl@cantanhede.ma.gov.br

SANTANHEDE/MA
PROC. 1009001 /2024
FLS. 245
RUB.

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS
EMPRESA FÁCIL

Acesso exclusivo dos órgãos estaduais e municipais

Autenticidade de documentos

DADOS DA CONSULTA

Protocolo:

231294271

Data do Protocolo:

13/10/2023

Número de Registro:

21201159039

Arquivamento:

20231294271

Empresa:

J P DAMASCENO NETO LTDA

Documento(s):

Contrato

Voltar

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 246
RUB.

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

Contato (98) 2106-8500 -
Outros contatos

ouvidoria@jucema.ma.gov.br

Endereço: Av. Pedro II, Nº199 - Centro, São Luís - MA, 65010-450

Desenvolvido por: VOX TECNOLOGIA

CANTANHEDE/MA
PROC. 3000001 /2024
FLS. 247
RUB.

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)

Confirmação da Autenticidade de Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade de Certidão

CNPJ: 43.503.752/0001-88

Código de Controle: 0225.1501.2B85.C2B5

Data da Emissão: 22/12/2023

Hora da Emissão: 12:19:37

Tipo Certidão: Negativa

Certidão Negativa emitida em 22/12/2023, com validade até 19/06/2024.

Página Anterior (/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Voltar)

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Confirmar)

SANTANA HEIMA
PROC. 100001 /2024
FLS. 248
RUB.

Estado do Maranhão

Certidão Negativa de Débito

Resultado da Validação da Certidão Negativa de Débito

Nº da Certidão: 095513/24
Data de Validade: 11/07/2024 10:31:37
Data de Emissão: 13/03/2024 10:31:37
Inscrição Estadual: 0
CPF/CNPJ: 43503752000188
Razão Social:

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2009

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 249
RUB.
Secretaria da Fazenda

Estado do Maranhão Certidão Negativa de Dívida Ativa

Resultado da Validação da Certidão NegativaDividaAtiva de Dívida Ativa

CERTIDÃO VÁLIDA!

Nº da Certidão: 030568/24
Data de Validade: 22/08/2024
Data de Emissão: 24/04/2024 10:02:34
Inscrição Estadual: 0
CPF/CNPJ: 43503752000188
Razão Social:

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/CGTEC - 2005-2009

CANTANHEDE/MA
PROC. 3009001 /2024
FLS. 250
RUB.

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 43.503.752/0001-88
Razão social: J P DAMASCENO NETO LTDA
Nome fantasia: FABRICA DE SORRISOS ILIMITADA

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
12/04/2024	12/04/2024 a 11/05/2024	202404122338065340603 8
24/03/2024	24/03/2024 a 22/04/2024	20240324034237274155 62
05/03/2024	05/03/2024 a 03/04/2024	20240305211746019803 43
15/02/2024	15/02/2024 a 15/03/2024	20240215130854828968 98
27/01/2024	27/01/2024 a 25/02/2024	20240127042953188233 43
08/01/2024	08/01/2024 a 06/02/2024	20240108060523598214 45
20/12/2023	20/12/2023 a 18/01/2024	20231220092537966611 90
01/12/2023	01/12/2023 a 30/12/2023	20231201100439563823 28
12/11/2023	12/11/2023 a 11/12/2023	20231112031447558186 18
24/10/2023	24/10/2023 a 22/11/2023	20231024073826188751 27
05/10/2023	05/10/2023 a 03/11/2023	20231005213838652348 64
16/09/2023	16/09/2023 a 15/10/2023	20230916035942398169 79
28/08/2023	28/08/2023 a 26/09/2023	20230828064555577811 14
09/08/2023	09/08/2023 a 07/09/2023	20230809215854380509 55
21/07/2023	21/07/2023 a 19/08/2023	20230721105245044686 68
02/07/2023	02/07/2023 a 31/07/2023	20230702033526453803 01
13/06/2023	13/06/2023 a 12/07/2023	20230613041925037711 02
25/05/2023	25/05/2023 a 23/06/2023	20230525043556798191 80
06/05/2023	06/05/2023 a 04/06/2023	20230506035029596959 49
17/04/2023	17/04/2023 a 16/05/2023	20230417032158852622 19
29/03/2023	29/03/2023 a 27/04/2023	20230329041207865868 93
10/03/2023	10/03/2023 a 08/04/2023	20230310040827134548 12
19/02/2023	19/02/2023 a 20/03/2023	20230219035250389101 24
31/01/2023	31/01/2023 a 01/03/2023	20230131041442316766 27
10/01/2023	10/01/2023 a 08/02/2023	20230110012620672852 91
22/12/2022	22/12/2022 a 20/01/2023	20221222013418759259 04
03/12/2022	03/12/2022 a 01/01/2023	20221203012352983174 94
14/11/2022	14/11/2022 a 13/12/2022	20221114011135475092 59
26/10/2022	26/10/2022 a 24/11/2022	20221026012725765507 33
07/10/2022	07/10/2022 a 05/11/2022	20221007011608814824 42

Emissão/Leitura	Data de Validade	Numero do CRF
18/09/2022	18/09/2022 a 17/10/2022	2022091801074692885238
30/08/2022	30/08/2022 a 28/09/2022	2022083001211817429207
11/08/2022	11/08/2022 a 09/09/2022	2022081101305656742189
23/07/2022	23/07/2022 a 21/08/2022	20220723011437006049 96
04/07/2022	04/07/2022 a 02/08/2022	20220704005703265864 03
15/06/2022	15/06/2022 a 14/07/2022	20220615010759506185 90
27/05/2022	27/05/2022 a 25/06/2022	20220527010808085788 04
08/05/2022	08/05/2022 a 06/06/2022	20220508151745708158 23

CANTANHEDE/MA
PROC. 1002001 /2024
FLS. 251
RUB.

Resultado da consulta em 30/04/2024 09:18:40

Voltar

CANTANHEDE/MA
PROC. 0002001-12024
FLS. 252
RUB.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: J P DAMASCENO NETO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 43.503.752/0001-88
Certidão nº: 73894256/2023
Expedição: 22/12/2023, às 12:47:08
Validade: 19/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **J P DAMASCENO NETO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **43.503.752/0001-88, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CANTANHEDE/MA
PROC. 1002001/2024
FLS. 253
RUB.

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS
EMPRESA FÁCIL

Acesso exclusivo dos órgãos estaduais e municipais

Autenticidade de documentos

DADOS DA CONSULTA

Protocolo:

221125396

Data do Protocolo:

14/09/2022

Número de Registro:

21201159039

Arquivamento:

20221125396

Empresa:

J P DAMASCENO NETO LTDA

Documento(s):

Balanço

< Voltar

JUCEMA/MA
PROC. 1001001/2024
FLS. 254
RUB.

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

Contato (98) 2106-8500 -
Outros contatos

ouvidoria@jucema.ma.gov.br

Endereço: Av. Pedro II, Nº199 - Centro, São Luís - MA, 65010-450

Desenvolvido por: VOX TECNOLOGIA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001/2024
FLS. 255
RUB.

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS
EMPRESA FÁCIL

Acesso exclusivo dos órgãos estaduais e municipais

Autenticidade de Livros

DADOS DA CONSULTA

Protocolo:

221125523

Data do Protocolo:

30/04/2024

Número de Registro:

21201159039

Empresa:

J P DAMASCENO NETO LTDA

Documento(s):

Termo de Autenticação

Voltar

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 256
RUB.

Contato (98) 2106-8500 -
Outros contatos

ouvidoria@jucema.ma.gov.br

Endereço: Av. Pedro II, Nº199 - Centro, São Luís - MA, 65010-450

Desenvolvido por: VOX TECNOLOGIA

CANTANHEDE/MA
PROC. 000001 /2024
FLS. 257
RUB.

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS
EMPRESA FÁCIL

Acesso exclusivo dos órgãos estaduais e municipais

Autenticidade de documentos

DADOS DA CONSULTA

Protocolo:

230671640

Data do Protocolo:

24/05/2023

Número de Registro:

21201159039

Arquivamento:

20230671640

Empresa:

J P DAMASCENO NETO LTDA

Documento(s):

Balanço

< Voltar

JUCEMA
PROC. 2001001 /2024
FLS. 258
RUB.

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

Contato (98) 2106-8500 -
Outros contatos

ouvidoria@jucema.ma.gov.br

Endereço: Av. Pedro II, Nº199 - Centro, São Luís - MA, 65010-450

Desenvolvido por: VOX TECNOLOGIA

CANTANHEDE/MA
PROC. 3009001 /2024
FLS. 259
RUB.

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

SERVIÇOS ONLINE

ACESSO PÚBLICO \ CONFIRMAÇÃO DE VERACIDADE

Certificação Digital de Documento Emitido

Dados do documento CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Número de Controle:	879474
Data de emissão:	27/04/2024 às 18:17:58
Validade:	26/07/2024
Número Registro:	MA-016088/O-1
Nome:	IGOR SILVA RODRIGUES

Voltar

© 2024 Spiderware

CANTANHEDE/MA
PROC. 1000001 /2024
FLS. 260
RUB.

30/04/2024 09:27

Validação - Digidoc

Este documento corresponde a este código de validação (CERTJUDONE-VNTIMB - 242024: 8946C0B8AE).

Dados do Documento Administrativo

Número do Documento: CERTJUDONE-VNTIMB - 242024

Código de Validação: 8946C0B8AE

Validar Documento

Baixar Original | Visualizar Original

Anexos

Desc Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo	Download
COMPROVANTE-76726859577	comprovante-76726859577.pdf	ANEXO DE DOC ADMINISTRATIVO GENÉRICO	
GUIA FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃOJUDICIAL	GUIA FALeNCIA OU RECUPERAcaOJUDICIAL.pdf	ANEXO DE DOC ADMINISTRATIVO GENÉRICO	

Assinaturas

Signatário	Data de assinatura	Status do documento
DOUGLAS RODRIGUES GUEDES	25/04/2024 10:07	ASSINADO

Clique para visualizar o arquivo original referente a este documento : CERTJUDONE-VNTIMB 242024.

Nova consulta

CANTANHEDE/MA
PROC. 1002001/2024
FLS. 261
RUB.

SANTANHEDE/MA
PROC. 0001001 /2024
FLS. 262
RUB.
30/04/2024 09:29

Validação - Digidoc

Este documento corresponde a este código de validação (CERTJUDONE-SJDFRSL - 37092024: CEC72311BF).

Dados do Documento Administrativo

Número do Documento: CERTJUDONE-SJDFRSL - 37092

Código de Validação: CEC72311BF

Validar Documento

Baixar Original | Visualizar Original

Anexos

Desc Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo	Download
JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO - BOLETO (EXEC PAT CF. E-MAIL)	JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO - BOLETO (EXEC PAT CF. E-MAIL).pdf	ANEXO DE DOC ADMINISTRATIVO GENÉRICO	
JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO - CNH	JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO - CNH.pdf	ANEXO DE DOC ADMINISTRATIVO GENÉRICO	
JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO - PGTO (EXEC PAT CF. E-MAIL)	JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO - PGTO (EXEC PAT CF. E-MAIL).pdf	ANEXO DE DOC ADMINISTRATIVO GENÉRICO	

Assinaturas

Signatário	Data de assinatura	Status do documento
ANSELMO DE JESUS CARVALHO	26/04/2024 15:06	ASSINADO

Clique para visualizar o arquivo original referente a este documento : CERTJUDONE-SJDFRSL 37092024.

Nova consulta

Tribunal de Justiça do Maranhão - Poder Judiciário do Estado do Maranhão

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 263
RUB.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2001001 /2024
FLS. 264
RUB. 30/04/2024 09:30

Validação - Digidoc

Este documento corresponde a este código de validação (CERTJUDONE-VNTIMB - 252024: B38D720A6D).

Dados do Documento Administrativo

Número do Documento: CERTJUDONE-VNTIMB - 252024

Código de Validação: B38D720A6D

Validar Documento

Baixar Original | Visualizar Original

Anexos

Desc Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo	Download
COMPROVANTE-76768916869	comprovante-76768916869.pdf	ANEXO DE DOC ADMINISTRATIVO GENÉRICO	
CNH	CNH.pdf	ANEXO DE DOC ADMINISTRATIVO GENÉRICO	
GUIA JUAREZ FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	GUIA JUAREZ FALêNCIA OU RECUPERAçãO JUDICIAL.pdf	ANEXO DE DOC ADMINISTRATIVO GENÉRICO	

Assinaturas

Signatário	Data de assinatura	Status do documento
DOUGLAS RODRIGUES GUEDES	26/04/2024 17:13	RECEBIDO

Clique para visualizar o arquivo original referente a este documento : CERTJUDONE-VNTIMB 252024.

Nova consulta

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 265
RUB.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 266
RUB.

Consulta certidão online

DOCUMENTO VERIFICADO

O DOCUMENTO ABAIXO FOI CONFIRMADO COMO AUTÊNTICO.

NIRE 21201159039 CNPJ 43.503.752/0001-88	Situação ATIVA Status SEM STATUS
Endereço Completo Rua JOSE ANTONIO FRANCIS, Nº 207, xxxxx, CENTRO - Timbiras/MA - CEP 65420-000	

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição
002	20231294271	14/10/2023	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
310	20231079087	23/08/2023	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
223	20230671640	24/05/2023	BALANCO
223	20221125396	14/09/2022	BALANCO
002	20220765502	24/06/2022	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
310	20211230960	29/09/2021	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
090	20211147664	14/09/2021	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
090	21201159039	14/09/2021	CONTRATO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 25/04/2024, às 10:16:23 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **9KVGRJEG**.

MAC2403363870

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA

Secretário(a) Geral

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 267
RUB.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2000001 /2024
FLS. 268
RUB.

Consulta certidão online

DOCUMENTO VERIFICADO

O DOCUMENTO ABAIXO FOI CONFIRMADO COMO **AUTÊNTICO.**

CANTANHEDE/MA
PROC. 2009001 /2024
FLS. 269
RUB.

NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Ato Constitutivo	Início de Atividade
21201159039	43.503.752/0001-88	14/09/2021	14/09/2021

Endereço Completo
Rua JOSE ANTONIO FRANCIS, Nº 207, CENTRO - Timbiras/MA - CEP 65420-000

Objeto Social
ATIVIDADE ODONTOLOGICA ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS SERVICOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM COM USO DE RADIACAO IONIZANTE, EXCETO TOMOGRAFIA SERVICOS DE PROTESE DENTARIA.

Capital Social	Porte	Prazo de Duração
R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) **Capital Integralizado** R$ 30.000,00 (trinta mil reais)	ME (Microempresa)	Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO	025.651.053-98	R$ 200.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO	025.651.053-98	Indeterminado

Último Arquivamento

Data	Número	Ato/eventos
14/10/2023	20231294271	002 / 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

Situação
ATIVA

Status
SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 25/04/2024, às 10:15:55 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **O7AEQB19**.

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA

Secretário(a) Geral

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 270
RUB.

PREFEITURA DE CANTANHEDE
reconstruindo nossa cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SETOR DE LICITAÇÕES

RECURSO ADMINISTRATIVO

Praça Paulo Rodrigues, 01, Centro.
Cantanhede-MA. Cep 65465-000

www.cantanhede.ma.gov.br
cpl@cantanhede.ma.gov.br

À Pregoeira da Secretaria Municipal de Saúde de Cantanhede/MA

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 271
RUB.

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2024
PROCESSO ADMINISSTRATIVO Nº 2002001/2024

ODONTO ALFA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ Nº 40.900.404/0001-56, situada na Av. Irmã Emma Rodolfo Navarro, S/N, Quadra 01, Lote 28 B, Setor, Flamboyant II, Miracema Do Tocantins – TO, Cep:77650-000, nesse ato representada por seu procurador que abaixo assina, vem, perante Vossa Senhoria, com fundamento no item 12.2 do edital, inciso XVIII, artigo 4º, da Lei nº 10.520/02, c/c a alínea "a', do inciso XXXIV, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão do Pregoeiro que declarou vencedora a empresa **J P DAMASCENO NETO LTDA – CNPJ: 43.503.752/0001-88** para os itens 1, 2, 3, 4 e 5 do referido procedimento licitatório acima epigrafado, aduzindo para tanto, o seguinte:

I. Da Tempestividade do Recurso Administrativo

Inicialmente, cumpre ressaltar que o Recurso Administrativo apresentado pela empresa Recorrente é tempestivo, uma vez que, está sendo apresentado dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação1, conforme determina o inciso I, do artigo 165, da Lei nº 14.133/2021 e subitem 12.2 do edital.

[1] 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Alecrim Advocacia
Rua da Bahia, 1345 – Sala 606 - Lourdes
Belo Horizonte - MG, CEP: 30160-011
Telefone: (31) 3889-0828 - (31) 99348-8788
alecrim@alecrimadvocacia.com.br – www.alecrimadvocacia.com.br

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 272
RUB.

II. Dos Fatos

A Recorrente credenciou-se para participar da licitação, sendo ela na modalidade Pregão Eletrônico de nº 004/2024, promovida pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Cantanhede/MA, cujo objeto é "Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletados in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Munício de Cantanhede/MA, conforme descrito neste Edital e seus anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, **Anexo II** do Presente Edital".

Após a fase de habilitação, constatou-se que a empresa Declarada Vencedora para todos os lotes do certame, sendo eles 1, 2, 3, 4 e 5, não forneceu documentação que comprove a especialização ou o status de técnico em prótese dentária do Cirurgião-Dentista ou de qualquer outro profissional que trabalhe na empresa.

III. Dos Fundamentos e Fundamentos Jurídicos

Ao analisar os documentos de habilitação da empresa Declarada Vencedora, verifica-se que a mesma não apresentou dentista especializado em prótese dentária ou técnico em prótese dentária, foi apenas apresentado Cirurgião-Dentista, sem especialidade em nenhuma área, o que chama a atenção, é a ausência de especialidade em específico na área de prótese dentária, o qual é o objeto do presente certame.

Percebe-se pela documentação enviada, que o responsável técnico da mencionada empresa é o Dr. Jose Romulo Ferreira Damasceno, conforme print abaixo:

Alecrim Advocacia
Rua da Bahia, 1345 – Sala 606 - Lourdes
Belo Horizonte - MG, CEP: 30160-011
Telefone: (31) 3889-0828 - (31) 99348-8788
alecrim@alecrimadvocacia.com.br – www.alecrimadvocacia.com.br

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 273
RUB.

Consta como Responsável Técnico pela referida empresa o(a):

Nome	Registro	CPF
JOSE ROMULO FERREIRA DAMASCENO	5416	256.020.713-34

Após essa informação, procuramos descobrir qual especialidade do referido responsável técnico, pois se a licitação tem como objetivo contratar uma empresa que forneça próteses dentárias, o mínimo é o ter um profissional Protético Dentário dentro da empresa ou pelo menos um Cirurgião-Dentista especializado na área de prótese dentária (protesista), que não é o caso da empresa Declarada Vencedora, vejamos:

CERTIDÃO DE REGULARIDADE CRO/MA Nº 04099/2024.

CERTIFICO E DOU FÉ, que o(a) Sr(a). **JOSE ROMULO FERREIRA DAMASCENO**, portador(a) do C.P.F. **256.020.713-34**, inscrito(a) na categoria **CIRURGIÃO-DENTISTA**, nascido(a) em **29/11/1965**, natural de **São Luis-MA**, filho(a) de **JUAREZ PEREIRA DAMASCENO** e **MARIA JOSE FERREIRA**, encontra-se regularmente inscrito(a) junto a este CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA, sob o número **MA-CD-5416**, no livro **AZ19**, folha **115**, desde **24/02/2017**, em cumprimento à exigência contida no art. 13 da Lei 4.234/64, regulamentada pelo art. 22 e seu parágrafo único do Decreto nº. 68.704/71, estando em dia com suas obrigações financeiras junto à Tesouraria deste órgão até **31/12/2024**.

Possui especialidades em:

- **NÃO POSSUI**

De acordo com esses documentos, é notório que a empresa não possui um técnico de prótese dentária, dispunha apenas de um Cirurgião-Dentista, sendo que esse não tem nenhuma especialidade, muito menos no ramo de prótese dentária.

Ora, como pode a Administração Pública contratar uma empresa que nem se quer tem um profissional com especialidade no objeto que o município almeja comprar? Não faz sentido algum, pois se o objetivo é contratar uma empresa que forneça próteses dentárias, o mínimo

Alecrim Advocacia
Rua da Bahia, 1345 – Sala 606 - Lourdes
Belo Horizonte - MG, CEP: 30160-011
Telefone: (31) 3889-0828 - (31) 99348-8788
alecrim@alecrimadvocacia.com.br – www.alecrimadvocacia.com.br

CANTANHEDE/MA
ADVOCACIA
PROC. 2002001/2024
FLS. 274
RUB.

seria declarar vencedora uma empresa com essa especificidade. Sendo assim, nem caberia a empresa **J P DAMASCENO NETO LTDA** credenciar-se nesse certame, sendo que a mesma não consegue por meio de documentação comprovar sua competência neste ramo.

Dito isso, é importante destacar as possíveis consequências que o município de Cantanhede/MA poderá sofrer se caso homologar o presente processo licitatório para uma empresa que não que Protético Dentário e muito menos um profissional especializado na área.

Como por exemplo, insegurança quanto a qualidade das próteses ofertadas, uma vez que empresas especializadas em próteses dentárias têm conhecimento técnico e experiência para produzir próteses de alta qualidade, garantindo durabilidade, conforto e funcionalidade, que não é caso da empresa declarada vencedora, sendo que essa não tem especialidade no objeto ofertado da presente licitação.

Dessa forma, fica evidente que o município de Cantanhede se caso homologar a licitação para a empresa **J P DAMASCENO NETO LTDA,** estará dentro de uma situação com uma certa insegurança jurídica, pois essa empresa poderá trazer alguns problemas futuros para a Administração Pública por não ofertar as próteses de acordo com o que se almejava, ou até mesmo nem conseguir entregar o produto, resultando assim em dissolução do contrato.

É de suma importância ressaltar que não precisa necessariamente, para a empresa possuir capacidade jurídica para realização de próteses dentárias, o cirurgião-dentista ter especialidade nesse ramo, ou seja, ser cirurgião-dentista protesista conforme lei 2.629/2010, mas a empresa deve ao menos ter um Técnico em Prótese Dentária, que de acordo com a lei 6.710/1979 esse profissional trabalha em conjunto com o cirurgião-dentista, porém é ele quem possui a

Alecrim Advocacia
Rua da Bahia, 1345 – Sala 606 - Lourdes
Belo Horizonte - MG, CEP: 30160-011
Telefone: (31) 3889-0828 - (31) 99348-8788
alecrim@alecrimadvocacia.com.br – www.alecrimadvocacia.com.br

CANTANHEDE/MA
ADVOCACIA
PROC. 2002001/2024
FLS. 275
RUB.

autonomia para produzir a prótese de acordo com o estabelecido pelo cirurgião, ou seja, ele é o responsável por fazer a prótese, o cirurgião em si, apenas tem o contato com o cliente, mas é o técnico quem faz de fato. Sendo assim, a empresa declarada vencedora não declarou e nem apresentou quem seria o protético da empresa, então de qual forma essas próteses serão produzidas? Se não foi apresentado um técnico na área.

Além do mais, no CNES apresentado pela empresa não consta Técnico em Prótese Dentária e nem que é o especialista no ramo de próteses, sendo que, o estabelecimento de saúde que confecciona a prótese dentária (LRPD) deve ter seu cadastro no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES), que não é o caso da presente situação, sendo mais uma desconformidade com a legislação.

Sendo assim, cabe ao pregoeiro realizar diligências como previsto no subitem 9.16 do edital, para que a empresa demonstre de forma legal que possui especialidade no ramo de próteses dentárias, ou se caso, tenham na equipe um Protético, para que assim, o presente certame esteja em acordo com os princípios que regem os procedimentos licitatórios.

No contexto da Lei nº 14.133/21, que regulamenta licitações e contratos administrativos, a qualificação técnica das empresas interessadas em participar de licitações é definida por critérios que demonstram sua capacidade de executar o objeto do contrato de forma satisfatória. O Artigo 67 detalha esses critérios, especificando que a documentação para qualificação técnico-profissional e técnico-operacional deve incluir:

1. A apresentação de profissionais devidamente registrados nos conselhos profissionais competentes, detentores de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras ou serviços de características semelhantes;

Alecrim Advocacia
Rua da Bahia, 1345 – Sala 606 - Lourdes
Belo Horizonte - MG, CEP: 30160-011
Telefone: (31) 3889-0828 - (31) 99348-8788
alecrim@alecrimadvocacia.com.br – www.alecrimadvocacia.com.br

CANTANHEDE/MA
PROC. 10020001/2024
FLS. 276
RUB

2. Certidões ou atestados emitidos por conselhos profissionais competentes que comprovem a capacidade operacional da empresa em executar serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

3. **Prova de atendimento a requisitos específicos previstos em leis especiais**, registro ou inscrição em entidades profissionais competentes, e declaração de conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações do contrato.

Ora, ao que se percebe é que a empresa não apresentou toda documentação capaz de demonstrar sua qualificação técnica exigida pela legislação.

A licitação é o procedimento administrativo, que tem como objetivo garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, está prevista no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal.

Em que pese a licitação ter como objetivo a contratação da proposta mais vantajosa, é necessário a observância da proposta dentro de sua exequibilidade e que demonstre habilitação técnica, porém, a empresa não apresentou uma documentação de extrema relevância, que demonstre sua especialidade em produzir o objeto licitado, conforme mencionado anteriormente.

Conforme súmula 473 do Supremo Tribunal federal a "Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios

Alecrim Advocacia
Rua da Bahia, 1345 – Sala 606 - Lourdes
Belo Horizonte - MG, CEP: 30160-011
Telefone: (31) 3889-0828 - (31) 99348-8788
alecrim@alecrimadvocacia.com.br – www.alecrimadvocacia.com.br

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 277
RUB.

que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

IV. Dos Pedidos

Por todo exposto, requer a procedência do presente Recurso Administrativo, para realizar as seguintes diligências:

1. Exigir da empresa Declarada Vencedora a demonstração por meio de documentação legal que a mesma possui especialidade na área de próteses dentárias.
2. Caso não seja apresentada determinada documentação, que a mesma seja inabilitada do certame.

Miracema Do Tocantins – TO, 03 de maio de 2024.

HERNANDES PURIFICACAO DE ALECRIM:96058455120

Assinado de forma digital por HERNANDES PURIFICACAO DE ALECRIM:96058455120
Dados: 2024.05.06 14:04:50 -03'00'

Hernandes Purificação de Alecrim
OAB/MG nº 143.843

ODONTO ALFA LTDA:40900404000156

Assinado de forma digital por ODONTO ALFA LTDA:40900404000156
Dados: 2024.05.06 14:05:32 -03'00'

Alecrim Advocacia
Rua da Bahia, 1345 – Sala 606 - Lourdes
Belo Horizonte - MG, CEP: 30160-011
Telefone: (31) 3889-0828 - (31) 99348-8788
alecrim@alecrimadvocacia.com.br – www.alecrimadvocacia.com.br

PUBLICADO NO BO 271 - PAG. 08 A 61

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 278
RUB.

L E I Nº 2.629, DE 23 DE JULHO DE 2010.

ANEXO III

I – CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA PROTESISTA

II – OBJETIVO:

Tem como objetivo o restabelecimento e a manutenção das funções do sistema estomatognático, visando a proporcionar conforto, estética e saúde pela recolocação dos dentes destruídos ou perdidos e dos tecidos contíguos.

III – PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

1 – Fazer diagnóstico, prognóstico, tratamento e controle dos distúrbios crânio-mandibulares e de oclusão, através da prótese fixa, da prótese removível parcial ou total e da prótese sobre implantes;

2 – fazer atividades de laboratório necessárias à execução dos trabalhos protéticos;

3 - efetuar procedimentos e técnicas de confecção de peças, aparelhos fixos e removíveis parciais e totais como substituição das perdas de substâncias dentárias e paradentárias;

4 –medicar pacientes, emitir laudos técnicos, atestados e prescrever;

5- executar normas do exercício da profissão; qualificar equipe de trabalho; atualizar-se sobre normas do exercício da profissão; adotar medidas ergonômicas; adotar medidas de precaução universal de biossegurança;

6 - adotar rotinas de trabalho; esclarecer ao paciente sobre co-responsabilidade no sucesso do tratamento; indicar recomendações pré e pós operatórias;

7 - fornecer informações sobre quadro odontológico do paciente; elaborar protocolos de condutas odontológicas;

8 - emitir declarações, laudos e pareceres; elaborar relatórios; elaborar documentos de imagem; elaborar procedimentos operacionais padrão, material informativo e normativo; redigir trabalhos científicos;

9 -executar outras tarefas correlatas.

IV - REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO: Curso superior completo em Odontologia, registro profissional em situação regular e especialização em Prótese Dentária.

V - RECRUTAMENTO: Externo, no mercado de trabalho, mediante concurso público.

VI - REFERÊNCIA SALARIAL: 300

PUBLICADO NO BO 271 - PAG. 08 A 61

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 279
RUB.

L E I Nº 2.629, DE 23 DE JULHO DE 2010.

ANEXO III

VII - DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL:

- Progressão salarial automática;
- Progressão por merecimento;
- Promoção: para as **CLASSES II e III DO CARGO Cirurgião-Dentista Protesista, Referências 301 e 302,** através de avaliação interna, conforme as determinações da **Seção II do Capítulo V** da presente Lei e Decreto Regulamentador.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 280
RUB.

PREFEITURA DE CANTANHEDE
fortalecendo nossa cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SETOR DE LICITAÇÕES

CONTRARRAZÕES

Praça Paulo Rodrigues, 01, Centro.
Cantanhede-MA. Cep 65465-000

www.cantanhede.ma.gov.br
cpl@cantanhede.ma.gov.br

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 281
RUB.

Fábrica de Sorrisos
LABORATORIO DE PROTESES DENTARIAS

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

PREGÃO ELETRÔNICO: 004/2024

J P DAMASCENO NETO LTDA, empresa privada, inscrita no CNPJ sob o nº 43.503.752/0001-88, com sua sede localizada na Rua José Antônio Francis, nº 207, Centro, Timbiras/MA, neste ato representado pelo seu proprietário JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO, vem perante Vossa Senhoria, com fundamento no artigo art. 164, § 1º, I da Lei nº 14.133/2021, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto pela empresa **ODONTO ALFA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ Nº 40.900.404/0001-56, situada na Av. Irmã Emma Rodolfo Navarro, S/N, Quadra 01, Lote 28 B, Setor, Flamboyant II, Miracema Do Tocantins – TO, Cep:77650-000, demonstrando nesta as razões de fato e de direito pertinentes para desprover o recursos interposto:

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 282
RUB.



I. FATOS:

De forma sucinta e objetiva, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório realizado no município que tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS,** A SEREM REALIZADOS NA CIDADE CANTANHEDE/MA, ao qual foi efetuado na modalidade **Pregão Eletrônico, de nº 004/2024.**

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório e tendo sido o resultado divulgado ainda no mês de setembro deste corrente ano.

No resultado, justamente a presente empresa **CONTRARAZOANTE** foi declarada como **VENCEDORA** por apresentar melhor proposta e cumprir todas exigências habilitatórias, o que suscitou uma **INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE**, que interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos **INFUNDADOS e INOPORTUNOS** para tentar afastar a correta decisão que declarou esta como **INABILITADA** em decorrência da ausência de documentos essenciais para a sua correta habilitação.

Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

II- DOS FUNDAMENTOS

DAS RAZÕES ALEGADAS:

O presente instrumento pretende ser sucinto e conciso em todos os pontos, uma vez que é sabido, Comissão, que a Administração e o licitante devem observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no edital.

Rua Jose Antonio Francis, 207, Centro Timbiras -MA
CNPJ: 43.503.752/0001-88 (98) 98356-2973
neto_franca@hotmail.com

CANTANHEDE/MA
PROC. 20020012024
FLS. 283
RUB.

. Esclarece-se que a empresa recorrente deve possuir o PLENO DIREITO de interpor recurso, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional para afastar ato que julga como inapropriado.

A problemática reside quando a empresa possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório ao qual o objetivo é: atender as demandas da rede pública do Município de Cantanhede/MA, assim sendo, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.

A empresa ora recorrida, alegou que a empresa ora vencedora não forneceu documentação que comprove a especialização ou o status de técnico **em prótese dentária do Cirurgião-Dentista ou de qualquer outro profissional que trabalhe na empresa.**

DE FORMA SUSCINTA E ESCLARECEDORA, BASEADA NO EDITAL, DEMOSTRA QUE EM NENHUM MOMENTO SEJA NO EDITAL OU NO TERMO DE REFERÊNCIA FOI SOLICITADO A APRESENTAÇÃO DE UM DENTISTA ESPECIALIZADO EM PRÓTESES DENTÁRIAS OU DE UM TÉCNICO EM PRÓTESES DENTÁRIAS, RESTANDO CLARO QUE O RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA NÃO TEM CABIMENTO E NEM FUNDAMENTO VÁLIDO PRA QUE SE PROSPERE, VEJAMOS o item 9.26.3; item 9.26.4:

9.26. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
9.26.1 Apresentar no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica, ex
dica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que compr
de modo pertinente e compatível em características, quantidades e praz

a) O licitante deverá disponibilizar todas as informaçõ
da legitimidade de cada Atestado de Capacidade Téc
apresentar, quando solicitado, dentre outros documen
ou nota(s) fiscal(ais) a ele(s) pertinente(s), além de
al(ais) do(s) contratante(s) e o(s) local(is) em que foram

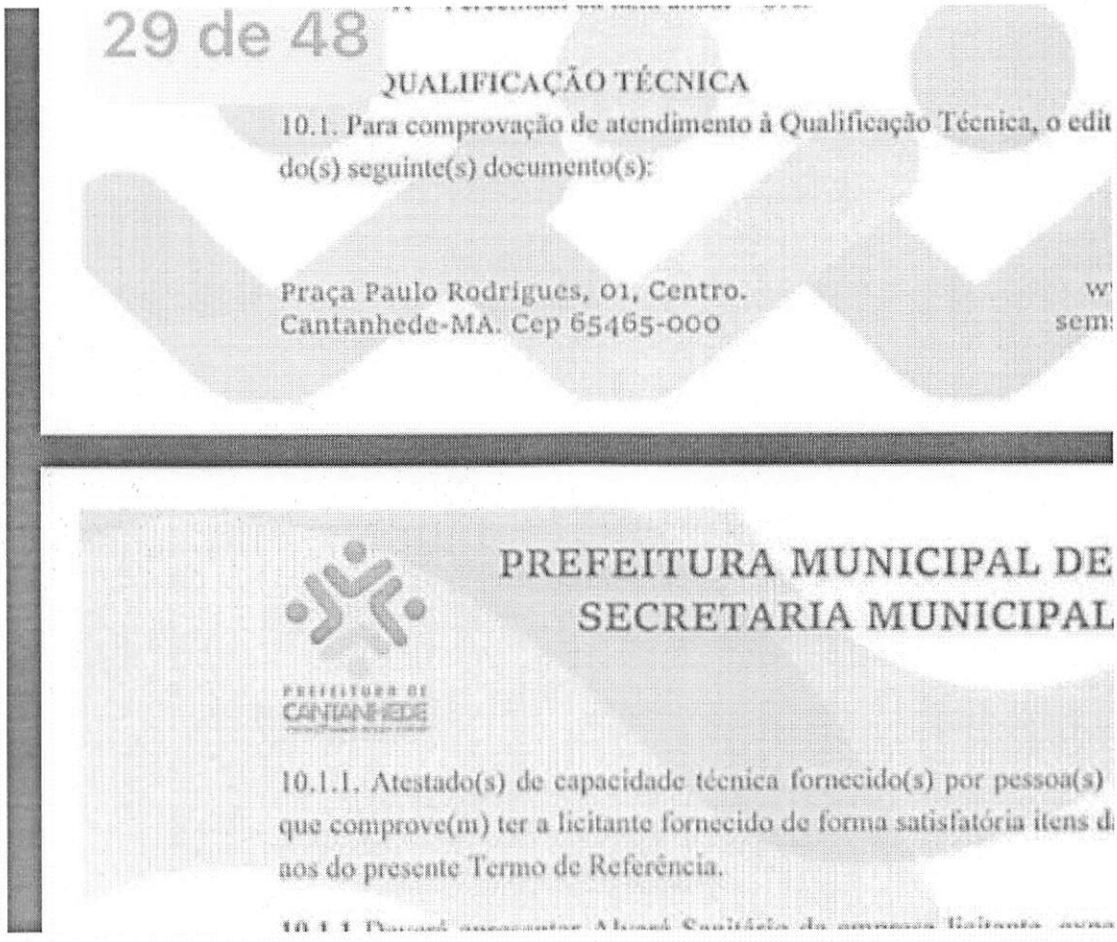
9.26.2 O licitante deverá apresentar Alvará Sanitário da empresa licit
Sanitária Estadual ou Municipal, conforme dispõe o Art. 2º, da Lei
Federal nº 2.814, de 29/05/98, ou Declaração de que a empresa reún
em momento oportuno (condição para assinatura do contrato).
9.26.3 O licitante deverá apresentar Certificado de Registro e Inscriçã

Rua Jose Antonio Francis, 207, Centro Timbiras -MA
CNPJ: 43.503.752/0001-88 (98) 98356-2973
neto_franca@hotmail.com

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 234
RUB.

Fábrica de Sorrisos
LABORATÓRIO DE PRÓTESES DENTÁRIAS

Assim como também está descrito no TERMO DE REFERÊNCIA, e relação a qualificação técnica exigida e que foi obedecida com os documentos da empresa e do responsável técnico



29 de 48

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Para comprovação de atendimento à Qualificação Técnica, o edit
do(s) seguinte(s) documento(s):

Praça Paulo Rodrigues, 01, Centro.
Cantanhede-MA. Cep 65465-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SECRETARIA MUNICIPAL

PREFEITURA DE CANTANHEDE

10.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s)
que comprove(m) ter a licitante fornecido de forma satisfatória itens d
nos do presente Termo de Referência.

A empresa anexou nos seus documentos de habilitação o CRO DA EMPRESA E DO SEU RESPECTIVO RESPONSÁVEL TÉCNICO, respeitando o que foi os requisitos previamente exigidos no referido edital para fins de habilitação, nada lhe acrescentando ou exigindo.

Rua Jose Antonio Francis, 207, Centro Timbiras -MA
CNPJ: 43.503.752/0001-88 (98) 98356-2973
neto_franca@hotmail.com

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 185
RUB.

Fábrica de Sorrisos
LABORATÓRIO DE PRÓTESES DENTÁRIAS

CRO IVIA DE ODONTOLC
DO MARANHÃ(

CERTIDÃO DE REGULARIDADE CRO/MA N'

CERTIFICO E DOU FÉ, que o(a) Sr(a). **JOSE ROMULO FERREIRA I**
do C.P.F. **256.020.713-34,** inscrito(a) na categoria **CIRURGIÃO-D**
29/11/1965, natural de **São Luís-MA**, filho(a) de **JUAREZ PEREIRA**

CRO IVIA DE ODONTOLC
DO MARANHÃ(

CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE PESSOA JUF
04097/2024.

CERTIFICO E DOU FÉ, que a pessoa jurídica **J P DAMASCENO N**
43.503.752/0001-88, neste ato representado por **JUAREZ PERE**
encontra-se inscrita junto a este CONSELHO REGIONAL DE ODON
sob número **MA-EPAO-1237** no livro **CROMA-01**, folha **237** desde **2**
à exigência contida no art. 13 da Lei n. 4.234 de 14/04/1964, regular
parágrafo único do Decreto n. 68.704 de 03/06/1971, estando adim

A Lei assegura a qualquer cidadão o direito de impugnar o edital de licitação por motivo de ilegalidade. Segundo Hely Lopes Meirelles:

> O edital "é lei interna da licitação" e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

Rua Jose Antonio Francis, 207, Centro Timbiras -MA
CNPJ: 43.503.752/0001-88 (98) 98356-2973
neto_franca@hotmail.com

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 286
RUB.

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

III. DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, requer **SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADO,** mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante **J P DAMASCENO NETO LTDA**, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital e realizando a **MANUTENÇÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA RECORRENTE,** com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

São Luís/MA, 08 de maio de 2024.

Juarez Pereira Damasceno Neto
Proprietário

gov.br Documento assinado digitalmente
JUAREZ PEREIRA DAMASCENO NETO
Data: 08/05/2024 22:57:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Rua Jose Antonio Francis, 207, Centro Timbiras -MA
CNPJ: 43.503.752/0001-88 (98) 98356-2973
neto_franca@hotmail.com

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 287
RUB

RESPOSTA RECURSO

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 238
RUB.

Processo Administrativo nº 2002001/2024
Pregão Eletrônico nº 004/2024
Objeto: Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletados in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Munício de Cantanhede/MA.

Trata-se de recurso nos autos do Pregão Eletrônico em epígrafe, apresentado por ODONTO ALFA LTDA. contra a habilitação de J P DAMASCENO NETO LTDA.

Regularmente intimada, a interessada apresentou contrarrazões no prazo legal.

Admite-se o recurso, pois preenchidos os requisitos extrínsecos de admissibilidade. Na forma do art. 109, § 1º da Lei 8.666/93, atribui-se efeito suspensivo ao recurso apresentado.

As razões apresentadas não são suficientes para reconsiderar a decisão anteriormente proferida.

Encaminhem-se os autos à Ilma. Sra. Secretária Municipal de Saúde para análise do recurso apresentado.

Cantanhede, 28 de Maio de 2024.

Nayana Rosa Rodrigues de Aguiar
Pregoeira Oficial

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 289
RUB.

Processo Administrativo nº 2002001/2024
Pregão Eletrônico nº 004/2024
Objeto: Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletados in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Munício de Cantanhede/MA.

1. Relatório

Trata-se de recurso nos autos do Pregão Eletrônico em epígrafe, apresentado por ODONTO ALFA LTDA contra a habilitação de J P DAMASCENO NETO LTDA.

Sustenta que a empresa vencedora do certame *não forneceu documentação que comprove a especialização ou o status de técnico em prótese dentária do Cirurgião-Dentista ou de qualquer outro profissional que trabalhe na empresa.*

Em suas contrarrazões, a empresa J P DAMASCENO NETO LTDA. alegou que *em nenhum momento seja no edital ou no termo de referência foi solicitado a apresentação de um dentista especializado em próteses dentárias ou de um técnico em próteses dentárias.*

2. Fundamentação

O recurso preenche os requisitos extrínsecos de admissibilidade, pelo qual passa-se a analisar o pleito, o qual deve ser indeferido.

As exigências passíveis de utilização durante a fase de habilitação do certame são aquelas que estejam previstas no edital e seus anexos. Em análise, constatou-se que não foi exigida a apresentação de um profissional técnico especializado em próteses dentárias. Esse tipo de exigência só seria possível caso houvesse previsão legal para tanto.

Logo, não havendo previsão editalícia, não é possível inabilitar nenhum dos participantes do certame pela ausência desse documento, dada a natureza vinculatória do edital e seus anexos.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 290
RUB.

O fato de a empresa vencedora não ter apresentado comprovação documental da existência de um técnico especializado em próteses dentárias não significa que não o possua ou que não possa contratá-lo por ocasião da execução do contrato.

Isto porque a entrega insatisfatória do objeto do contrato conduzirá à instauração de processo administrativo sancionador, o que pode inclusive resultar na rescisão do contrato.

3. Conclusão

Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal.

Comunique-se o Recorrente e publique-se o resultado deste julgamento. Aguarde-se o prazo legal de recurso.

Após isso, designe-se sessão de abertura das propostas.

Cantanhede, 29 de Maio de 2024.

Milena Suélin Sousa Silva
Secretário Municipal de Administração

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 291
RUB.
LICITANET

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE/MA

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

PROCESSO LICITATÓRIO PE 004/2024

Às **11:31:42 horas do dia 29 de Abril de 2024** reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br***, o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas In loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Municipio de Cantanhede/MA .**

O(a) Pregoeiro(a) conduziu a sessão de PREGÃO ELETRÔNICO , conforme disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21; na Lei Complementar nº 123/06; e pelas disposições fixadas no edital e anexos, realizar os procedimentos relativos ao aludido processo.

Iniciando os trabalhos o(a) Pregoeiro(a) abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Fornecedor(es) participante(s)

Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	Microempresa
ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	Microempresa

Propostas

A participação na presente disputa do(s) lote(s)ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irretratavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL".**

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Iniciais do Item 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
45404	J P DAMASCENO NETO LTDA	43503752000188	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 170,00	Classificada	–
84699	ODONTO ALFA LTDA	40900404000156	VIP	acrílico e metal	R$ 400,00	Classificada	–

Lances do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 400,00	29/04/2024 08:01:28	Classificado
J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 170,00	27/04/2024 18:45:35	Classificado
ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 165,00	29/04/2024 11:38:56	Manual
J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 160,00	29/04/2024 11:39:22	Manual
ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 155,00	29/04/2024 11:42:31	Manual
J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 150,00	29/04/2024 11:42:54	Manual
ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 145,00	29/04/2024 11:44:12	Manual
J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 140,00	29/04/2024 11:44:39	Manual

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	29/04/2024 11:34:15	O **ITEM 1** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
Sistema	29/04/2024 11:34:20	O **ITEM 1** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 1** será encerrado automaticamente!
Sistema	29/04/2024 11:44:22	A etapa de envio de lances do **ITEM 1** foi prorrogada automáticamente e será de **02 (dois) minutos**. Boa sorte!
Sistema	29/04/2024 11:46:41	A prorrogação automática do **ITEM 1** está encerrada.
Sistema	29/04/2024 11:53:17	O **ITEM 1** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
Sistema	29/04/2024 12:03:18	O tempo de negociação está **encerrado**.
Sistema	29/04/2024 12:04:16	O fornecedor **J P DAMASCENO NETO LTDA** venceu o **ITEM - 1** pelo valor de **R$140,00**.
Fornecedor 45404	29/04/2024 14:13:37	Boa tarde Senhor Pregoeiro, entendido. Enviaremos
Sistema	29/04/2024 16:19:52	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de recurso, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	29/04/2024 16:29:54	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de recurso, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
Fornecedor 45404	29/04/2024 16:53:28	Sr pregoeiro, iremos enivar no prazo solicitado. Obrigado
Sistema	30/04/2024 10:14:39	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **J P DAMASCENO NETO LTDA -43.503.752/0001-88** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 292
RUB:

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/04/2024 10:14:49	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de recurso, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	30/04/2024 10:16:51	O fornecedor **ODONTO ALFA LTDA** manifestou intenção de recurso
Sistema	30/04/2024 10:24:50	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de recurso
Sistema	30/04/2024 10:35:09	A manifestação de Intenção de Recurso de **ODONTO ALFA LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **06/05/2024** e os outros interessados envie as contra razões até **09/05/2024.**
Sistema	06/05/2024 14:18:40	O fornecedor **ODONTO ALFA LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_1715015920.pdf referente ao recurso e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
Sistema	09/05/2024 08:48:00	O fornecedor **J P DAMASCENO NETO LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo contrarazao_ao_recurso_adm_jp_1715255279.pdf referente ao recurso e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de contra razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
Sistema	31/05/2024 09:02:32	O Recurso/Reconsideração do **ODONTO ALFA LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal.* E o atraso no indeferimento foi pelo seguinte motivo: *Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal.*
Sistema	31/05/2024 09:02:43	A disputa do **ITEM 1** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 140,00
2º	ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 145,00

rsos do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
ODONTO ALFA LTDA	40900404000156	30/04/2024 10:16:51		Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal	Indeferido

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 2

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
58993	J P DAMASCENO NETO LTDA	43503752000188	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 170,00	Classificada	–
97173	ODONTO ALFA LTDA	40900404000156	VIP	acrílico e metal	R$ 400,00	Classificada	–

Lances do Item 2

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 400,00	29/04/2024 08:01:28	Classificado
J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 170,00	27/04/2024 18:45:35	Classificado
ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 165,00	29/04/2024 11:39:06	Manual
J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 160,00	29/04/2024 11:39:32	Manual
ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 155,00	29/04/2024 11:42:40	Manual
DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 150,00	29/04/2024 11:42:59	Manual
ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 145,00	29/04/2024 11:44:48	Manual
J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 140,00	29/04/2024 11:45:05	Manual

Mensagens do Item 2

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	29/04/2024 11:34:15	O **ITEM 2** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
Sistema	29/04/2024 11:34:20	O **ITEM 2** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos.** Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 2** será encerrado automaticamente!
Sistema	29/04/2024 11:44:22	A etapa de envio de lances do **ITEM 2** foi prorrogada automáticamente e será de **02 (dois) minutos.** Boa sorte!
Sistema	29/04/2024 11:47:06	A prorrogação automática do **ITEM 2** está encerrada.
Sistema	29/04/2024 11:53:17	O **ITEM 2** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos.**
Sistema	29/04/2024 12:03:18	O tempo de negociação está **encerrado.**
Sistema	29/04/2024 12:04:16	O fornecedor **J P DAMASCENO NETO LTDA** venceu o **ITEM - 2** pelo valor de **R$140,00.**
Sistema	29/04/2024 16:19:52	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de recurso, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	29/04/2024 16:29:54	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de recurso, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 293
RUB

Mensagens do Item 2

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/04/2024 10:14:39	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **J P DAMASCENO NETO LTDA -43.503.752/0001-88** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório.
Sistema	30/04/2024 10:14:49	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de recurso, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	30/04/2024 10:16:51	O fornecedor **ODONTO ALFA LTDA** manifestou intenção de recurso
Sistema	30/04/2024 10:24:50	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de recurso
Sistema	30/04/2024 10:35:09	A manifestação de Intenção de Recurso de **ODONTO ALFA LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **06/05/2024** e os outros interessados envie as contra razões até **09/05/2024.**
Sistema	06/05/2024 14:18:40	O fornecedor **ODONTO ALFA LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_1715015920.pdf referente ao recurso e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
Sistema	31/05/2024 09:02:32	O Recurso/Reconsideração do **ODONTO ALFA LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal.* E o atraso no indeferimento foi pelo seguinte motivo: *Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal.*
Sistema	31/05/2024 09:02:43	A disputa do **ITEM 2** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 2

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 140,00
2º	ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 145,00

Recursos do Item 2

ecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
ODONTO ALFA LTDA	40900404000156	30/04/2024 10:16:51		Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal	Indeferido

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 3

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
82729	J P DAMASCENO NETO LTDA	43503752000188	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 150,00	Classificada	–
96211	ODONTO ALFA LTDA	40900404000156	VIP	acrílico e metal	R$ 400,00	Classificada	–

Lances do Item 3

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 400,00	29/04/2024 08:01:28	Classificado
J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 150,00	27/04/2024 18:45:35	Classificado
J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 140,00	29/04/2024 11:59:43	Negociacao

Mensagens do Item 3

ário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	29/04/2024 11:34:15	O **ITEM 3** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
Sistema	29/04/2024 11:34:20	O **ITEM 3** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 3** será encerrado automaticamente!
Sistema	29/04/2024 11:44:22	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 3** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
Sistema	29/04/2024 11:53:17	O **ITEM 3** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos.**
Sistema	29/04/2024 11:59:43	ITEM 3 negociado no valor de **R$ 140,00** pelo fornecedor ID: 82729 - Data Prop.: 27/04/2024 18:45:35
Sistema	29/04/2024 12:03:18	O tempo de negociação está **encerrado.**
Sistema	29/04/2024 12:04:16	O fornecedor **J P DAMASCENO NETO LTDA** venceu o **ITEM - 3** pelo valor de **R$140,00.**
Sistema	29/04/2024 16:19:52	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de recurso, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	29/04/2024 16:29:54	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de recurso, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalicio.*
Sistema	30/04/2024 10:14:39	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **J P DAMASCENO NETO LTDA -43.503.752/0001-88** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório.
Sistema	30/04/2024 10:14:49	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de recurso, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	30/04/2024 10:16:51	O fornecedor **ODONTO ALFA LTDA** manifestou intenção de recurso
Sistema	30/04/2024 10:24:50	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de recurso
Sistema	30/04/2024 10:35:09	A manifestação de Intenção de Recurso de **ODONTO ALFA LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **06/05/2024** e os outros interessados envie as contra razões até **09/05/2024.**

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 294
RUB.

Mensagens do Item 3

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	06/05/2024 14:18:40	O fornecedor **ODONTO ALFA LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_1715015920.pdf referente ao recurso e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
Sistema	31/05/2024 09:02:32	O Recurso/Reconsideração do **ODONTO ALFA LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal.* E o atraso no indeferimento foi pelo seguinte motivo: *Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal.*
Sistema	31/05/2024 09:02:43	A disputa do **ITEM 3** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 3

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 140,00
2º	ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 400,00

Recursos do Item 3

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
ODONTO ALFA LTDA	40900404000156	30/04/2024 10:16:51		Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal	Indeferido

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 4

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
85544	J P DAMASCENO NETO LTDA	43503752000188	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 160,00	Classificada	–
[illegible]	ODONTO ALFA LTDA	40900404000156	VIP	acrílico e metal	R$ 400,00	Classificada	–

Lances do Item 4

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 400,00	29/04/2024 08:01:28	Classificado
J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 160,00	27/04/2024 18:45:35	Classificado
ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 155,00	29/04/2024 11:39:37	Manual
J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 150,00	29/04/2024 11:39:50	Manual
J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 140,00	29/04/2024 11:59:56	Negociacao

Mensagens do Item 4

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	29/04/2024 11:34:15	O **ITEM 4** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
Sistema	29/04/2024 11:34:20	O **ITEM 4** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 4** será encerrado automaticamente!
Sistema	29/04/2024 11:44:22	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 4** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
[illegible]ema	29/04/2024 11:53:17	O **ITEM 4** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
Sistema	29/04/2024 11:59:56	ITEM 4 negociado no valor de **R$ 140,00** pelo fornecedor ID: 85544 - Data Prop.: 27/04/2024 18:45:35
Sistema	29/04/2024 12:03:18	O tempo de negociação está **encerrado**.
Sistema	29/04/2024 12:04:16	O fornecedor **J P DAMASCENO NETO LTDA** venceu o **ITEM - 4** pelo valor de **R$140,00**.
Sistema	29/04/2024 16:19:52	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de recurso, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	29/04/2024 16:29:54	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de recurso, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
Sistema	30/04/2024 10:14:39	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **J P DAMASCENO NETO LTDA -43.503.752/0001-88** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório.
Sistema	30/04/2024 10:14:49	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de recurso, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	30/04/2024 10:16:51	O fornecedor **ODONTO ALFA LTDA** manifestou intenção de recurso
Sistema	30/04/2024 10:24:50	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de recurso
Sistema	30/04/2024 10:35:09	A manifestação de Intenção de Recurso de **ODONTO ALFA LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **06/05/2024** e os outros interessados envie as contra razões até **09/05/2024**.
Sistema	06/05/2024 14:18:40	O fornecedor **ODONTO ALFA LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_1715015920.pdf referente ao recurso e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
Sistema	31/05/2024 09:02:32	O Recurso/Reconsideração do **ODONTO ALFA LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal.* E o atraso no indeferimento foi pelo seguinte motivo: *Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal.*
Sistema	31/05/2024 09:02:43	A disputa do **ITEM 4** está encerrada. **Despacho:** .

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 295
RUB.

Classificação Final do Item 4

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 140,00
2º	ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 155,00

Recursos do Item 4

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
ODONTO ALFA LTDA	40900404000156	30/04/2024 10:16:51		Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal	Indeferido

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 5

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
73571	J P DAMASCENO NETO LTDA	43503752000188	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 150,00	Classificada	–
99185	ODONTO ALFA LTDA	40900404000156	VIP	acrilico e metal	R$ 400,00	Classificada	–

Lances do Item 5

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 400,00	29/04/2024 08:01:28	Classificado
J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 150,00	27/04/2024 18:45:35	Classificado
AMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 140,00	29/04/2024 12:00:06	Negociacao

Mensagens do Item 5

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	29/04/2024 11:34:15	O **ITEM 5** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
Sistema	29/04/2024 11:34:20	O **ITEM 5** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 5** será encerrado automaticamente!
Sistema	29/04/2024 11:44:22	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 5** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
Sistema	29/04/2024 11:53:17	O **ITEM 5** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
Sistema	29/04/2024 12:00:06	ITEM 5 negociado no valor de **R$ 140,00** pelo fornecedor ID: 73571 - Data Prop.: 27/04/2024 18:45:35
Sistema	29/04/2024 12:03:18	O tempo de negociação está **encerrado**.
Sistema	29/04/2024 12:04:16	O fornecedor **J P DAMASCENO NETO LTDA** venceu o **ITEM - 5** pelo valor de **R$140,00**.
Sistema	29/04/2024 16:19:52	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de recurso, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	29/04/2024 16:29:54	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de recurso, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
Sistema	30/04/2024 10:14:39	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **J P DAMASCENO NETO LTDA -43.503.752/0001-88** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório.
Sistema	30/04/2024 10:14:49	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de recurso, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	30/04/2024 10:16:51	O fornecedor **ODONTO ALFA LTDA** manifestou intenção de recurso
Sistema	30/04/2024 10:24:50	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de recurso
Sistema	30/04/2024 10:35:09	A manifestação de Intenção de Recurso de **ODONTO ALFA LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **06/05/2024** e os outros interessados envie as contra razões até **09/05/2024**.
Sistema	06/05/2024 14:18:40	O fornecedor **ODONTO ALFA LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_1715015920.pdf referente ao recurso e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
Sistema	31/05/2024 09:02:32	O Recurso/Reconsideração do **ODONTO ALFA LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal.* E o atraso no indeferimento foi pelo seguinte motivo: *Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal.*
Sistema	31/05/2024 09:02:43	A disputa do **ITEM 5** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 5

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	J P DAMASCENO NETO LTDA	43.503.752/0001-88	R$ 140,00
2º	ODONTO ALFA LTDA	40.900.404/0001-56	R$ 400,00

Recursos do Item 5

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
ODONTO ALFA LTDA	40900404000156	30/04/2024 10:16:51		Nesse cenário, resolve-se conhecer do recurso da empresa ODONTO ALFA LTDA e negar provimento, mantendo-se a decisão da sra. Pregoeira Municipal	Indeferido

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 196
RUB.

Mensagens Geral

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Pregoeiro	29/04/2024 11:31:42	Bom dia senhores (as)
Pregoeiro	29/04/2024 11:32:44	Pedimos desculpas pelo atraso.
Pregoeiro	29/04/2024 11:33:41	Conforme verificado, tem 02 (duas) propostas cadastradas, e temos 02 (empresas) online. Sendo assim, daremos inicio a nossa fase de lances
Pregoeiro	29/04/2024 11:34:01	Pedimos aos senhores(as) que tenham responsabilidades e suas propostas.
Pregoeiro	29/04/2024 11:34:07	Boa sorte a todos
Sistema	29/04/2024 11:34:20	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **1, 2, 3, 4, 5** às **11:34:20**
Pregoeiro	29/04/2024 12:06:21	Vamos suspender para horário de almoço.
Sistema	29/04/2024 12:07:01	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Horário de almoço. A **REABERTURA** será no dia 29/04/2024 14:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	29/04/2024 14:05:09	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Pregoeiro	29/04/2024 14:05:22	Boa tarde senhores(as)
Pregoeiro	29/04/2024 14:06:41	Abriremos o prazo para que a empresa apresente a proposta final referente ao último lance ofertado.
Pregoeiro	29/04/2024 14:06:53	O prazo para envio da proposta final, estará disponível através do módulo - **PROPOSTA FINAL** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **29/04/2024 14:07:00hs** até o dia **29/04/2024 16:08:00hs** para o(s) fornecedor(es): J P DAMASCENO NETO LTDA.
Sistema	29/04/2024 14:07:56	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi **DESBLOQUEADO** pelo condutor do processo!
Sistema	29/04/2024 14:16:00	O fornecedor **J P DAMASCENO NETO LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_1_proposta_de_preco_adequada_assinado_1714410960.pdf no proposta final.
Sistema	29/04/2024 16:08:01	O prazo para o fornecedor **J P DAMASCENO NETO LTDA** enviar a proposta final está **encerrado**.
Pregoeiro	29/04/2024 16:19:30	Iremos abrir o prazo de recurso sobre a proposta de preços.
Pregoeiro	29/04/2024 16:19:43	Em seguida solicitaremos os documentos de habilitação da empresa.
Pregoeiro	29/04/2024 16:47:04	Solicitamos que a empresa envie os documento de habilitação
Pregoeiro	29/04/2024 16:47:14	O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - **HABILITANET** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **29/04/2024 16:48:00hs** até o dia **29/04/2024 18:48:00hs** para o(s) fornecedor(es): J P DAMASCENO NETO LTDA.
Sistema	29/04/2024 17:08:33	O fornecedor **J P DAMASCENO NETO LTDA** acabou de **ENVIAR** documentos_de_habilitacao_pe_n_004_2024_1714421313.zip no habilitanet.
Pregoeiro	29/04/2024 18:00:52	Iremos suspender a sessão para análise dos documentos de habilitação
Sistema	29/04/2024 18:01:05	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Prosseguimento da sessão. A **REABERTURA** será no dia 30/04/2024 09:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	29/04/2024 18:48:01	O prazo para o fornecedor **J P DAMASCENO NETO LTDA** enviar os documentos habilitatórios e/ou complementares está **encerrado**.
Sistema	30/04/2024 09:28:56	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Pregoeiro	30/04/2024 09:29:06	Bom dia senhores (as)
Sistema	30/04/2024 09:29:13	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi **BLOQUEADO** pelo condutor do processo!
Sistema	30/04/2024 10:36:09	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Aguardar prazo de recurso. A **REABERTURA** será no dia 07/05/2024 08:15 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	09/05/2024 17:17:16	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	09/05/2024 17:17:43	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Prosseguimento da sessão. A **REABERTURA** será no dia 10/05/2024 16:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	10/05/2024 16:11:40	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	10/05/2024 16:12:03	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Prosseguimento da sessão. A **REABERTURA** será no dia 13/05/2024 10:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	13/05/2024 10:54:40	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	13/05/2024 10:56:27	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Prosseguimento da sessão. A **REABERTURA** será no dia 13/05/2024 15:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	13/05/2024 15:33:01	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 297
RUB.

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	13/05/2024 16:45:56	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Prosseguimento da sessão. A **REABERTURA** será no dia 14/05/2024 08:10 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	14/05/2024 09:08:53	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Pregoeiro	15/05/2024 08:49:39	Bom dia
Pregoeiro	15/05/2024 08:52:17	Prezados, por problemas de conexão com a Internet não conseguimos encerrar nossa sessão ontem. Desta forma, para que não haja prejudicados, iremos prosseguir com a sessão amanhã às 09:00h.
Sistema	15/05/2024 08:52:38	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Prosseguimento da sessão. A **REABERTURA** será no dia 16/05/2024 09:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	16/05/2024 10:17:21	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	16/05/2024 11:44:58	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Prosseguimento da sessão. A **REABERTURA** será no dia 16/05/2024 14:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	16/05/2024 15:42:15	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	16/05/2024 18:06:02	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Prosseguimento da sessão. A **REABERTURA** será no dia 17/05/2024 08:30 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	17/05/2024 09:03:03	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	17/05/2024 17:13:51	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Prosseguimento da sessão. A **REABERTURA** será no dia 20/05/2024 14:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	22/05/2024 08:25:29	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	22/05/2024 08:32:11	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Prosseguimento da sessão. A **REABERTURA** será no dia 23/05/2024 09:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	23/05/2024 11:33:07	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	23/05/2024 11:33:40	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Prosseguimento da sessão. A **REABERTURA** será no dia 24/05/2024 10:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	24/05/2024 15:56:09	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	24/05/2024 15:58:31	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Prosseguimento da sessão. A **REABERTURA** será no dia 27/05/2024 10:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	29/05/2024 15:19:23	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	29/05/2024 15:20:07	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **SUSPENSO**. Motivo: Prosseguimento da sessão. A **REABERTURA** será no dia 31/05/2024 09:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	31/05/2024 09:01:08	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 004/2024 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **09:02:43 horas do dia 31 de Maio de 2024** cuja ata foi lavrada pelo(a) Pregoeiro(a) .

Nayana Rosa Rodrigues de Aguiar
Pregoeiro(a) Oficial

Emidio Rodrigues Xavier Neto
Equipe de Apoio

Thiago Augusto Silva Reis
Equipe de Apoio

Autenticação: 7D3282189D1BE04C969A08B9017E8C8B

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
RUB. 298

RELATÓRIO

A Senhora
Milena Suelin Sousa Silva
Secretária Municipal de Saúde
Cantanhede-MA

Nesta

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Cantanhede, Estado do Maranhão, em cumprimento aos dispositivos legais, vem apresentar a V.Exa., o relatório e encaminhar os autos do processo referente ao Pregão Eletrônico nº 004/2024, objetivando a Contratação mais vantajosa visando a Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA.

De acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 394/2023, Lei Complementar nº. 123/2006 e demais normas pertinentes, foi publicado o chamamento de quaisquer interessados para fornecimento do referido objeto.

Considerando que o critério de julgamento da proposta determinado pelo Pregão Eletrônico nº 004/2024 foi do tipo menor preço por item, obtivemos assim o seguinte resultado:

Empresa vencedora:

J P DAMASCENO NETO LTDA, inscrita no **CNPJ nº 43.503.752/0001-88**, estabelecia na Rua São José Antonio Francis, Centro, nº 207, CEP 65.420-000, Timbiras – MA, com valor total de R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais);

Face ao exposto, esta Comissão submete à apreciação e possível homologação de V.Exa., o presente relatório.

Cantanhede – MA, em 19 de março de 2024.

Nayana Rosa Rodrigues de Aguiar
Pregoeira Oficial

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 299
RUB.

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE/MA

LICITANET
LICITAÇÕES ELETRÔNICAS 4.0

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

PROCESSO LICITATÓRIO PE 004/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O(a) Secretário Municipal de Saúde do(a) MUNICÍPIO DE CANTANHEDE/MA comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 004/2024 referente à *Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA* , que ADJUDICA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : J P DAMASCENO NETO LTDA - 43.503.752/0001-88

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R$
1	250,00	UND	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 140,00	R$ 35.000,00	R$ 180,33	R$ 45.082,50	22,3645 %	R$ 40,33
Descrição: Prótese Total Mandibular										
2	250,00	UND	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 140,00	R$ 35.000,00	R$ 184,17	R$ 46.042,50	23,9832 %	R$ 44,17
Descrição: Prótese Total Maxilar										
3	250,00	UND	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 140,00	R$ 35.000,00	R$ 165,00	R$ 41.250,00	15,1515 %	R$ 25,00
Descrição: Prótese Parcial Mandibular Removível										
4	250,00	UND	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 140,00	R$ 35.000,00	R$ 177,67	R$ 44.417,50	21,2022 %	R$ 37,67
Descrição: Prótese Parcial Maxilar Removível										
5	250,00	UND	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 140,00	R$ 35.000,00	R$ 165,05	R$ 41.262,50	15,1772 %	R$ 25,05
Descrição: Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)										

Subtotal Adjudicado:	Subtotal Orçado:		
R$ 175.000,00	**R$ 218.055,00**	**19,7450 %**	**R$ 43.055,00**

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R$
R$ 175.000,00	R$ 218.055,00	19,7450 %	43.055,00

Cantanhede - Maranhão, 04 de Junho de 2024

MILENA SUELIN SOUSA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 300
RUB.

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 301
RUB.

PREFEITURA DE CANTANHEDE
recomeçando nossa cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTANHEDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cantanhede/MA, 10 de junho de 2024.

SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO

Ao Senhor
RAFAEL SILVA TEIXEIRA
Assessor Jurídico
Prefeitura Municipal de Cantanhede - MA

Senhor Advogado,

Encaminha-se os autos do Processo administrativo nº 2002001/2024, referente ao Pregão Eletrônico Nº 004/2024, do tipo menor preço por item, tendo como objeto **Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA**, para análise e emissão de parecer jurídico conclusivo.

Sendo o que dispomos para o momento reiteramos nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Milena Suelin Sousa Silva
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula: 123288-3
Milena Suelin Sousa Silva
Secretária Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001 /2024
FLS. 302

PARECER JURÍDICO

PARECER PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2002001/2024
ORIGEM: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Análise do Pregão Eletrônico nº 004/2024

I – CARACTERIZAÇÃO

Retornam os autos para exame após as etapas de publicação, aquisição de editais e recebimento de documentação e propostas, com o posterior julgamento da habilitação e das propostas do licitante.

E, para verificação formal do procedimento licitatório adotado, legalidade e regularidade desta segunda fase, antes da homologação e finalização, a autoridade competente solicitou o parecer jurídico.

O Pregão Eletrônico nº 004/2024, é do tipo menor preço por item, que objetiva aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA.

De início, cabe a essa Assessoria Jurídica, única e exclusivamente, somente assessorar quanto a legalidade, sendo este parecer meramente opinativo, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

II – ANÁLISE

A convocação das empresas foi efetuada nos termos do art. 21, Lei 14.133/21, mediante publicação de aviso da licitação no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Cantanhede-MA, no Diário Oficial do Município e no jornal de grande circulação "Jornal Pequeno" com circulação 15/04/2024, ficando definida a data de 29/04/2024 para sessão de abertura do certame. Assim, o interstício de 08 (oito) dias úteis foi observado, bem com a regularidade da publicação, dado o critério de julgamento do certame.

No dia, hora e local previamente designados, foi aberta a sessão, participaram do certame as seguintes empresas: J P DAMASCENO NETO LTDA e ODONTO ALFA LTDA.

As empresas devidamente registradas no ambiente virtual, estas comprovaram o atendimento aos itens previstos no Edital. Em seguida, deu-se início a fase da apresentação das propostas iniciais com a consequente classificação dos itens em disputa. Classificando-se os itens, iniciou-se a fase de lances e mensagens.

Em prosseguimento, após a disputa, a comissão de licitação julgou habilitada e vencedora a empresa J P DAMASCENO NETO LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.503.752/0001-88, com valor total de R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), pois atendeu a todas as exigências do edital do certame.

Após resultado final, a empresa ODONTO ALFA LTDA manifestou intenção de recurso, que em suas razões questionou a habilitação da empresa J P DAMASCENO NETO LTDA, que conseguinte apresentou suas contrarrazões. Após análise, o recurso foi indeferido pelas razões constantes na ata da sessão e decisão anexada ao sistema.

A autoridade competente adjudicou o objeto do certame à empresa vencedora num valor total de R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), com uma economia de R$ 43.055,00 (Quarenta e três mil e cinquenta e cinco reais) em relação ao valor inicialmente orçado.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, verificado o atendimento aos preceitos legais que regem a matéria, opina-se favoravelmente pela homologação do procedimento, nos termos do Relatório de Julgamento.

Cantanhede, 14 de junho de 2024.

Rafael Silva Teixeira
Assessor Jurídico
OAB/MA nº 21.745

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 304
RUB.
LICITANET
LICITAÇÕES ELETRÔNICAS 4.0

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE/MA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

PROCESSO LICITATÓRIO PE 004/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) Secretário Municipal de Saúde, HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA*

Fornecedor : J P DAMASCENO NETO LTDA - 43.503.752/0001-88

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
1	250,00	UND	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 140,00	R$ 35.000,00	R$ 180,33	R$ 45.082,50	22,36	R$ 40,33
Descrição: Prótese Total Mandibular										
2	250,00	UND	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 140,00	R$ 35.000,00	R$ 184,17	R$ 46.042,50	23,98	R$ 44,17
Descrição: Prótese Total Maxilar										
3	250,00	UND	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 140,00	R$ 35.000,00	R$ 165,00	R$ 41.250,00	15,15	R$ 25,00
Descrição: Prótese Parcial Mandibular Removível										
4	250,00	UND	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 140,00	R$ 35.000,00	R$ 177,67	R$ 44.417,50	21,20	R$ 37,67
Descrição: Prótese Parcial Maxilar Removível										
5	250,00	UND	FÁBRICA DE SORRISOS	FÁBRICA DE SORRISOS	R$ 140,00	R$ 35.000,00	R$ 165,05	R$ 41.262,50	15,17	R$ 25,05
Descrição: Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por Elemento)										
						Subtotal Adjudicado R$ 175.000,00		Subtotal Orçado: R$ 218.055,00	19,7450 %	R$ 43.055,00

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R$
R$ 175.000,00	R$ 218.055,00	19,7450 %	43.055,00

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 305
RUB.

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Cantanhede-MA, 17 de Junho de 2024

Milena Suelin Sousa Silva
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 123288-3

MILENA SUELIN SOUSA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 306
RUB.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGA o processo licitatório Pregão Eletrônico nº 004/2024. OBJETO: Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA, tendo assim por vencedora desta licitação a empresa: **J P DAMASCENO NETO LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 43.503.752/0001-88**, estabelecia na Rua São José Antonio Francis, Centro, nº 207, CEP 65.420-000, Timbiras – MA, com valor total de R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), Comunica assim o resultado final do Procedimento, levando em conta o interesse público e Administrativo. Cantanhede – MA, 17 de junho de 2024. Milena Suelin Sousa Silva, Secretária e Ordenadora de despesas da Secretaria Municipal de Saúde de Cantanhede.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	MARCA	MODELO	VALOR UNT	VALOR TOTAL
10	AR CONDICIONADO SPLIT SISTEMA INVERTER, Capacidade mínima 18.000 BTU/H, versão frio, 220 v, compressor rotativo, cor do painel branco ou gelo, controle remoto sem fio, selo PROCEL, faixa de classificação "A" no consumo de energia, com certificação do INMETRO, garantia mínima de 01 ano no equipamento e compressor.	UNIDADE	48,00	AGRATTO	SPLIT INVERTER LIV TOP LCST18F-02I	R$ 2.845,00	R$ 136.560,00
						VALOR TOTAL	R$ 136.560,00

CANTANHEDE/MA
PROC. 2002001/2024
FLS. 307
RUB.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - AVISO DE HOMOLOGAÇÃO: PREGÃO 004/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGA o processo licitatório Pregão Eletrônico nº 004/2024. OBJETO: Aquisição de próteses dentárias convencionais, totais e parciais (superior e inferior), confeccionadas conforme medidas dos usuários coletadas in loco, para atender as demandas da rede pública de saúde do Município de Cantanhede/MA , tendo assim por vencedora desta licitação a empresa: **J P DAMASCENO NETO LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 43.503.752/0001-88**, estabelecia na Rua São José Antonio Francis, Centro, nº 207, CEP 65.420-000, Timbiras – MA, com valor total de R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), Comunica assim o resultado final do Procedimento, levando em conta o interesse público e Administrativo. Cantanhede – MA, 17 de junho de 2024. Milena Suelin Sousa Silva, Secretária e Ordenadora de despesas da Secretaria Municipal de Saúde de Cantanhede.

CPF: ***.912.133-** - Data: 17/06/2024 - IP com n°: 192.168.200.52
Autenticação em: www.cantanhede.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1489